

Helier Gomes Muniz Fernandes  
Anderson Pereira Portugal

# PEIRÓPOLIS

A turistificação de um sítio paleontológico  
no Triângulo Mineiro





**Helier Gomes Muniz Fernandes  
Anderson Pereira Portuguez**

# **PEIRÓPOLIS**

**A turistificação de um sítio paleontológico no  
Triângulo Mineiro**

Ituiutaba, MG  
2023



© Helier Gomes Muniz Fernandes / Anderson Pereira Portuguez, 2023.

Editor da obra: Mical de Melo Marcelino.

Arte de Capa: Anderson Pereira Portuguez. Fonte da fotografia base: textura de rocha fossilífera (disponível em: [https://br.freepik.com/fotos-premium/calcario-fossilifero-vermelho\\_33427857.htm](https://br.freepik.com/fotos-premium/calcario-fossilifero-vermelho_33427857.htm)) e fotografia de fóssil de Peirópolis (elaboração dos autores).

Diagramação: Colignon Junio Freitas.

### Conselho Editorial – Grupo Geografia e Meio Ambiente

Editora-chefe: Mical de Melo Marcelino

*Pareceristas brasileiros*

Dr. Rosselvelt José Santos

Dr. Giovanni F. Seabra

Dr. Leonardo Pedroso

Dr. Jean Carlos Vieira Santos

Profa. Claudia Neu

Dr. Antonio de Oliveira Jr.

*Pareceristas internacionais*

Dr. José Carpio Martin - Espanha

Dr. - Ernesto Jorge Macaringue -  
Marrocos

Msc. Mohamed Moudjabatou Moussa -  
Benin

Msc. Diamiry Cabrera Nazco - Cuba

Dra. Sucl Noemi Alejandre Jimenez -  
Cuba

\* Todas as obras da Editora Barlavento são submetidas a pelo menos dois avaliadores do Conselho Editorial.

Todos os direitos desta edição foram reservados aos autores, organizadores e editores. É expressamente proibida a reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio sem a devida autorização da Editora Barlavento. Fica permitida a livre distribuição da publicação, bem como sua utilização como fonte de pesquisa, desde que respeitadas as normas da ABNT para citações e referências.

Editora Barlavento

CNPJ: 19614993000110. Prefixo editorial: 87563/ Braço editorial da  
Sociedade Cultural e Religiosa Ilê Àse Babá Olorigin.

Rua das Orquídeas, 399, Residencial Cidade Jardim, CEP 38.307-854,  
Ituiutaba, MG.

*barlavento.editora@gmail.com*



**Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Fernandes, Helier Gomes Muniz

Peirópolis [livro eletrônico]: a turistificação de um sítio paleontológico no Triângulo Mineiro/ Helier Gomes Muniz Fernandes, Anderson Pereira Portuguese. -- Ituiutaba, MG : Editora Barlavento, 2023. -- (Coleção geografia e meio ambiente)

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-87563-42-8

DOI 10.54400/978-65-87563-42-8

1. Geografia do turismo 2. Paleontologia - Brasil 3. Sítios arqueológicos 4. Turismo - Aspectos ambientais 5. Uberaba (MG) - História I. Portuguese, Anderson Pereira. II. Título. III. Série.

23-163689

CDD-338.4791

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Geografia do turismo 338.4791

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária  
CRB 8/8415

## **AGRADECIMENTOS AOS APOIADORES**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
UBERLÂNDIA – CAMPUS PONTAL**



**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO  
PONTAL**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
GEOGRAFIA DO PONTAL – ICH/UFU**



**EDITORA BARLAVENTO**

## **REALIZAÇÃO**



Grupo de Estudos e Pesquisas sobre  
**CULTURA, DESCOLONIALIDADE  
E TERRITÓRIO**  
CNPq/UFU

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>8</b>
<b>Geografia do turismo: dos primeiros estudos geográficos até os dias atuais.....</b>	<b>20</b>
<b>O turismo como fenômeno social e seu desenvolvimento no tempo presente.....</b>	<b>51</b>
As viagens que antecederam a formação do turismo....	51
A história do turismo.....	58
O turismo no espaço acadêmico.....	72
A construção acadêmica do conceito de turismo.....	75
Características do turismo brasileiro na atualidade (antes e depois da pandemia de covid-19) .....	89
<b>Panorama do turismo no Triângulo Mineiro e em Uberaba.....</b>	<b>131</b>
Geoparques – a chancela.....	142
Do projeto à aspiração de um geoparque.....	147
<b>Geossítio Peirópolis.....</b>	<b>164</b>
Museu dos Dinossauros.....	176
Complexo Cultural e Científico de Peirópolis.....	182
A percepção do turismo no Complexo Cultural e Científico de Peirópolis.....	183
<b>Palavras finais.....</b>	<b>190</b>
<b>Referências.....</b>	<b>195</b>
<b>Sobre os autores.....</b>	<b>215</b>

## INTRODUÇÃO

O ato de viajar acompanha a civilização humana, passando por diferentes sociedades e tempos históricos. Com a era pós-industrial a atividade de viajar apresentou os primeiros passos para que o turismo surgisse e se espalhasse pelo mundo, originando sua comercialização. O turismo é uma prática social e econômica que produz espaço geográfico e sofreu diversas alterações. Durante os capítulos essas alterações e uma abordagem mais estruturada sobre o turismo serão melhor abordados.

Como ponto de partida para o desenvolvimento da atividade turística, daremos ênfase neste trabalho ao patrimônio paleontológico, que além de poder representar a importância para uma sociedade contando a história de tempos distantes consegue ressignificar a região e sua paisagem em tempos modernos, tratando deste espaço geográfico como produto a ser consumido, quando submetido ao turismo.

Em relação às inúmeras possibilidades de produção ou apropriação turística do espaço geográfico, o presente trabalho intitulado “Paisagem, patrimônio e dinâmica turística de Peirópolis, Uberaba-MG” retrata a produção do espaço turístico frente ao patrimônio paleontológico de Peirópolis.

A identificação do problema ocorreu após a pesquisadora conhecer o local com visitas educativas com alunos da escola que trabalha e dessa forma, começou a se questionar: a Qual o papel a paisagem faz na composição do território turístico? Como foi organizado e formado este território? Quais dinâmicas socioeconômicas e ambientais dinamizam Peirópolis como um

destino do turismo científico-cultural?

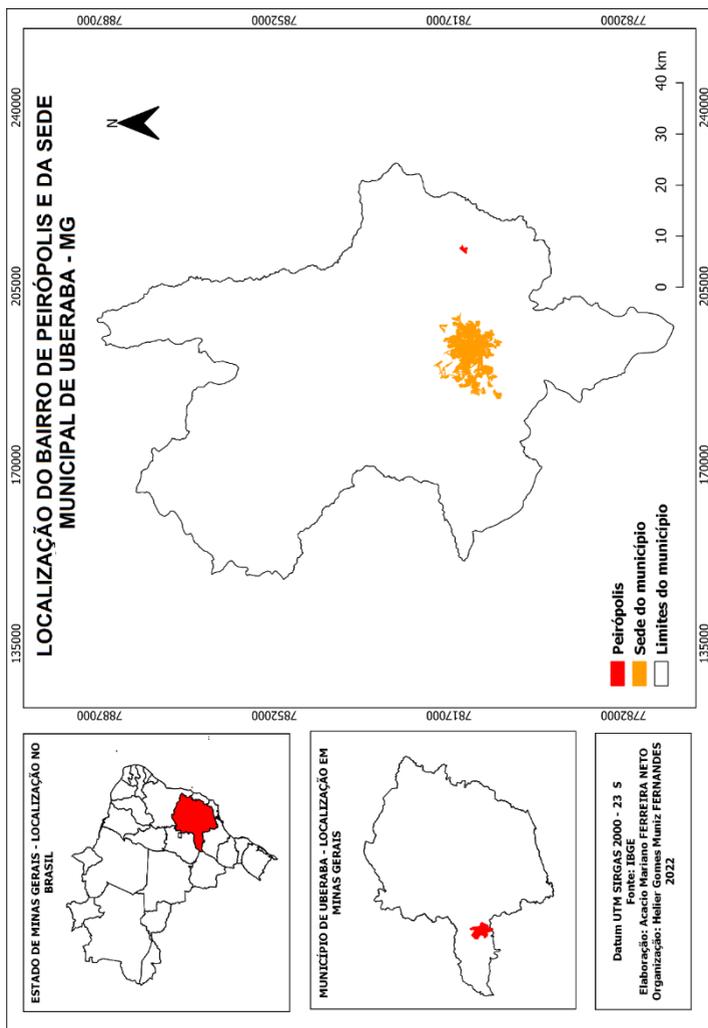
O objetivo geral deste trabalho é compreender a dinâmica turística de Peirópolis a partir do prisma da Geografia do Turismo. Para alcançarmos este objetivo geral definimos como objetivos específicos: a) caracterizar o papel da paisagem na composição do território turístico de Peirópolis; b) entender a formação e organização deste território turístico; c) identificar quais dinâmicas socioeconômicas e ambientais dinamizam o território como um destino turístico científico-cultural.

A área estudada (Mapa 1) se localiza cerca de 25 km ao leste do centro da cidade de Uberaba, em Minas Gerais. Por via terrestre o acesso se dá pela rodovia BR-050, a qual segue-se em direção a saída para Araxá/Belo Horizonte, e já na BR-262, avista-se às margens desta rodovia, a placa de entrada para Peirópolis.

Peirópolis se destaca pela quantidade, diversidade e grau de preservação de fósseis com pluralidade de grupos de organismos datados de 80 a 66 milhões de anos atrás. É considerado o município brasileiro possuidor de maior acervo de espécies de dinossauros descritas, destaque para o *Uberabatitan ribeiroi*, considerado o maior organismo terrestre que já pisou em solos onde hoje corresponde o Brasil, desde a formação do planeta há 4,56 bilhões de anos atrás.

Portanto, esse trabalho se faz necessário para que o local seja melhor compreendido. Ao final desta pesquisa será possível oferecer condições para melhor gestão do Complexo Científico Cultural de Peirópolis, uma vez que poderão ser conhecidas melhores as dinâmicas que ali ocorrem.

Mapa 1: Município de Uberaba, MG e Distrito de Peirópolis.



Fonte: IBGE, 2022. Organização: FERNANDES, 2022.

Do ponto de vista geográfico, esta pesquisa é importante para se compreender características e peculiaridades de um espaço turístico que ainda espera por uma abordagem mais aprofundada.

O espaço turístico e o turismo deste território quando investigados, podem subsidiar produções de políticas públicas pela Prefeitura de Uberaba que melhor se adequem as suas caracterizações. Por ser uma área com potencial educativo, a compreensão do local como integrante de educação de crianças, jovens e adultos, complementa a compreensão por parte de profissionais docentes que queiram utilizar do turismo do local para ensinar.

O presente trabalho teve a sua metodologia dividida em três etapas, por meio de pesquisa qualitativa. Na primeira etapa foram realizados revisão de literatura, por meio de pesquisa bibliográfica para a discussão dos conceitos principais como turismo, patrimônio, paisagem, território e turistificação.

A pesquisa qualitativa, segundo Ramires e Salazar (2013), reconhece a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, de uma interdependência viva entre sujeito e objeto, trazendo uma abordagem mais subjetiva para análise do fenômeno estudado.

A pesquisa qualitativa não pode ser considerada apenas uma pesquisa “não quantitativa” (GIBBS, 2008), ela busca entender o mundo “lá fora”, para entender, descrever e até, explicar fenômenos sociais analisando experiências de indivíduos ou grupo, com suas histórias biográficas ou práticas analisando-se o conhecimento relatos e histórias do dia a dia, examinando comunicações e interações que estejam em desenvolvimento, baseado na observação, registro de práticas de interação, comunicação, investigação de documentos em imagens, filmes,

música ou texto.

Na pesquisa qualitativa, Mariano e Santos (2017) definem a revisão de literatura como um procedimento importante para se encontrar trabalhos e metodologias similares entre si, como opções para utilizá-las de fontes de informações úteis, evitando duplicação e erros, com ideias, pontos de vista e comparação em contextos similares ou diferentes, que abrangem o contexto teórico-metodológico da pesquisa sobre os quais vários autores serão consultados e apresentados ao longo das discussões, uma forma de aprender sobre estudos anteriores. Para Yin (2016) se faz necessário acessar tais estudos, lê-los e familiarizar-se com as questões importantes relacionadas ao tema de estudo, acessando artigos recentes, teses, dissertações e apresentações públicas.

A revisão de literatura foi feita em revistas, livros e artigos disponíveis em plataformas científicas digitais, livros da Biblioteca Setorial de Ituiutaba, da Universidade Federal de Uberlândia e Biblioteca Solano Trindade, da Fundação Zumbi dos Palmares de Ituiutaba e o arquivo público de Uberaba.

Para constituição desta dissertação, livros e artigos sobre metodologia científica e pesquisa qualitativa foram utilizados a partir de autores como Ramires e Salazar (2013), Mariano e Santos (2017), Gibbs (2008), Yin (2016), Bank (2009), Prodanov e Freitas (2013), que foram mencionados ainda no primeiro capítulo.

Para investigação sobre os antecedentes do turismo para o capítulo 2, textos de autores que transcreveram essa história foram lidos como Ignarra (2013), Machado (2010) e Becker (1997), que trataram sobre as viagens durante a idade média, até a queda do Império Romano.

Para a construção do conceito acadêmico do turismo

encontrados no tópico 2.4, textos de Jafari (1997) e Leiper (1979) foram utilizados para dar sentido a redação deste tópico; para acepções sobre vertente pragmática, autores do turismo como Beni foram importantes para conhecimento do turismo visto enquanto sistema; Na Geografia do Turismo, destaco três pesquisadores que nessa pesquisa foram utilizados, que contribuíram para essa área em estudo durante seu desenvolvimento: Adyr Rodrigues, Anderson Portuguez e Rita Cruz, que ao longo dos anos 1990 e 2000 construíram com parte das pesquisas da Geografia do Turismo.

Sobre informações da política do turismo no Brasil e seu desenvolvimento *sites* de órgãos como Ministério do Turismo, Planos da Prefeitura de Uberaba, Plano Nacional do turismo entre outros, foram de extrema importância para as consultas.

Para entendimento do turismo e sua produção de espaços, buscou-se por autores que o pesquisam, como Anderson Portuguez, Adyr Rodrigues e Rita de Cássia Cruz, que contribuem para a Geografia do turismo desde os anos 1990.

Associado à revisão literária do objeto deste estudo, houve levantamento de dados para compreender como a pandemia da Covid-19 impactou o turismo em Peirópolis. O *site* da Organização Mundial da Saúde foi consultado para gerar um panorama do mundo e do Brasil, enquanto algumas informações locais da Secretaria Municipal de Uberaba foram consultadas para cruzar tais informações.

Fator relevante deste primeiro momento, a análise documental foi necessária para a compreensão de determinadas realidades, para haver meios de embasamento das realizações dos trabalhos de campo e fornecimento de elementos teóricos fundamentais. O uso de documentos para a pesquisa traz uma

riqueza de informações, já que elas são utilizadas em várias áreas de ciências humanas e sociais, aproximando o entendimento do objeto na sua contextualização histórica e sociocultural (SÁ-SILVA, ALMEIDA e GUINDANI, 2009).

Essa etapa documental, segundo Martins e Theophilo (2009), pode complementar a pesquisa, subsidiando dados encontrados por outras fontes, no sentido de corroborar a confiabilidade dos dados, sendo documento definido pelo dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010) como título ou diploma que serve de prova, documento histórico, qualquer objeto ou fato que serve de prova, confirmação ou testemunho.

Na segunda etapa desta pesquisa, foram realizadas coletas de campo na área em que se localiza o Complexo Cultural e Científico de Peirópolis – Museu dos Dinossauros, onde foi fotografado e mapeado o acervo patrimonial ali existente, assim como a infraestrutura turística disponível para o consumo do território turistificado.

Foi realizada observação direta, baseada no uso dos sentidos como forma de adquirir conhecimento sobre o objeto de pesquisa, o qual se coleta dados sobre o objeto em seu contexto, revela e constata conhecimentos e comportamentos ocultos dos usuários, presencia eventos e situações no momento em que se ocorre. Para Prodanov e Freitas (2013) a técnica de observação deve servir de um objetivo preestabelecido de pesquisa, bem planejada, ser registrada de forma sistemática para responder propósitos preexistentes, de forma a se constatar um comportamento.

Para o levantamento de dados necessários ao cumprimento dos objetivos específicos durante o trabalho de campo, foi utilizado um roteiro básico de entrevista organizado de forma a abranger tópicos relacionados às questões do objeto pesquisado. A

este roteiro foram adicionadas questões relacionadas à compreensão do turismo em Peirópolis e comentários que surgiram espontaneamente.

É importante salientar que no início desta pesquisa, as atividades do Complexo Cultural e Científico de Peirópolis – Museu dos Dinossauros, estavam pausadas devido a contingência quanto a pandemia. Tal fator impossibilitou contato da pesquisadora com o público visitante, dificultando o desenvolvimento desta etapa, não sendo possível realizar uma justa coleta de dados a partir de entrevistas com turistas, por não haver tempo hábil no cronograma proposto.

Dessa forma, a pesquisadora esteve no Complexo e Museu, em posse de um roteiro semiestruturado de entrevistas (apêndice A) e a realizou com treze pessoas, entre eles funcionários e dirigentes do local que lidam diretamente com a produção do espaço turístico e moradores que vivem da atividade do local, com perguntas elaboradas para respostas em formato descritivo, fonte de suas colocações, sem inferência da pesquisadora sobre suas respostas.

É necessário ter um plano para entrevista (PRODANOV e FREITAS, 2013) visto que no momento em que ela está sendo realizada, informações necessárias não deixem de ser colhidas. Dessa forma, está entrevista semiestruturada terá um plano básico ou roteiro, com intuito de se coletar informações referentes aos fenômenos correspondentes ao objeto de estudo. Além disso, contará com gravações, transcrições, citações e interpretações para em seguida serem apresentados na dissertação.

Salientamos aqui sobre o respeito que os participantes desta ação tiveram, sendo-lhes garantido o anonimato de suas imagens e identificação pessoal, uma vez que essa pesquisa foi aprovada pela análise no Comitê de Ética em Pesquisa Com Seres Humanos da Universidade Federal de Uberlândia.

Caracterizada por uma proposta de diálogo a respeito de um tema específico, é consenso entre estudiosos (MORÉ, 2015) que a entrevista se propõe a conversações entre pesquisador e o participante, um espaço relacional sustentado pelos interesses do pesquisador, para o participante, dentro do seu cotidiano de vida, enquanto os aspectos estruturais da entrevista trata da construção das questões norteadoras de uma investigação, assim como os critérios da observação dos participantes de campo, que permitem trazer à tona informações de ângulos diferentes tanto do contexto, como sobre o fenômeno investigado, o que permite a melhor compreensão e integralização dos dados quando da ocasião do seu processo de análise.

As entrevistas semiestruturadas também podem ser definidas como uma lista de informações que se deseja de cada entrevistado, pautadas no quadro teórico, nos objetivos e nas hipóteses da pesquisa, podendo variar a estrutura destas perguntas e a ordem das mesmas, de acordo com as características de cada entrevistado (OLIVEIRA, 2011).

Os resultados destas entrevistas foram analisados e descritos, sendo gravadas mediante autorização do entrevistado, de forma que alguns destes trechos foram transcritos e discutidos nesta dissertação (observar que os pronunciamentos registrados foram fiéis ao que foi expressado pelos entrevistados).

Durante o trabalho de campo, foi realizado uma cobertura fotográfica do acervo patrimonial ali existente, assim como a infraestrutura turística disponível para o consumo do território turistificado. Para Bank (2009), um estudo que incorpore imagens na criação ou na coleta de dados pode ser capaz de revelar algum conhecimento que não está acessível por nenhum outro meio.

A observação crítica de imagens para Tonini (2003), está em aprender como apreciar, decodificar e interpretá-las, analisando ao mesmo tempo a forma como elas são construídas e o modo como operam na construção do conhecimento geográfico. Para Silva e Moura:

A imagem é entendida de várias maneiras, possui funções representativas, informativas, simbólicas, documentais, expressivas, pedagógicas, entre outras. Estas funções podem ser captadas nas mais diversas paisagens, pois a fotografia é um instrumento que a maioria dos fotógrafos profissionais utilizam para captar fragmentos da paisagem. As funções das imagens decorrem dos objetivos que se quer alcançar. Sendo assim, uma mesma imagem pode possuir diferentes funções atendendo a interesses distintos (SILVA e MOURA, 2004, p.180-181).

Os registros fotográficos constituem um meio de informação sobre o presente momento, deixando registrado não somente em memórias, é um recurso que retrata sujeitos, objetos e realidades sociais. As imagens para este trabalho foram capturadas e armazenadas em meio digital, em cores, com alta qualidade, selecionadas (aquelas com condições visuais adequadas), datadas, atribuindo os devidos créditos de autoria.

As imagens captadas, respeitam a pertinência ao objeto de pesquisa, auxiliando as contemplações aos objetivos específicos, com viés ético, registrando momentos que apoiam argumentações da pesquisadora, paisagens e condições que auxiliaram no processo de análise e interpretações do propósito desta pesquisa.

Além do uso de imagens para fotos elaborou-se mapas, que auxiliou para delimitação dos espaços e comportamentos. A partir dessas relações tanto de caráter material (fixos) quanto imaterial (fluxos), os geógrafos buscavam compreender e analisar as linguagens cartográficas existentes (SANTANA, SILVA e CHAGAS, 2013).

Neste caso, delimitou-se o território de Uberaba (e do território brasileiro) a partir da representação de dados turísticos em mapas cruzando-os com sistemas de informações geográficas (SIG), favorecendo a análise e avaliação da produção do espaço geográfico, sendo possível estabelecer e analisar localidades diferentes visando compreender seu uso turístico.

Após o levantamento cartográfico, a terceira e última etapa dessa pesquisa, consistiu em organizar os dados levantados em campo, quanto a revisão literária e a análise documental. Todos os elementos informativos obtidos foram confrontados com os levantamentos teóricos realizados, sendo feitas análises e produção dos textos correspondentes aos capítulos desta dissertação.

A pesquisa está estruturada em cinco capítulos. A introdução, que nos trouxe informações fundamentais para a compreensão e ingresso aos capítulos posteriores. Já no primeiro capítulo, discorreremos sobre a Geografia do Turismo, sua história, o espaço, o território e a paisagem nessa perspectiva do turismo desde seu surgimento a atualidade. O segundo capítulo consiste no tratamento do turismo como fenômeno social e sua

história. No terceiro capítulo, discorremos sobre panorama turístico de Uberaba (MG) e Peirópolis. Para o quarto capítulo, temos a abordagem dos resultados obtidos em Peirópolis. Na última parte do trabalho, consta as considerações finais e a conclusão desta pesquisa de mestrado.

## **GEOGRAFIA DO TURISMO: DOS PRIMEIROS ESTUDOS GEOGRÁFICOS ATÉ OS DIAS ATUAIS**

Por existir diferentes entendimentos da Geografia e variadas abordagens geográficas, percebe-se que o recorte do objeto estudado passa por uma variação temporal. Com novas geotecnologias, inova-se a forma de estudar o meio natural, com o desenvolvimento de novas atividades sociais, em que são identificados novos objetos para o estudo do meio social (GALVÃO FILHO, 2005).

A Geografia do Turismo utiliza de objetos na espacialização de fluxos e fixos. O fluxo expressa o conjunto de transações entre indivíduos e alterações desse movimento, estas transações podem ser comerciais, governamentais, turísticas, de serviços, entre outros, as quais implicam viagens, negócios, mobilizam os meios de transportes, entre outros, enquanto os fixos se dão pelos elementos fixados, como hotéis e pousadas ou monumentos históricos, que atraem fluxos de pessoas, os quais modificam o entorno, propiciando a instalação de outros serviços. Santos (2010) afirma que fluxos e fixos se configuram como objetos e ações espacializadas geograficamente, tornando-se assim objetos fundamentais.

Temos o cenário propício, a partir desses movimentos, para que o turismo seja produzido, uma vez que o fluxo fornece a condição de existência a essa atividade. Consolida-se o processo de concretização do turismo subjugado a condição do turista extrair os condicionantes da cultura dos lugares, interagindo-se de maneira a absorver/influenciar parâmetros para inserção

desses lugares e culturas no processo da economia-mundo, ou seja, na integração do local com o global e vice-versa.

Considera-se o turismo como um dos aspectos mais influentes da sociedade moderna. Seus deslocamentos respondem a milhares de pessoas pelo globo, facilitado por meios de transporte espacializados por uma rede que se conecta quase sem restrições a maior parte do mundo. A partir de tal condição é que se permite observar a transformação do turismo em fenômeno socioespacial, o qual é necessário estudos, teorias, explicações e pesquisadores aptos a fazê-los (AZEVEDO, *et al.*, 2013; MARANHÃO e AZEVEDO, 2018).

Para Souza Júnior e Ito (2005), conceitos como paisagem, região, espaço e território, tradicionalmente discutidos pela Geografia, fornecem importantes subsídios para a interpretação espacial e configuração territorial produzida pelo turismo. O fenômeno em si não é considerado uma ciência, uma vez que este não se desenvolveu em meio a ideias conexas, resultantes de uma explicação sobre uma dada realidade. Este vem se apropriando por pensamentos desenvolvidos por outros ramos do conhecimento científico, como a própria geografia. Este fenômeno deve ser enquadrado no campo de estudo de outras ciências que tenham como ponto convergente o fornecimento de hipóteses que expliquem os fatos que levam ao desenvolvimento do turismo ou suas influências na organização espacial. Nesse contexto, a Geografia é uma importante via de acesso tendo em vista os seus objetivos de estudo, especificamente, a Geografia do Turismo.

Para Portuguesez (2017), a Geografia assume um papel fundamental, enquanto uma das muitas ciências que pesquisa o turismo dedicando-se aos estudos dos processos de (re)produção do espaço turístico, sua organização e o aproveitamento de suas

potencialidades em benefício, tanto daqueles que os ocupam, quanto que nele buscam os recursos recreacionais que necessitam.

Na atualidade, o turismo é uma atividade composta por um amplo sistema de prestação de serviços com inúmeros fatores positivos e negativos para as localidades onde se processa (PORTUGUEZ, 2010). São considerados dentre os fatores positivos: geração de emprego e de renda, desenvolvimento econômico local, dinamização da cultura regional, incentivo à comercialização de produtos locais, possibilidade de melhoria de equipamentos urbanos e de infraestruturas de apoio (estradas, segurança, saneamento), investimentos voltados à proteção do meio ambiente e à cultura, melhoria do nível sociocultural da população residente, intercâmbio de ideias, costumes, estilos de vida, entre outros.

Quanto aos impactos considerados negativos, pode-se citar: aumento da degradação ambiental, exploração do trabalho de classes sociais subalternas, elevação da pressão social sobre o espaço público, incentivo à prostituição (sobretudo a infantil e de adolescentes), tráfico de drogas, dentre outros.

O turismo deve ser estudado por um complexo teórico-técnico decorrente da contribuição de um significativo número de ciências, cujas bases teóricas metodológicas já estão mais estruturadas (PORTUGUEZ, 2017), que se beneficia da ciência geográfica pela capacidade de análise espacial que a Geografia imprime em seus estudos. Portanto, temos aqui a ênfase na importância de estudos na área também pela Geografia.

Para Coriolano, Mello e Silva (2005, p.21) “a Geografia é a ciência do espaço e o Turismo concretiza-se nos espaços geográficos”. Por meio dela, é possível compreender as singularidades dos lugares onde se habita e onde se faz turismo,

saber o que o diferencia e aproxima os seres humanos, entender as formas de relações socioespaciais, ou como diferentes sociedades interagem com a natureza nessa construção. Para estes autores “a incumbência da Geografia do Turismo é ler o mundo, explicar e interpretá-lo, para entender a mobilidade dos fluxos turísticos” (CORIOLANO E MELLO E SILVA, 2005, p.22).

Rodrigues (2001, p. 95) destaca que “a Geografia do Turismo serve para alimentar e irrigar a reflexão na Geografia”, sendo também necessário aprofundar-se na reflexão geográfica para entender o fenômeno no turismo, contemplando sua natureza complexa e multifacetada, percorrendo os campos ecológico, sociológico, antropológico, psicológico, cultural, político, jurídico, ideológico com significativas incidências espaciais.

### **As abordagens neopositivistas da Geografia do Turismo (1900-1980)**

Para uma argumentação quanto ao turismo no contexto geográfico, é necessária a sistematização e exposição de alguns fatores no decorrer da história. Este exercício é importante para compreensão desta relação que, com estudos de diversos autores e diferentes colocações, proporcionaram certa sapiência do panorama entre atividade turística e produção do espaço.

Temos em Almada (2020) a referência a um artigo publicado em 2004 por Butler sobre Geografia do Turismo (*Geographical research on tourism, recreation and leisure: origins, eras and directions*). Na publicação em questão, temos acesso às principais obras sobre as temáticas de lazer, recreação e turismo na perspectiva geográfica, periodizando-as como: A Era Descritiva (até 1950), o Desenvolvimento dos Temas (1950 a

1980) e a Era da Diversidade, (última década do século XX ao começo do século XXI).

Na Era Descritiva (quanto ao artigo de Butler), Willians (2009), afirma que o estudo do turismo não era comum dentre as pesquisas da geografia e, portanto, por um longo período não sendo priorizada. O que se explica, provavelmente, pelo fato de que nesse período o turismo era observado somente como uma atividade econômica.

Este fato é reafirmado por Almada (2020, p. 6) quando afirma que “no primeiro período o turismo era considerado uma temática menor na ciência geográfica, tendo alguns trabalhos sobre esse tema e nenhum geógrafo dedicado unicamente ao estudo do turismo”. Portanto, reafirmando que não era uma atividade de destaque nas pesquisas geográficas.

A autora retrata que essa falta de interesse do estudo do turismo na Geografia faz parte da própria evolução do fenômeno. E, por consequência, só vindo a ter destaque seus estudos após a Segunda Guerra Mundial. Observa-se que nesse período os estudos centravam a atenção para outras finalidades, como a expansão territorial dos países.

No século XIX na Alemanha havia predominância da corrente denominada como Determinismo Geográfico, a partir de seu expoente, o autor Friedrich Ratzel. O Estado alemão recém-unificado estava em processo de expansão, necessitando da Geografia para cumprir essa demanda, na busca de novas colônias, mercado consumidor, matéria-prima entre outros.

Nos anos 1870 e 1871, especificamente, temos França e Alemanha guerreando no que historicamente é denominado Guerra Franco-Prussiana. Neste momento a Alemanha conquistou os territórios de Alsácia e Lorena e se expandiu

territorialmente. Para o estado alemão, o território era o ente fundamental para sociedade – o espaço vital. Observa-se contribuições da Geografia para essa expansão.

No mesmo período, a França também estava focada no processo expansionista, a partir da corrente geográfica Possibilismo, no qual conceitos de regiões e paisagens eram fundamentais. Nessa corrente fundada por Paul Vidal de La Blache, gêneros de vida poderiam influenciar ou contribuir sob outro gênero de vida.

As práticas da Alemanha e França, mesmo que diferentes, continham mesmo objetivo, como a colonização e expansão de terras, e a Geografia tinha por objetivo contribuir nessa demanda, de forma que eram para isso as atenções de geógrafos da época.

Na primeira metade do século XIX a função da geografia essencialmente, era elaboração de material para fins de navegação e/ou colonização. Sua narrativa precisou de um novo saber sistematizado, para que pudesse ter proposições, numa linguagem lógica. Desse modo, era necessário um pensamento científico, para que o saber pudesse ser julgado por uma conduta lógica, mantendo uma posição objetiva e racionalista (ALBACH, 2010), chegando no próximo século, uma nova corrente geográfica.

No século XX, entre 1950 e 1980, localiza-se na Geografia do Turismo a era do Desenvolvimento dos Temas, período em que ocorreu o seu precedente (ALMADA, 2020). Nesse momento, as publicações usavam abordagens positivistas, característica que não ficou restrito a Geografia do Turismo, mas a toda ciência geográfica que vivenciava essa fase de predomínio de estudos quantitativistas. A investigação de fenômenos espaciais se deu predominantemente através de modelos matemáticos, sendo a principal característica desse período,

conhecido com *New Geography*. Segundo Willians:

As publicações da era do Desenvolvimento do Turismo tratavam de problemas sobre o efeito da escala, distribuição espacial do fenômeno turístico e do movimento turístico, relação homem-meio e impacto turístico, e a modelagem espacial do desenvolvimento do turismo foram enfoques típicos para o trabalho geográfico que estabeleceu uma abordagem básica para geografia do turismo que permaneceu influente na década de 1990 (WILLIANS, 2009, p. 19).

Para Santos (1988), a quantificação ocorreu em razão da procura de uma linguagem matemática para dar cientificismo à Geografia, para ser considerado científico o conhecimento deve ser mensurável por técnicas matemáticas. O uso da filosofia Neopositivista, teve como objetivo dotar a geografia de cientificismo.

Denomina-se Geografia “Teorética e Quantitativa” ou Geografia “Neopositivista” a corrente que começou a se formar logo após a Segunda Guerra Mundial e que terminou por trazer profundas modificações teóricas e metodológicas (...) se caracterizou pelo emprego maciço das técnicas matemático-estatísticas na geografia, provocando uma verdadeira “revolução” no seio dessa ciência [...] (CAMARGO e REIS JÚNIOR, 2004, p. 356).

Os estudos passaram a se preocupar mais com os modelos matemáticos e com a estatística para alçar a clareza e objetividade colocada como questão fundamental por tais vertentes. Em segundo plano ficam, então, estudos que buscam compreender as relações sociais e espaciais presentes no espaço. Milton Santos afirma que:

Referimo-nos, particularmente, aos progressos de automação. Isso dotou a pesquisa de meios que, ao menos em aparência, deviam permitir uma definição mais exata das realidades, ensejando chegar assim à postulação de leis cuja pertinência pode, todavia, ser discutida. Um tal conjunto de circunstâncias levou a atividade científica a buscar direções alternativas e a geografia não escapou à tendência. (SANTOS, 1978, p. 60).

É legítimo o tratamento quantitativo nas pesquisas científicas, mas tornou-se perceptível que as Ciências Humanas em geral e, não somente a Geografia, tiveram seus estudos prejudicados por uma leitura de que técnicas qualitativas não oportunizavam a objetividade científica. Hoje, sendo superada essa leitura e, até mesmo, torna-se enriquecedor o uso de técnicas diferentes em um mesmo trabalho. O que podemos observar como um ganho para as Humanidades.

Feita a ressalva voltaremos ao texto, demonstrando que no período que segue em análise, após a Primeira e Segunda Guerra Mundial, conceitos como o de região, assim como o de território para delimitação de áreas, passaram a ser utilizados na análise das organizações espaciais (OLIVEIRA, 2001), ficando ainda mais acentuado com a criação de empreendimentos e roteiros destinados exclusivamente para a atividade turística.

Contudo, mesmo com o enriquecimento da Geografia através do uso de modelos matemáticos-estatísticos, a inserção dos computadores na análise e a busca de aprimoramento metodológico, não era ainda possível obter respostas a todas as questões e inquietações impostas às ciências humanas e sociais.

No que concerne à Geografia Neopositivista, temos uma limitação por meio da realização de descrições quanto à localização, características, mapeamento, mas sem abordagens críticas ou questionamentos, em defesa de uma neutralidade científica. É originário do positivismo do século XIX, que não rompeu com o descritivismo clássico.

Surgem os estudos por categorização, que para Portugal (2017), se dava por um agrupamento de elementos a partir de categorias de classificação de atrativos, que procurava ressaltar aspectos socioculturais e ambientais, independentemente de suas localizações e acessibilidade, “uma cachoeira era analisada separadamente sem, contudo, valorizar a propriedade onde estava situada” (PORTUGAL, p. 118, 2017), categorizando de acordo com a paisagem.

De acordo com Pearce (2003), o turismo na vertente geográfica se relaciona ao lazer em que são mencionados estudos em 1960 quanto ao destino do sistema turístico. O autor olhava toda a cadeia, indicando a pesquisa geográfica como contribuinte ao planejamento, desenvolvimento e gerenciamento da relação: a origem, a ligação e o destino.

Porém nesse período, os estudos quanto à Geografia do Turismo não é tão contributiva. Conforme Almada (2020, p. 12) reafirma “o fenômeno turístico durante as primeiras décadas da ciência geográfica ocupou um papel secundário na academia (...) consolidando-se a partir da década de 1990”.

Mas tivemos um movimento de renovação da Geografia em que se promoveu uma ruptura com a perspectiva tradicional trabalhada nesta etapa do texto. Buscaremos, a partir de agora, demonstrar o momento em que temos uma nova leitura acerca do turismo. Todo o exercício reflexivo feito até o momento é fundamental para que o leitor possa ter acesso ao desenvolvimento do turismo como um fenômeno relevante para a Geografia. Esse é um dos esforços da pesquisa em questão.

### **A primeira renovação discursiva da Geografia do Turismo (1980-2010)**

Temos, entre os anos 1980 e 2010, uma mudança no campo de estudos geográficos por meio de um movimento de “Renovação Discursiva da Geografia do Turismo”. Conforme foi possível investigar, o movimento de renovação da Geografia, foi importante por termos o rompimento de parte dos geógrafos com a perspectiva tradicional. Foi a partir daí que se estabeleceram diálogos acerca da linguagem de metodologia de pesquisa, dando relevância ao espaço urbano nos estudos, bem como o uso do sensoriamento remoto e geotecnologias.

Uma importante característica consiste no fato do movimento se pautar pela diversidade de métodos e de posicionamentos dos seus componentes em busca “do novo” empreendida por vários caminhos. Em função dos propósitos, como é possível verificar, essa renovação pode ser dividida em dois conjuntos, quais sejam: a Geografia Pragmática e a Geografia Crítica (COSTA, 2011).

Nas leituras realizadas observa-se uma crítica dos teóricos à Geografia Pragmática. Na primeira parte buscaremos diferenciá-la a partir destas análises. Partimos, então, de Moraes (1987). Foi possível verificar que a crítica consiste em uma mudança superficial do que era determinado pela classe dominante, por sua condição socioeconômica e também ideológica. Portanto, a Geografia Pragmática, esteve a serviço daqueles que a utilizavam como um instrumento de dominação, ou seja a serviço do Estado burguês.

O objetivo era a tentativa de contemporizar este campo específico do conhecimento, sem romper seu conteúdo de classe, com propostas que visavam uma redefinição das formas de veicular os interesses do capital, daí sua crítica superficial à Geografia Tradicional.

Conforme apontam as leituras, temos nesta vertente uma mudança de forma, sem alteração do conteúdo social, como atualização técnica e linguística. Transpôs de um conhecimento que levanta informações e legitima a expansão das relações capitalistas, para um saber que orienta esta expansão, fornecendo-lhe opções e orientando as estratégias de alocação do capital no espaço terrestre.

Observa-se que entre o pensamento geográfico pragmático e o tradicional há uma continuidade dada por seu conteúdo de classe – instrumentos práticos e ideológicos da burguesia. Porém, durante essa transição e com críticas à Geografia Pragmática, despertou-se uma nova vertente, gerando a própria Geografia Crítica (MORAES, 1987).

Antes de adentrarmos à Geografia Crítica, é importante mencionar que comumente diversos estudos não buscam romper com os interesses socioeconômicos dominantes e a pesquisa

científica, a seu modo, acaba sendo utilizada como uma ferramenta também do campo ideológico. Nossa forma de observar diversos fenômenos sociais nem sempre está atenta às complexidades das relações e aos interesses que estão presentes.

A Geografia Crítica, em 1980, demonstrou que os modelos matemáticos e estatísticos não conseguiriam explicar todos os fenômenos que ocorriam. Para tanto, esteve calcada no materialismo histórico e dialético que advém de uma leitura marxista.

Para tal perspectiva, questões quanto ao aumento de problemas sociais, ampliação da concentração de renda, aumento das migrações para as cidades, falta de infraestrutura capaz de atender a esta demanda, espaços degradados em construção em continentes como América Latina, África e Ásia poderiam ser estudados, entendidos e com conclusões que poderiam contribuir para melhoria.

O ser humano passa a ser compreendido como ser social e suas relações políticas e econômicas são introduzidas no debate com o objetivo de compreender as profundas desigualdades espaciais existentes (COSTA e ROCHA, 2010).

Na corrente da Geografia Crítica, as conectividades e causalidades devem ser pautadas. Sua fundamentação, conforme mencionado anteriormente, está nos pressupostos filosóficos do marxismo, fenomenologia, do materialismo histórico e dialético. Uma leitura de tal ordem, conforme veremos, exige um “olhar” mais atento do pesquisador.

De acordo com Costa e Rocha (2010, p. 37) “o materialismo histórico e dialético diz respeito às contradições da realidade, a concepção de mundo e de movimento que o pesquisador possui, deve ser radical e ter por finalidade a transformação da realidade”,

ou seja, o pesquisador busca entender aquilo que se oculta nas relações sociais historicamente produzidas, para que seja possível transformá-la.

O pesquisador não apenas observa a realidade, mas busca a sua mudança para uma transformação em que o fator predominante não seja a continuidade de exploração de uma classe sob outra que contará o trabalho em sua precariedade. Nesta perspectiva, podemos ainda pensar na exploração das riquezas naturais por si só, em que em o fator predominante é a questão econômica.

Os autores citam nesse período a incidência da Geografia Humanística, a qual se embasa na fenomenologia, que traz consigo a valorização da experiência do indivíduo ou grupo para compreender o comportamento e as maneiras de sentir das pessoas em relação aos seus lugares, respeitando a visão de mundo de cada, nascendo conceitos chaves desta Geografia: o espaço e lugar. Se consagra nesse período, a Era da Diversidade na Geografia do Turismo.

Marcada pela expansão e especialização nas pesquisas sobre o fenômeno do turismo, ocorre desde final do século XX e o começo do século XXI, de acordo com o artigo de Butler (ALMADA, 2020), marcado pelo aumento do estudo da geografia do turismo também ligado diretamente ao crescimento do próprio turismo nesse século:

Na medida que o turismo cresce em escala a sua composição se torna mais diversificada (por exemplo, através do surgimento de nichos de mercado em áreas como a aventura e o ecoturismo ou a crescente popularidade do turismo histórico e cultural) de modo que a abordagem do estudo do turismo, em si mesma, tende a

se tornar mais diversificada (WILLIANS, 2009, p. 2).

No Brasil, em 1985, com a tese da professora Adyr Rodrigues “Águas de São Pedro – Estância Paulista – Uma contribuição a Geografia da Recreação”<sup>1</sup>, houve uma ruptura significativa com a Geografia Neopositivista. Tese elaborada a partir dos pressupostos filosóficos neomarxistas, o qual o turismo passa a ser questionado, lançado a preocupação com seus impactos sociais, territoriais e ambientais no Brasil, bem como os perigos do turismo predatório e o turismo de massa (RODRIGUES, 2001a).

A partir de então se estabelece no Brasil bases para linha de pesquisa na Geografia do Turismo, numa perspectiva crítica, dando origem a pesquisadores dessa área, dando continuidade à reflexão da pesquisadora defendida em seu doutorado. De um lado estavam geógrafos adeptos ao materialismo histórico e dialético, que tem na relação socioespacial o seu principal viés de análise, e por outro lado a contribuição dos geógrafos fenomenologistas mais preocupados em analisar a reprodução dos espaços a partir da interferência da cultura da sociedade e do seu grau de subjetividade (SOUZA JÚNIOR e ITO, 2005).

A primeira perspectiva é valorizada pelos geógrafos marxistas que se preocupam em analisar os impactos produzidos pela atividade turística na (re) organização espacial, de forma que objetos e as ações ganharam uma relevância na abordagem; os atores sociais se tornaram objetos de investigação uma vez que suas ações passaram a ser determinantes do processo de

---

<sup>1</sup> Enfoque no impacto causado a população local da cidade de Águas de São Pedro, estância artificial que explora águas minerais, um espaço produzido para exploração do turismo termal (RODRIGUES, 2001).

organização espacial pela atividade turística e pelos embates por ela produzidos.

Já a segunda perspectiva, a dos fenomenologistas, buscavam analisar as produções dos espaços turísticos segundo as representações dos indivíduos que reproduzem, com apoio do imaginário, ambientes de aproveitamento turístico onde a paisagem era entendida como concreto e característico produto da complexa interação entre uma determinada comunidade humana com suas preferências e potenciais culturais, e um quadro de circunstâncias naturais.

Neste caso, a relevância maior não está direcionada a observância dos conflitos, mas a importância da influência dos atores sociais, a partir de suas representações, criação e recriação de espaços estrategicamente delimitados para o desenvolvimento do turismo (SOUZA JÚNIOR e ITO, 2005).

Sposito (2001) sugere que a Geografia Crítica valorizou os estudos empíricos, mas abandonou a cartografia. Segundo ele, mesmo sendo distintos, cada fase trouxe sua contribuição. Sendo assim, é necessário perceber que a história da produção geográfica sobre o turismo no Brasil foi (e continua sendo) também uma parte da história da Geografia atrás das delimitações de seu objeto de estudo e a procura de metodologias (GALVÃO FILHO, 2005).

A década de 1990, trouxe o auge para a Geografia do Turismo. Nesse período, houve um crescimento dos cursos de turismo no Brasil, formando turismólogos, devido à expansão da própria atividade turística e os estudos que se davam ao setor. Ao mesmo tempo, no âmbito da Geografia do turismo, cursos de mestrado e doutorado estavam com “suas salas cheias”. Foi um período de êxito para o turismo, Geografia do turismo e seus

adjacentes.

Um marco da pesquisa de Geografia e Turismo no Brasil, segundo Albach (2010), foi o Seminário Internacional “Sol e Território” em 1995, o qual reuniu pesquisadores latino-americanos e europeus, gerando três livros publicados pela Editora Hucitec: “Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais” (organizado por Adyr A Balastreri Rodrigues), “Turismo: impactos socioambientais” (organizado por Amália Inês G. de Lemos) e “Turismo: espaço, paisagem e cultura” (organizado por Eduardo Abdo Yásigi, Ana Fani Alessandri Carlos e Rita de Cássia Ariza da Cruz). O seminário deu origem ao I Encontro Nacional de Turismo com Base Local, em 1997.

Nos anos 1990 a 2000 a emergência da categoria “lugar” e categoria “território” e a “escala local” serviam para análise e planejamento do turismo. Então surge no Brasil uma preocupação com o turismo de “base comunitária”. Tal modificação tende a permanecer pelos próximos anos, e é importante salientar que Rodrigues, em 1991, já citava sobre a necessidade de compreender os impactos do turismo com as bases comunitárias:

Seria de grande interesse, e já aparecem trabalhos neste sentido, investigar o impacto do turismo sobre as comunidades locais, ou seja, a relação que se estabelece entre a população fixa e a flutuante. Também relevante é avaliar o custo social das obras e da manutenção dos serviços públicos nos núcleos turísticos, o que vem onerar sobremaneira a população local (RODRIGUES, p. 7, 1997).

Hoje as comunidades que têm desenvolvido o Turismo de Base Comunitária se articulam entre si e estão incluídas em redes virtuais, divulgando seus projetos, atuando no mercado e trocando informações (RODRIGUES, 2012).

Entre os corredores da produção acadêmica haviam colisões acontecendo. Mesmo com a Geografia Crítica tomando protagonismo, a Geografia Neopositivista ainda era forte, portanto, haviam embates entre geógrafos que não superaram o neopositivismo. Os próprios autores manifestam um sentimento de insatisfação frente às pesquisas empreendidas, queixando-se da falta de uma base teórica mais profunda e contextualizada no âmbito das Ciências Sociais, em particular na Psicologia e na Antropologia Social (RODRIGUES, 1992).

Ao mesmo tempo, geógrafos da linha da Geografia do Turismo e o setor do turismo debatiam narrativas: A Geografia criticava o setor turístico apontando os impactos e degradação que se causava, demonstrando a necessidade de controlar esse turismo desordenado, enquanto o setor turístico, representando também pelos inúmeros profissionais que as universidades estavam formando, buscava sua valorização no mercado, e apontava as faltas de propostas e planejamentos da Geografia, que apenas ficavam por parte de julgamentos.

No setor turístico, na década de 1980, o Sistur (Sistema de Turismo) é criado a partir de trabalhos do professor Mário Beni, que de acordo com os limites acadêmicos do turismo, compreende esse fenômeno como uma concepção sistêmica. Nos subsistemas inerentes ao modelo do pesquisador, são definidas e cruzadas realidades de ordem cultural, social, econômico e ecológico.

Porém, a abordagem de sistemas em relação ao turismo não pode se restringir apenas a descrição do processo ou modelo proposto. A Geografia não aplica o Sistur devido seu caráter estruturalista, porém não inviabiliza trabalhos que o adotem

Nos anos 2000, na Geografia ainda havia características descritivistas no âmbito da pesquisa, com pouca importância nas relações sociais, sem metodologia própria para Geografia do Turismo.

Apesar de transcorridas já três décadas da realização de pesquisas, publicação de trabalhos e organização de eventos científicos dentre os quais destacam-se aqueles promovidos pela UGI (UNIÃO GEOGRÁFICA INTERNACIONAL), a chamada Geografia do Turismo carece de bases Teórico-metodológicas. Tendências científicas recentes que enfatizam o tratamento holístico dos fenômenos, procurando eliminar as fronteiras rígidas entre os ramos do conhecimento, tornam cada vez mais delicada a tarefa do geógrafo, quando preocupado com a delimitação do campo abrigado por um determinado fenômeno, tendo em vista a sistematização do conhecimento científico. Neste sentido, a tentativa de definir o objeto e o campo específicos da chamada Geografia do Turismo parece inoportuna, correndo-se o risco de retroceder e caminhar em sentido contrário ao avanço epistemológico da Geografia, que ainda hoje não logrou liberta-se do ranço positivista (RODRIGUES p. 1, 1992).

A Geografia Crítica gerou um desgaste na imagem que ela propunha, os trabalhos desse período eram pouco propositivistas, sem propostas para uso e ocupação do espaço. Ao final dos anos

2000, mesmo diante de toda discussão percorrida, houveram resultados positivos para ambos os lados, de forma que o turismo absorveu as críticas geográficas e a Geografia, por sua vez, perceberam que poderia absorver parte do pragmatismo vindo do setor do turismo, começando a se preocupar com planejamentos e propostas (não estar apenas na perspectiva crítica).

Ao estudar a produção do espaço pelo turismo, os trabalhos geográficos levaram em consideração a dinâmica espacial do turismo, a relação entre o lugar emissor, o espaço de deslocamento e o lugar receptor (ALMADA, 2020). Ressalta-se, portanto, que a Geografia do Turismo se situa na ciência geográfica, que busca compreender o fenômeno do turismo de acordo com uma ou outra linha epistêmica da Geografia.

Na próxima parte do texto o enfoque será na Geografia do Turismo na atualidade. Para tanto, mostraremos quais os caminhos tomam esta área de estudos e a importância de todo esse percurso para a pesquisa e outras que possam surgir.

### **A crise da Geografia do Turismo e sua reestruturação na atualidade – o despertar do criticismo**

Sinais de uma sociedade em crise se avolumam por toda parte e a sua sensação se vai generalizando. Boechat (2019), fala sobre uma “convergência de crises” nesse período gerando narrativas diversas: crise ambiental, crise do trabalho, crise financeira, crise políticas etc. Ele ainda relata que:

A lenta recuperação da economia mundial, após a crise financeira iniciada com a derrocada da bolha imobiliária norte-americana, já dá sinais de esgotamento e analistas sugerem a aproximação de uma nova grande quebra. Ondas de refugiados tentam escapar de guerras civis, mas se deparam com muros por toda a parte. O militarismo ressurge como tentativa desesperada de controle populacional e canalização de anseios por parcelas da população temendo ser elas mesmas jogadas às fileiras dos descartáveis. As catástrofes ambientais recorrentes já não encontram mais saídas confiáveis em discursos jurídicos ou científicos que prometam qualquer solução duradoura. Mesmo a suposta normalidade do cotidiano respira aflita diante dos desafios crescentes para manter pilares frágeis de uma questionável sociedade baseada na família, na educação e no trabalho (BOECHAT, *et al.*, p. 3, 2019).

Estes são aspectos importantes trazidos por (BOECHAT *et al.*, 2019), uma vez que temos uma série de conflitos geopolíticos e sociais que não podem ser desconsiderados. E as catástrofes ambientais tem se tornado um fator de ordem mundial para o qual os interesses econômicos não demonstram muita importância. Temos exemplos por toda parte, mas em Minas Gerais poderíamos considerar o desastre ambiental ocorrido em Brumadinho em janeiro de 2019<sup>2</sup>. Sobre questões dessa ordem,

---

<sup>2</sup> O fenômeno é considerado um dos maiores desastres ambientais ocorridos, por meio do rompimento da Barragem da mina Córrego do Feijão, deixando 270 mortos e outras tantas vítimas que ainda clamam por justiça. Mais informações podem ser fornecidas por: (1) JORNAL DO COMÉRCIO. “Maior tragédia ambiental do Brasil”. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/galeria-de-imagens/2023/01/882775-maior-desastre-ambiental-do-brasil-tragedia-de-brumadinho-completa-quatro-anos.html>. Acesso em: 30 de janeiro de 2023. (2) DW Made for minds.

Trigo (2020) complementa que muitas crises são causadas pela exploração predatória e egoísta dos recursos naturais e humanos:

A extrema concentração de riquezas no mundo, os problemas ambientais e geopolíticos que aumentaram o número de refugiados e empobrecidos, as devastações de florestas e outros ecossistemas, são fruto de exploração predatória e egoísta dos recursos naturais e humanos. As crises cíclicas do último século mostram a teia de questões que desafia a humanidade desde seus primórdios, mas que foram potencializadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação e pelos novos processos de gestão, controle e governança (TRIGO, p. 11, 2020).

À luz do que Trigo (2020) nos aponta podemos também considerar outra situação mineira, a região de Capitólio em que houve o desabamento de um bloco rochoso nos cânions que estão no entorno do Lago de Furnas, local turístico. Houve manifestações à época de que era algo que não se poderia prever, mas também temos leituras que discordam ao afirmarem que este é um fenômeno natural, mas não imprevisível<sup>3</sup>.

---

“A luta por Justiça após quatro anos da tragédia de Brumadinho”. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-luta-por-justi%C3%A7a-quatro-anos-ap%C3%B3s-a-trag%C3%A9dia-de-brumadinho/a-64506954>. Acesso: 30 de janeiro de 2023.

<sup>3</sup> Sobre o ocorrido em Capitólio no ano de 2022, temos condições de obter mais informações através de: (1) CNN BRASIL. “Tragédia de Capitólio lança alerta sobre cuidados com áreas de recursos naturais”. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/podcast-e-tem-mais-tragedia-em-capitolio-lanca-alerta-sobre-cuidados-com-areas-de-recursos-naturais/>. Acesso: 30 de janeiro de 2023. (2) JORNAL DA UNESP. “Geólogos explicam desabamento em cânion de Capitólio e veem Brasil atrasado em avaliações de

É possível, nesta perspectiva, monitorar como uma forma de prevenir a presença humana em algo que constitui um fenômeno natural. É necessário pensar desse modo para que o turismo seja uma atividade sem fins predatórios, conservando os recursos naturais.

Várias crises já assolaram o mundo, não são exclusivas da contemporaneidade, elas são intermitentes e estão relacionadas a perda de controle ou falta de planejamento (REGOS, BARROS e LANZARINI, 2021), são ondas cíclicas que acompanham o próprio processo evolutivo do mundo caracterizado pela emergência constante das mais distintas adversidades, provocando assim disrupturas que, mesmo em meio a um caos instaurado, promovem o avanço da sociedade. Friedman (2017) legitima a premissa por considerar não haver mudanças sem crise, uma vez que, o resultado provoca e possibilita o encontro de novos caminhos.

O fenômeno turístico apresenta características que o deixa sensível a várias mudanças, sendo altamente vulnerável a crises e desastres: oscilações do sistema econômico e na taxa de câmbio, flutuações sazonais da demanda, riscos geológicos e meteorológicos, crises operacionais dos modais de transportes, controle do tráfego aéreo, pane nos sistemas informatizados de reserva, convulsões sociais, instabilidade política, terrorismo, riscos epidêmicos e pandêmicos (BENI, 2001).

Ameaças como terrorismo, guerras, instabilidade política e econômica, crises sanitárias e crime são os principais riscos para paralização do turismo, afetando sua geografia. A globalização

---

segurança de áreas turísticas”. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2022/01/14/geologos-explicam-desabamento-de-canyon-em-capitolio-e-veem-brasil-atrasado-no-monitoramento-de-seguranca-de-areas-turisticas/> Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

permite que o turismo se desenvolva com enorme velocidade e rápida expansão (LOHMANN, 2004), mas essa integração também permite que vários tipos de ameaças e riscos sejam gerados.

No atentado as Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001 e ao Pentágono nos Estados Unidos, várias medidas de segurança foram obrigadas a serem implantadas, com isso, os custos aumentaram e diversos turistas deixaram de estar no país, substituindo por rotas ou destinos que não integrassem o país norte americano.

Por outro lado, os países considerados “seguros” e com menor rigor da imigração, passaram a receber um número maior de turistas, como por exemplo a Nova Zelândia (LOHMANN, 2004). No período dos atentados, segundo o autor, o turismo de todo o mundo se retraiu, devido a insegurança do momento. Fatores semelhantes a insegurança quanto a saúde e durante a Guerra do Iraque também impactaram o setor.

No Brasil, devido à instabilidade política e econômica nos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso (1990-2002), foi interrompido a rápida ascensão do país como potência regional. Quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) assumiu a política de crescimento econômico, combateu a escalada do imperialismo norte-americano na América do Sul, rejeitando o NAFTA e fortalecendo o Mercosul (MAMIGONIAN, 2016).

Segundo o autor, nesse período o governo Lula fez avanços na construção naval, refinarias e progrediu com as descobertas de petróleo no pré-sal. Programas como bolsa família, as cisternas e a luz para todos realizaram importante distribuição de renda no Nordeste e em outras regiões e com o dólar valorizado de 2003 a

2006 as exportações industriais foram alavancadas.

Observa-se que nesse momento a população brasileira estava se colocando num patamar de contínuo desenvolvimento, sendo possível viver melhor se comparado a décadas atrás, comer bem e ter no lazer um momento de conforto, aumentando e desenvolvendo o turismo interno (com maiores chances para se realizar turismo internacional). Porém isso seria modificado posteriormente.

No mundo, com a crise financeira estourada nos anos de 2007 e 2008, bolsas de valores mundiais sofreram uma baixa significativa, apesar de o Brasil não ter sofrido de imediato nessa conjuntura, observando que este período foi durante o governo Lula. Crocetti (2019) retrata que a crise mundial estaria longe de acabar:

Uma das razões pelas quais a crise do capitalismo não acabou foi que as novas tecnologias continuam proporcionalmente atrasadas. Atrasadas porque a financeirização foi prioridade para ter uma lucratividade imediata. O capitalismo está atrasado do ponto de vista de revolução tecnológica. E só essa revolução tecnológica é que vai permitir à economia mundial toda se recuperar. A atual crise da primeira década dos 2000, essa crise vai acelerar a corrida tecnológica porque está demonstrado que aqueles que ficarem esperando excessivamente vão ficar para trás. A questão da revolução tecnológica é uma questão da qual não se escapa. Isso não é uma coisa que se possa controlar ou deixar de controlar. São leis do capitalismo. O capitalismo quando entra num período depressivo é obrigado a procurar novas fórmulas de lucratividade. E uma delas são tecnologias novas. Nesse sentido, dá para dizer que o fordismo já acabou, foi

substituído pelo toyotismo. Dá para dizer que a segunda revolução industrial já acabou ela está sendo substituída pela terceira. Então, é um fenômeno inexorável — não é coisa que dá para ser a favor ou contra (CROCETTI, 2019, p. 495).

No Oriente Médio, o turismo enfrentou crises severas, como na Primavera Árabe<sup>4</sup> em 2011 (marcada por atos pró democracia com retaliações violentas). Países como a Tunísia tiveram consequências desastrosas durante o período, pois a maior parte da mão-de-obra é empregada para o turismo. Territórios próximos as nações de conflitos no Oriente Médio e Norte da África também tiveram um impacto, com queda do número de turistas, como ocorreu na Turquia.

Para Silva (2012), um lugar com forte presença da prática turística pode perder sua atratividade em determinado momento se o país onde se localiza, sofre uma significativa crise que interfira demasiadamente no seu processo de reprodução espacial, podendo se intensificar se as empresas que articulam o turismo aí são estrangeiras e passam a sentir um clima de instabilidade que venha a interferir em seus lucros, fazendo com que estas se retirem do lugar, deixando-o, levando consigo toda a imagem de beleza, simplicidade, exclusividade ou naturalidade dali.

A queda deste lugar se dará por meio da dispensa de trabalhadores em massa, queda do nível de rendimentos, desestruturação social e econômica, retirando-o do circuito

---

<sup>4</sup> Manifestações e protestos populares que se assumiu por vários países do Oriente Médio e do Norte da África no ano de 2011, responsável pela queda de vários governos ditadores e autoritaristas, introduzindo o modelo democrático. Como consequência ainda se observa em alguns países forte crise humanitária e violência.

turístico regional, nacional ou mundial.

A dinâmica da produção de territórios turísticos (ou seja, da apropriação dos espaços pela prática social do turismo) comporta, com a incorporação de novos espaços, o abandono parcial ou total de outros, pois, entre os fatores que determinam sua valorização, destacam-se os modismos, produzidos pela ação determinante do marketing. (CRUZ, 2001, p.12).

Nos anos de 2015 e 2016 no Brasil, já no final do governo de Dilma Vana Rousseff, pela falta de uma política cambial competente, houve uma contínua desvalorização do dólar, chegando a situações desastrosas com a desindustrialização e queda do crescimento econômico. A crise chegava no país.

Porém, é importante destacar que em alguns casos, mesmo em estado de crise, a partir de análises, investimentos e políticas públicas viabilizadas, pode se reverter este abandono, tornando possível o reestabelecimento turístico. Araújo (2013), cita em seu artigo denominado “As políticas públicas do turismo na região nordeste: Novas ações do governo estadual cearense” a reestruturação do turismo cearense em meio à crise econômica nos anos de 1980:

No caso cearense, as políticas públicas promulgadas pelo Governo Estadual do Ceará são ações ativas na construção da imagem turística do Ceará, além da consolidação de infraestruturas para atrair fluxos e fixos turísticos. Mas o turismo e os espaços produzidos passam por modificações, ou seja, é resultante de toda uma teia de relações político-econômicas e de negociações socioespaciais.

Com a mudança de metas e a nova imagem do Nordeste Brasileiro e no Ceará nos anos de 1980, vemos um Ceará mais articulado com o governo federal (com investimentos do PRODETUR/NE) e com ações prioritárias nos espaços litorâneos e metropolitanos, de forma que o turismo tornasse um elemento quase que natural no cotidiano e na produção espacial (ARAÚJO, 2013, p.33).

Somando a isso, em termos mundiais e nacionais, conforme mencionado por Trigo (2020) é importante salientar as mudanças políticas que levaram vários governos para a direita do espectro político (Estados Unidos, Hungria, Itália, Brasil, Reino Unido, Turquia) no final da década de 2010. Trigo cita ainda:

(...) à disrupção e fragmentação de ideias, projetos e cenários; à forte ascensão econômica e política da China; às denúncias de poluição e ações predatórias causadas pelo *overtourism*<sup>5</sup>; e às preocupações geradas pela competitividade destrutiva e concentradora de riquezas de um neoliberalismo exacerbado, surgiu um fator patogênico mutante que paralisou a economia global em geral, em 2020, e afetou diretamente o setor de viagens e turismo: a Covid-19 (TRIGO, p. 7, 2020).

Com toda crise econômica e política, a pandemia da Covid-19 veio como uma “bomba” para acentuar o contexto, de forma que houve suspensão de viagens, fechamento de fronteiras, paralização no setor nacional e internacional, não havendo possibilidade para que pessoas se deslocassem para outros lugares

---

<sup>5</sup> Termo utilizado para se referir ao congestionamento de visitantes e aos impactos econômicos, sociais e ambientais decorrentes do crescimento descontrolado da atividade.

para não se contaminarem, fato que culminou no fechamento de atrativos turísticos pelos governos na tentativa de evitar o avanço da pandemia, que será melhor abordada no tópico 2.5.

Já em 2022, quando o mundo se reconstituía da pandemia, houve a invasão pela Rússia a Ucrânia, culminando a Guerra Russo-ucraniana, motivada por questões geopolíticas, remontado de um passado histórico, levando a uma onda de refugiados ucranianos, mortos, feridos e sanções econômicas.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) afirma que este cenário dificulta a recuperação do turismo trazendo novos desafios, colocando em risco o retorno da confiança nas viagens globais, a partir de fechamento de espaços aéreos ucraniano e russo, com as proibições de transportadoras russas por diversos países europeus, os desvios em voos de longa distância entre a Europa e o Leste Asiático, o que aumenta o tempo e os custos dos voos. A Rússia e a Ucrânia responderam por um total combinado de 3% dos gastos globais em turismo internacional em 2020 e pelo menos US\$ 14 bilhões em receitas globais de turismo podem ser perdidos com a continuidade da guerra.

Para compreender a reorganização do espaço após graves crises, utiliza-se o conceito de reestruturação (SOJA, 1993) por sua abrangência e precisão conceitual, entendida como uma ruptura/freada das tendências hegemônicas em curso, cisão que provoca uma mudança em direção a uma nova ordem, promovendo uma configuração diferente da vida social, política e econômica.

Ocorre uma recombinação e reconstrução provenientes de deficiências e perturbações outrora ocorridos. Ainda assim não é possível obter estudos quanto a volta da pós-paralisação da pandemia, até mesmo porque esse processo está em andamento,

porém o mundo ainda está se reerguendo.

A pensar na reconstrução da Geografia do Turismo, é importante perceber a importância do turismo de base local, representado pelo Encontro Nacional de Turismo com Base Local (ENTBL), um evento científico que desde 1997 retrata o turismo do Brasil e da América Latina, o qual buscou: a) debater experiências criativas no turismo com base local e a promoção da inclusão social em todas as suas esferas; b) discutir a conservação do patrimônio natural e cultural de comunidades receptoras e o desenvolvimento sustentável; c) promover o intercâmbio entre núcleos de pesquisas, comunidades receptoras e o trade turístico, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade da produção científica e das práticas turísticas; d) e criar ambiente propício para a exposição, análise e debate de temas de interesse para o desenvolvimento do turismo com base local no Brasil e na América Latina, promovendo a troca de experiências e parcerias entre Instituições, Poder Público, setor privado.

O último encontro ocorreu maio de 2022, com intuito de dialogar sobre os caminhos possíveis para o desenvolvimento de base local no setor turístico frente às crises políticas, econômicas, sociais, ambientais e sanitárias que o Brasil e toda a América Latina têm enfrentado na última década.

Este caminho segue a luz do pensamento decolonial, um novo paradigma na Geografia Contemporânea. A herança colonial no âmbito acadêmico adveio inicialmente pelos europeus, reflexos da colonização e é nesse sentido que o pensamento decolonial irá contestar o eurocentrismo<sup>6</sup> (SILVA, 2020). A

---

<sup>6</sup> A Europa é percebida como elemento fundamental na constituição da sociedade moderna, enquanto outros continentes são compreendidos como inferiores e incapazes de produzir conhecimento.

Geografia parte a entender as viagens como um fenômeno de todas as sociedades e não somente na visão europeia, observar o turismo a partir de etnias receptoras e não de quem faz o turismo da sociedade que lucram com isso.

A colonialidade do poder, de acordo com Silva (2020), do saber, do ser e da natureza, não se tornou apenas formas de dominação exclusivamente por meios coercitivos para o exercício do poder, não se trata apenas de reprimir os dominados, mas de uma dominação que inclui todas as formas possíveis do conhecer e viver dos subjugados.

O turismo e decolonialidade visa valorizar as tradições, territórios, cosmogonia ancestral dos povos. A decolonialidade representa uma proposta mais contundente de intervenção nas estruturas de poder, relações políticas, econômicas, sociais, dentre outras, de tal modo que nos permita enxergar outras formas e práticas de agir, ser, pensar e viver no mundo.

Portanto, é pelo horizonte decolonial que as comunidades ribeirinhas do Arapiuns devem efetuar rupturas com as colonialidades do poder, do saber e do ser que subjugam sua cultura e a transformam em mero fator de atratividade para o turismo. É pelo horizonte decolonial que os “povos da floresta” devem oferecer novas experiências turísticas que permitam ao visitante “curioso” enxergar a “humanidade e a dignidade” de pessoas, tradições e saberes desqualificados e invisibilizados por práticas e condutas opressoras, tão características de um mundo dito “moderno”. É também pelo viés decolonial que as populações tradicionais que se propõem a desenvolver atividades turísticas em seus territórios devem estabelecer relações entre visitantes e “nativos”, pautadas no respeito e interesse pelo outro e pela sua alteridade (ASSIS, p.

16763, 2022).

A Geografia do Turismo tende a se manter no viés da decolonialidade, porém ainda busca sua identidade, pois continua a oscilar entre a Geografia Crítica e Neopositivista, e a pandemia contribuiu para isso. Como tendência da Geografia do Turismo na contemporaneidade, é pensar o mundo pós-pandêmico, refletir e entender a ação da Covid-19, bem como reestruturar por completo os espaços impactados que foram criados pela ausência do fluxo, a fim de obter atrativos sem degradação da sociedade, do ambiente e da cultura.

A Geografia do Turismo aspira manter seu espírito crítico, seu olhar severo sobre as transformações espaciais, se humanizando mais, olhando o turismo como fenômeno social complexo, com pesquisas de escala local, com panoramas humanos para referências de inquietações humanas.

## **O TURISMO COMO FENÔMENO SOCIAL E SEU DESENVOLVIMENTO NO TEMPO PRESENTE**

Um fenômeno social pode ser explicado como comportamentos, situações ou ações de grupos de pessoas, acontecimentos coletivos, com características comuns que refletem na sociedade, passível de ser observado.

O turismo como fenômeno social teve origem a partir de movimentos da sociedade urbano industrial que serão citados no tópico 2.2, suas relações com as lutas que originaram o tempo livre, a busca pelo que remetia ao natural e rural, ao sossego, e para isso foi necessário que a classe média tivesse condições para este êxito.

Ele como fenômeno social, foi originário da atividade organizada a partir da consolidação da modernidade urbano-industrial, que vem se complexificando cada vez mais, chegando aos dias atuais como um dos setores mais dinâmicos da pós-modernidade (PORTUGUEZ e OLIVEIRA, 2011). Mas antes do turismo, as pessoas já viajavam e foram essas viagens os precursores para que o turismo moderno existisse.

### **As viagens que antecederam a formação do turismo**

No século VIII a.C. (PANAZZOLO, 2005) na Grécia, pessoas saíam de suas casas e viajavam para outras cidades para contemplação dos Jogos Olímpicos. Com a invenção da moeda e comércio, as construções de gregos e romanos (pontes, viadutos

e estradas) permitiram deslocamentos rápidos, seguros e com número cada vez maior de pessoas viajando.

No Egito antigo, grupos privilegiados se dedicaram a viagens ocasionadas apenas por prazer e pelo ócio, para visitas a relíquias da cultura antiga egípcia e monumentos, nomeadamente a pirâmide de degraus de Sakara, a Esfinge ou as pirâmides de Gizé, além de vários festivais religiosos.

Pessoas viajavam do Império romano para as termas, buscando por águas que curassem, viajavam pelo Rio Nilo ou por carruagens confortáveis para irem a grandes festas “que atraíam grupos de homens e mulheres (...) onde havia muita música e muito vinho” (IGNARRA, 2013 p.7); viagens pela Grécia e Roma para contemplação de santuários e viagens que buscavam a arte, teatros e lutas de gladiadores (MACHADO, 2010).

Roma foi uma das maiores cidades do mundo antigo, chegando a abrigar cerca de um milhão de pessoas. Para manter sob controle e entretida essa grande massa, os líderes de Roma passaram a promover uma política na qual ofereciam diversos espetáculos, que ficou conhecida como “pão e circo”. Eram tantas as festas que os governantes mandaram construir anfiteatros em todo o território romano. O mais famoso era o Coliseu, onde eram apresentados combates entre gladiadores (escravos ou prisioneiros de guerra) e entre homens e feras (MACHADO, 2010, p. 20).

No século V, o Império Romano sofreu invasão dos povos denominados pelos romanos como “bárbaros”<sup>7</sup>. Como consequência, a Europa entra no período denominado de feudalismo<sup>8</sup>, que duraria do século V ao XV (MACHADO, 2010). Com o declínio do Império Romano, o número de viajantes na Europa sofre um enorme revés: A chegada do feudalismo serviu como porta de entrada para inúmeros conflitos, muitas estradas foram destruídas e a insegurança da sociedade aumentou (IGNARRA, 2013).

Por outra perspectiva para os tempos atuais do turismo, o período feudal foi de extrema importância, pois parte dos monumentos de patrimônios prestigiados hoje, foram edificados durante esse período como, por exemplo, os principais castelos europeus, as principais cidades europeias, as importantes basílicas, abadias, catedrais, entre outras edificações, criadas nesse período.

A sociedade feudal edificou parte do que chamamos de patrimônio europeu, influenciando nas identidades territoriais e patrimoniais inclusive do Brasil, pois foram a partir da lógica feudal portuguesa que as capitânicas hereditárias foram criadas, originando patrimônios para aquela época, que hoje é significativo no turismo.

---

<sup>7</sup> Os romanos denominavam invasores estrangeiros como “bárbaros”, termo usado para aqueles que não tinham capacidade de assimilar a língua e costumes romanos. Dentre estes, observa-se a presença dos povos visigodos, francos, vândalos e os anglo-saxões.

<sup>8</sup> Foi uma organização econômica, social e política, que perdurou entre os séculos V a XV, no período da Idade Média na Europa Ocidental, originário da queda do Império Romano; Era baseado em posses de terras pelos “senhores”. O modelo econômico era baseado na agricultura e a sociedade dividida em quatro estamentos: Rei, Nobreza, Clero e servos.

Ainda sobre a diminuição de viagens durante o feudalismo, segundo Pedrosa (2016), houve diminuição das atividades comerciais só voltando a crescer após a influência da cultura muçulmana, com as peregrinações de milhares de religiosos até Jerusalém e para cidade de Meca, denominada pelos muçulmanos como *Hajj*.

Sobre a peregrinação dos árabes até Jerusalém, segundo Ignarra (2013), expedições das Cruzadas da igreja católica<sup>9</sup>, viajaram até a Terra Santa para libertá-la do domínio árabe, além de suas visitas aos centros religiosos. Nessa época, era interesse dos cavaleiros e senhores feudais conquistar terras novas e riquezas e para os comerciantes, ampliar seus mercados (MACHADO, 2010), fator incentivador das viagens.

As peregrinações, cruzadas e incursões paramilitares de religiosos persistiram nesse período (peregrinações para Terra Santa, para Santiago de Compostela, Saint-Michel, Cantuária e a própria Roma). Houve o surgimento de albergues para que os peregrinos pernoitassem, inicialmente geridos por mosteiros e abadias, dando origem a estaleiros, hospedarias ou tabernas (para viajantes de menor nível social), com uma melhoria em suas qualidades e diversidades, com o aumento gradativo de procura. Os viajantes com melhor nível social, se hospedavam em castelos ou casas particulares.

Durante a Idade Média, com as peregrinações (a busca ao sagrado, o encontro com o milagre), observa-se importante proliferação de relíquias e pessoas santificadas ainda na Idade Média por toda Europa, havendo criações de vários santuários

---

<sup>9</sup> Eram guerras incitadas pela Igreja Católica na Europa Ocidental entre o século XI e XIII, que tinham como principal objetivo reverter a Palestina e Jerusalém, retirando-as do domínio muçulmano.

pela igreja, de forma que muitas cidades passaram a se destacar e se tornaram importantes. Monumentos que hoje ainda integram patrimônios importantes.

Com as cruzadas o Mediterrâneo se reabriu aos europeus, intensificando as viagens e as relações comerciais do Ocidente com o Oriente, fazendo progredir as cidades italianas e com o crescimento comercial, surgiu nas cidades um novo grupo social: os burgueses, o qual cresceu, enriqueceu e conquistou poder (MACHADO, 2010).

A partir do século XVI, um movimento intelectual e cultural que caracterizou a transição da mentalidade medieval para a mentalidade moderna ficou conhecido como Renascimento. (...) foi um movimento cultural urbano que atingiu a elite das cidades prósperas e provocou uma revolução nos hábitos e no comportamento do europeu mais abastado. Houve um grande desenvolvimento artístico e científico. Os Mecenas, ricos senhores (banqueiros, monarcas e papas), estimularam e patrocinaram o trabalho de cientistas, artistas e intelectuais renascentistas. (...) viajar passou a ser uma oportunidade para ter mais conhecimento (MACHADO, 2010, p. 21).

Com o fim da Idade Média e início da Idade Moderna com o advento do capitalismo comercial, as viagens voltaram a se propagar, com extensas vias de circulação de comerciantes ao longo do território europeu já que o comércio estava se ampliando, primórdios das autoestradas da Europa e nos entroncamentos dessas vias, cresceram as primeiras feiras de trocas de mercadorias, início das feiras que provocaram o fluxo de pessoas (IGNARRA, 2013).

Os séculos XV e XVI foram marcados pelas Grandes Navegações europeias, (observa-se aqui a existência de outras navegações por outros povos além do continente europeu), viagens longas e perigosas, a fim de se conquistar territórios, colonizar terras, catequizar povos (motivações religiosas) e obter conhecimento (estudiosos, naturalistas e colonizadores a mando de seus países). Cruzando os oceanos pelo mundo, levando centenas de pessoas, viagens que durariam meses ou anos.

É importante salientar que os autores citados nesse tópico não retrataram outras viagens que ocorreram além da Europa, Egito, Grécia e Roma. O turismo como conhecemos hoje, é advindo do capitalismo ocidental e se expandiu pelo restante do mundo, porém o ato de viajar não. As viagens já ocorriam por todo o globo.

No Oriente, por exemplo, ocorriam peregrinações da cidade do islamismo, do hinduísmo e budismo que remontam de séculos atrás; as viagens pelos polinésios ocupando as ilhas do Oceano Pacífico; Na América, as pessoas que viviam nos Impérios Incas, Asteca e Maias viajavam dentro do próprio império (a Família Real Inca tinha Machu Pichu como, além de cidade sagrada, uma cidade de veraneio).

Houveram importantes viagens dentro do continente africano, o estabelecimento das tribos nômades e seminômades, que exploraram e criaram rotas comerciais pelo Deserto do Saara e pela Costa Índica da África. Observa-se aqui a perspectiva que viagens ocorrem a tempos, em diversos continentes, desde peregrinações, comércio, veraneio, descanso, buscando curas, ou seja, por diversas motivações.

Os termos viagem e turismo foram tidos como sinônimos. Segundo Barreto (2016) Borman, em 1939, retratava o turismo como um conjunto de viagens, cujo objeto é o prazer ou por motivos comerciais ou profissionais ou análogos e durante os quais a ausência da residência habitual é temporária; Michele Troisi, também citada pela autora, em 1942, considerava que o turismo seria o conjunto de viagens temporárias das pessoas, motivadas por necessidades de repouso, cura, espirituais ou intelectuais.

Entretanto, o turismo hoje é considerado como conjunto de práticas que se faz durante a viagem e não a viagem em si, sobretudo relacionado ao lazer e o consumo, diferenciando-se das viagens. Portuguese e Oliveira (2011), apontam que como todo conceito, a noção de turismo é dinâmica e vem mudando ao longo do tempo, que desde o século XIX, houve mudanças significativas na estruturação e na prática das viagens, de modo que tal dinâmica implicou ressignificações historicamente justificáveis no conceito do que, comumente, é denominado de “turismo”.

Essa diferenciação foi sendo construída ao longo dos séculos XIX e XX, como será detalhado no próximo tópico, quando o turismo começa a ser planejado como uma atividade produtiva do capitalismo ocidental, numa sociedade urbana industrial focado na classe média, logo após a Segunda Revolução industrial. Ele veio pensado como um sistema de prestação de serviço, com um complexo bem estabelecido de processo de bancarização, moeda, câmbio, transporte, acomodação, alimentação, organização de roteiros, rotas de deslocamento.

## A história do turismo

No século XVII, o mundo era predominantemente rural, disposto em torno de aldeias, castelos e poucas cidades, habitado por camponeses, artesãos, guerreiros, monges e mercadores. A economia era basicamente agrária, com uma estrutura social reconhecida pela divisão entre servo e senhor (um sistema feudal).

Ao final do século XVIII uma nova sociedade foi concebida, a industrial<sup>10</sup>. Nesse período homens, mulheres, jovens e crianças deviam trabalhar sem intervalos específicos, transformando a sociedade em uma sociedade do trabalho. O trabalho foi pensado sobre novas bases, de maneira a assumir novos atributos temporais, como a mensurabilidade, a divisibilidade, a previsibilidade, a continuidade, a cumulatividade etc. (CAMPOS, 2012).

A pessoas que pertenciam a burguesia representava os detentores do monopólio, do capital, do poder econômico-financeiro (a classe dominante). Já o proletariado se limitava a satisfazer os pareceres de uma economia liberal. Estes eram representados por trabalhadores simples (classe trabalhadora), designados a trabalhar em máquinas, explorados ao limite, com a determinação de carga excessiva de horas de trabalho, sem condição de segurança, com salários baixos, exposição em

---

<sup>10</sup> Concebida ao final do século XVIII, com o surgimento da Revolução Industrial, indo até o último quarto do século XX, com a crise do fordismo; a revolução industrial sofreu um conjunto de transformações econômicas e sociais, a qual substituiu o trabalho artesanal de produção unitária pela produção industrial, com o uso de máquinas que produziam em série; já o fordismo, com início nos anos 1914, tinha por objetivo principal sistematizar a produção de massa.

condições extremamente humilhantes, sem qualquer preocupação quanto à dignidade da pessoa humana daquele trabalhador.

A imposição de condições de trabalho pelo empregador, a exigência de excessivas jornadas de trabalho, a exploração das mulheres e menores, que eram a mão de obra mais barata, os acidentes com os trabalhadores no desempenho das suas atividades e a insegurança quanto ao futuro e aos momentos nos quais fisicamente não tivessem condições de trabalhar foram as constantes da nova era no meio proletário, às quais podem-se acrescentar também os baixos salários (NASCIMENTO, 2011, p.38-39).

Neste período, o continente europeu se ascendia para o restante do mundo, que se dava às custas da exploração do trabalho humano. A partir deste contexto, os trabalhadores passaram a se organizar em grupos, os quais possuíam reivindicações em comum, entrando em conflito com os interesses do capital.

Buscavam direitos trabalhistas por mediação de greves, violentamente reprimidas, mas posteriormente, incidiram em melhores condições de trabalho, sendo a mais importante a limitação da jornada de trabalho. Rodrigues (1997) cita outras conquistas significativas além da redução das jornadas de trabalhos, tais como férias remuneradas, salários fixos, gratificações e o décimo terceiro salário.

No Brasil em 1917 também ocorria a luta por direitos trabalhistas, denominada como Greve Geral originada em São Paulo e propagado por diversas capitais. A luta sindical com paralização dos trabalhos durou 30 dias e reuniu cerca de 70 mil

trabalhadores e trabalhadoras, marcada pela forte presença de mulheres. Pediam regulamentação do trabalho com diminuição da jornada trabalhista, que na época poderiam ser de até 16 horas, e demais garantias.

Com tais garantias, o tempo que antes lhes eram preenchidos por inteiro agora não estaria abarrotado pelo trabalho, possuíam tempo extra, no formato de dias de descanso, folgas e férias. Após o início dos movimentos sindicais, a legislação passou a proteger o trabalhador, de forma gradativa.

De acordo com Campos (2012), o conceito de tempo<sup>11</sup> (atual) teve seu desenvolvimento, desligando-se de eventos vinculados à natureza, passando a ser mensurável, divisível e preciso. Tornou-se um tempo contínuo e acumulável, utilizado como espelho ou equivalente a quaisquer recursos (como o capital) levado às últimas consequências em um âmbito particular: o econômico e laboral.

Somente após a Revolução Industrial, a partir dos movimentos sindicais, com o tempo além das atividades laborais, provindos de folgas e férias, chamado de tempo livre (AQUINO e MARTINS, 2007), foi evidenciado a nítida separação entre tempo-espaço de trabalho (produção) e lazer (atividades contrárias ao trabalho) enquanto tempo para atividades que se voltam para a reposição física e mental (transcorreu da natureza cronológica que atingiu seu ápice pós-revolução industrial, da liberação do tempo que outrora foi dedicado ao trabalho).

---

<sup>11</sup> Além desta importante mensuração do tempo na sociedade industrial, destaca-se aqui a viabilização deste tempo no século XX com o fordismo, quando houve a sistematização de produção em massa.

Essa liberdade (AQUINO e MARTINS, 2007), tomada como exercício temporal, não podia ser exercida no trabalho, pelo menos não na concepção de trabalho industrial, uma vez que a organização produtiva pressupunha uma sincronização, que ainda não havia sido experimentada de forma generalizada em outros momentos da história.

A liberdade de constituir-se como sujeito estava limitada pelo processo de alienação imposto pela produção capitalista, logo o tempo livre (BACAL, 2003) surgiu da liberação de parcelas de tempo do trabalho, quando poderiam ser desenvolvidas atividades relacionadas à sobrevivência física e social do indivíduo.

O tempo livre, a partir desta perspectiva industrial, dá origem a consciência de lazer, que passa a ser compreendido por uma atividade com o alicerce em um tempo livre, propiciada e reconhecido legalmente, e que poderia ser exercido autonomamente pelos trabalhadores, tendo por base sua condição socioeconômica e seus valores sociais (AQUINO e MARTINS, 2007).

Verifica-se também uma crescente e acelerada sindicalização no campo. Atrelado às conquistas trabalhistas que dispuseram do tempo livre, estes indivíduos puderam desfrutar de finais de semanas livres, sem trabalho, direito a férias, tempo de lazer, salário mínimo ou remunerações adequadas. Motivos esses que proporcionariam ao trabalhador a possibilidade de realizar viagens e turismo.

Inicialmente ainda no século XVIII, o turismo havia sido criado para a aristocracia, mas notou-se a necessidade da ampliação deste público. Na medida em que o capitalismo como um todo percebe que é essencial existir uma massa consumidora

para reproduzir o capital (pois perceberam que produzir apenas para a aristocracia não apresentava tanto lucro como esperavam) ele migra seu foco para esta sociedade dividida em classes, sendo de interesse a existência da classe média. O trabalhador de classe média é o alvo do capitalismo como um todo, é para ele que será produzido partes dos bens de consumo e dos objetos do turismo.

Com essa era de transformações, os ritmos urbanos e da comunicação aceleravam-se mutuamente, incentivando a informação turística, a imprensa conquistava maior penetração, utilizando-se de produtos impressos, que poderiam ser usufruídos já no século XIX, graças à política de ensino (AVIGHI, 1992).

Um dos impulsos mais fortes na relação entre comunicação e turismo (AVIGHI, 1992) foi dado pela introdução da fotografia na imprensa, em especial na ilustração de roteiros e outras matérias específicas. Os avanços tecnológicos da comunicação e propagandas, que divulgavam lugares, as sacralizações de locais sagrados pelo mundo despertavam o desejo de muitas pessoas por sua busca.

A amplitude de informações promovida pela mundialização acelerada exacerbava a curiosidade sobre as culturas não europeias. Quase sempre visões fantasiosas, pelas quais a arte e a literatura forjavam uma imagem orientalista. O Oriente próximo a África do Norte eram desafios sedutores. O contato com o universo islâmico tornara-se menos refratário, em razão da educação secular e da sociedade industrial laica. A arte, a fotografia e a mídia impressa estimulavam a vontade de ver "*in loco*" monumentos, cidades, homens e mulheres diferentes. Os governos colonizadores incrementavam a imagem orientalista ao carregarem para as metrópoles peças, as vezes monumentos inteiros, da cultura material

dos povos colonizados. Ao praticarem a transferência da política colonial para a política cultural, transformavam símbolos de culturas remotas em símbolos do imaginário europeu (AVIGHI, 1992, p. 27-28).

O *marketing* das mídias de comunicação e propagandas, demonstra que o ritmo de vida urbana é gerador de indivíduos estressados e exaustos, ficando necessitados de recreação a partir de viagens, novas culturas, ou encontrando um isolamento desejado (PORTUGUEZ, 1997). Conforme citado pelo autor, viajar nesse sentido soa como sinônimo de plena satisfação. O turismo se aperfeiçoou e o século XX, o qual foi chamado de “século do turismo”:

Observamos que o turismo é uma marca deste século. O fato é que ele (...), surgiu como signo de status e de projeção a prática do turismo, o que, o primeiro momento, pertenceu ao universo das burguesias ocidentais-europeias e norte-americanas. Com as sociedades de consumo de massa e a atuação do Estado Provedor de bem-estar social, o turismo massificaria-se no Primeiro Mundo, o que seria imitado, de uma certa forma, pelos setores dominantes de países periféricos e semiperiféricos (BECKER, 1997, p.3).

Com o surgimento do telégrafo e as agências de notícias, eram alimentados o fluxo de dados e os relatos sobre áreas próximas ou distantes, recentemente alcançadas pelo expansionismo das potências. Com os avanços da sociedade, promovia-se a alfabetização, conseqüentemente a disseminação da escolaridade manifestava-se no crescimento de espaços de comunicação, a começar pela ampliação de bibliotecas e

incremento dos acervos e com o aumento de associações científicas. A escolaridade fornecia o conhecimento, conferia uma visão cosmopolita.

O índice de escolarização (formação intelectual) melhorado consideravelmente, proporciona além do conhecimento, o desejo de conhecer aquilo que foi estudado. Conforme citado por Portuguez (1997), a melhor formação intelectual permitiu maior integração entre os povos, além de alimentar a curiosidade de conhecer outras culturas, sendo suprida em partes pelas viagens, uma boa forma de aperfeiçoar os conhecimentos da formação humana.

Além disso, no período da Primeira e Segunda Guerra Mundial, novas técnicas e tecnologias de transportes como a aviação foram desenvolvidos e mais rodovias foram construídas. Observou-se no período das entre guerras, o surgimento de *campings*, albergues da juventude e colônias de férias que contribuíram para o segmento do turismo. Santos (2010, p. 25) ressalta:

1919 – 1929: período em que ocorreu uma onda ascendente, até que o turismo alcançou o pico em 1919. Iniciou o turismo de massa. Na Suíça, em 1919, mais de 2 milhões de visitantes usufruíram da hospitalidade helvética. Na Alemanha, esse período foi denominado de “República de Weimar” com muitas atividades culturais que atraiu muitos jovens do restante da Europa pela efêmera efervescência germânica. A República de Weimar findou em 1933, quando da ascensão de Hitler ao poder. Em 1929, houve a queda repentina das ações das Bolsas de Valores de Nova Iorque, ocasionando uma profunda crise que se espalhou pelo mundo capitalista. O turismo também foi atingido e em 1932 sofreu graves

consequências em razão da crise.

No período da Primeira e Segunda Guerra Mundial o turismo cessou (do ano de 1914 ao ano de 1918, e do ano de 1939 ao ano de 1945). Porém com a criação da Organização das Nações Unidas – ONU (1945), o reconhecimento do turismo como atividade econômica importante e mundial aconteceu, ficando para a UNESCO sua responsabilidade até os anos 1970 quando, após um período de transição, assumiu-se com caráter oficial e intergovernamental a Organização Mundial do Turismo (OMT) o órgão responsável.

O Brasil e parte dos países, pautam suas políticas públicas na base conceitual oferecida pela OMT, que age como um fórum internacional para discussão e aprimoramento de políticas públicas destinadas a este setor (PORTUGUEZ, 2011).

Ao final da Segunda Guerra Mundial, de acordo com Ignarra (2013), com a revolução tecnológica no setor industrial, a contínua aceleração de riquezas por partes da população mundial, avanços técnicos nos transportes e comunicações, o advento da televisão para a promoção da variedade dos atrativos dos países estrangeiros, estabeleceu-se então o crescimento das atividades turísticas.

Concomitante com todo esse progresso (das mídias, tecnologias e escolarização), o crescimento da indústria automobilística foi outro fator que facilitou o deslocamento das famílias, pois provocou sua motorização na década de 1950. Com carro próprio, as famílias deram origem as primeiras ondas do turismo na classe média. Além disso, a expansão das redes rodoviárias, portuárias, ferroviárias proporcionou e facilitou o deslocamento das pessoas “ao lado da segurança e do conforto, o

transporte forma trinômio do aparato turístico” (AVIGHI, p. 30, 1992).

No Brasil, segundo Becker (1997), a repercussão da implantação da indústria automobilística, marcou a ascensão do rodoviarismo como matriz principal dos transportes. A malha rodoviária que começava a ser construída, viabilizaria a transferência da capital para o Planalto Central e integraria regiões periféricas ao centro nacional.

A implantação e expansão da indústria automobilística, juntamente com a presença da chamada “segunda residência” e das “casas de temporada”, constituíram instrumentos importantes de recreação das classes médias e alta, aos finais de semana e períodos de alta estação (PORTUGUEZ, 1997).

O aparecimento do fenômeno segunda residência. O veraneio ou o descanso dos finais de semana se transformaram em um valor social, cuja satisfação levaria o turismo, de um modo muitas vezes predatório e desordenado, a regiões acessíveis a grandes centros urbanos no centro-sul, e com atributos ambientais valorizados (zonas costeiras e/ou serranas). O fenômeno da segunda residência constituiu uma das formas pelas quais o capital imobiliário se inseriu no setor turístico (BECKER, 1997, p. 11).

A década de 1950 marcou a história do turismo no Brasil (BECKER, 1997), período em que se alargava e se organizava um setor de classes sociais médias e urbanas, que incorporou em seus valores socioculturais a ideologia de turismo e do lazer, constituindo um potencial mercado interno incipientes as

atividades deste setor.

Toda essa expansão expressaram a necessidade e representativa melhoria das hospedagens em várias partes do mundo (inclusive no Brasil), bem como à organização de espaços para a visitação pública, os chamados pontos turísticos, que contribuíram para transformar o turismo em uma atividade típica do mundo moderno e rentável (MACHADO, 2010).

Com a intensificação do turismo, diversos governos e organizações internacionais se abasteceram de expectativas, não apenas no terreno econômico, mas também na expectativa do turismo ser um motor de intercâmbio cultural e entendimento entre os povos (BARRETO, 2016). A atividade turística como fenômeno de massa gerou lucros e divisas, algumas vezes, à custa de degradações, descaracterizações espaciais e discriminações sociais (CORIOLANO, 2006).

Não somente no turismo, o surgimento de novas preocupações assolava boa parte dos setores e sociedade. Como exemplo, o aumento da degradação ambiental foi protagonista e motivo de preocupação por vários representantes em diversos países. A degradação ambiental atingia múltiplos âmbitos da sociedade no final do século XX, quando foram criadas diversas instituições que se organizaram preocupados com as ações antrópicas destruidoras ao meio natural (por exemplo, a WWF em 1961 e o Greenpeace, em 1971).

Portuguez (2010) reflete que o meio natural está cada dia mais exaurido (o aumento dessa degradação se ampliou na Segunda Revolução Industrial), necessitando de um elevado grau de intervenções em seu favor para que os aspectos de sua falência não criem situações de antireprodução do lucro por muitas empresas. Apesar das ações e instituições de “preocupação

ambiental”, os países centrais do capitalismo exigiam e ainda exigem cada vez mais recursos naturais para sua produção econômica.

O Clube de Roma, 1968, e a Conferência de Estocolmo, 1972, fizeram parte destes marcos ambientalistas mundiais. O Clube de Roma, composto por cientistas, industriais, empresários e políticos que discutiram a relação entre o crescimento econômico e o uso crescente de recursos naturais.

A Conferência de Estocolmo, que reuniu 113 países e criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a primeira agência ambiental global. O que veio a culminar tais instituições e movimentos foi que durante a Revolução Industrial, a sociedade passou a causar danos em larga escala ao meio ambiente.

Rios importantes (como exemplo o rio Tâmsa, em Londres) ficaram degradados, a detonação das bombas nucleares no Japão foram marcos para que ambientalistas da época começassem a se organizar e formar grupos especificamente ambientalistas. Ao verem a capacidade de destruição que o ser humano alcançara, os grupos ambientalistas se articularam internacionalmente para tentar conter uma possível destruição do planeta.

Essa situação causou na década de 1960, uma série de manifestações a favor do ambiente, das culturas locais e das identidades nacionais. O homem comum começou nesta época, a perceber que perdia a noção de tempo e espaço na medida em que o capitalismo informacional se apropriava de seu cotidiano. A década de 1960 foi tempos de críticas e crises(...). A ideia de preservação/conservação do ambiente através de uma nova visão de crescimento

econômico - o desenvolvimento sustentável - passou a figurar como a grande proposta generosa do século XX (PORTUGUEZ, 2010, p.13).

Com a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), foi introduzido gradativamente a partir de 1987 a relação entre turismo e meio-ambiente. Baseada na experiência bem sucedida de outros países e preocupada com a utilização indevida da natureza brasileira, surge o turismo ecológico (lançada pela Embratur<sup>12</sup>, tido como um produto) (BECKER, 1997).

Com a emergência do paradigma ambiental, o termo “desenvolvimento econômico” passa a ser denominado como “desenvolvimento sustentável” (CRUZ, 2006), mais atento, ao menos no plano do discurso, à conservação e proteção ambiental bem como à qualidade de vida das populações atuais e das gerações futuras.

O desenvolvimento sustentável parte do princípio que para utilização dos recursos ambientais, se deve respeitar e manter processos vitais do ecossistema em benefícios das gerações futuras (BORN, 1992). Agrega-se o discurso da valorização da atratividade turística dos recursos naturais, a retórica da necessidade de sua proteção/preservação com a ressignificação da natureza e os lugares naturais pela sociedade urbana, dando origem a programas de desenvolvimento do turismo sustentável, culminando na criação de unidades de conservação.

Portuguez (2010) também retrata a criação de estratégias de salvaguarda da natureza por meio de um maior controle de espaços naturais legalmente protegidos, incentivados pelo

---

<sup>12</sup> Empresa Brasileira de Turismo – no ano de 1986 foi transformado em instituto, passando a se chamar Instituto Brasileiro de Turismo.

discurso ambientalista ou da sustentabilidade, além de uma consciência mais crítica no que se refere à necessidade de preservação da natureza e meio-ambiente pelo mundo.

Acerca das modificações do paradigma ambiental dos anos de 1980 a 1990, ocorreu a II Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio Eco 92, fortalecendo as atividades relacionadas a conservação ambiental, acerca do discurso do “desenvolvimento sustentável”, que embalou uma porção de projetos dos governos e da iniciativa privada (PORTUGUEZ, 2017),

Born (p.10, 1992) adverte que a repercussão da Eco 92 sobre o turismo não poderia “ser reduzida ao simples equacionamento da demanda dos ‘conscientizados’ com a oferta de locais ‘naturais’ para recreação, lazer e aprendizado com a ampliação do ‘turismo ecológico’”. O autor afirma que caberia aos profissionais do setor de turismo incorporar a conservação, eficiência e equidade no uso dos recursos naturais (incluindo o espaço) quanto as atividades turísticas e empreendimentos turísticos, além de oferecerem respeito as comunidades tradicionais e a seu modo de vida.

Apesar da inserção do discurso ambiental no turismo ter ocorrido ainda por volta de 1987 (anos após a promulgação da PNMA), Becker (1997) retrata que somente em 1992 ele foi introduzido na política de turismo, quando houve um novo marco da política federal para o setor (no governo Collor de Mello), no contexto de esgotamento do nacional-desenvolvimentismo, envolvendo a crise do Estado, bem como as pressões ambientalistas e de preparação para Rio Eco 92.

Além destes marcos, outro importante momento ocorria nos anos finais do século XX e início do século XXI: O uso de computadores e a popularização da internet. Tal avanço e aprimoramento nos anos 2000, trouxe um impacto gigantesco sobre vários segmentos inclusive a cadeia turística, como abordado no tópico 2.5.

Agora já na segunda década do século XXI, é chegado a consolidação global do turismo de massa (inclusive no Brasil), o *overtourism*, resultante do barateamento de tarifas, ascensão das viagens como símbolo de *status* ou aventuras amplamente divulgadas pelas redes sociais, e pela articulação digital de serviços financeiros acoplados a programas de fidelização ou milhagem que facilitam acessos a vários tipos de viagens, eventos e outras promoções que implicam deslocamento físico (TRIGO, 2020).

A presença da hiper-mobilidade turística associada à globalização, estimulado pelo aparecimento das companhias aéreas *low cost*<sup>13</sup> e por plataformas on-line de reservas de alojamento, facilita a operação da atividade turística. Por outro lado, é também resultado da sua afirmação nas políticas de gestão urbana que se refletiu nos incentivos à reabilitação urbana, nas ações de requalificação do patrimônio e do espaço público, no *marketing* urbano e no crescimento da oferta cultural (ALPESTANA, 2020).

---

<sup>13</sup> Companhias aéreas que oferecem voos com valores de baixo custo nas passagens. Transporte aéreo com menor custo operacional.

## **O turismo no espaço acadêmico**

Vários cursos de turismo surgiram no Brasil na fase do desenvolvimento da atividade na década de 1970, com as primeiras formações no âmbito da educação profissional técnica, nível médio, cursos de graduação em Turismo vinculados à lógica produtivista da atividade para atender uma suposta demanda de mercado (BONFIM, BASSINELO e FREITAG, 2019) e posteriormente, mestrados e doutorados.

Para além dos clássicos cursos de bacharelado em Turismo, passou a serem ofertados diversos outros bacharelados com denominações como Administração com habilitação em Turismo e Hotelaria, Turismo com habilitação em Gestão Hoteleira, Turismo e Hotelaria, Turismo e Lazer, entre outros. Além dos inúmeros cursos ofertados presencialmente, a modalidade de Educação a Distância (EAD) também entrava em vigor com tais modalidades.

De acordo com os autores citados, os cursos vieram subentendidos com o apelo desenvolvimentista do turismo de massa que se perpetuava em vários países, e o Brasil buscava uma fatia desse mercado, a formação de profissionais graduados para o atendimento aos turistas nos locais onde a atividade turística poderia agregar valor econômico era necessária.

Após a expansão, vieram os períodos de crises institucionais, redimensionamentos profissionais e outras questões que, somadas a crises econômicas, levaram a um processo de reconfiguração do cenário, ainda em curso (BONFIM, BASSINELO e FREITAG, 2019).

Entre os anos 2000 e 2010, os cursos fecharam as portas, devido ao mercado não absorver a proporção de recém-formados, de forma que vários não conseguiam vagas com salários adequados aos seus anos de formação, passando então a trabalharem em setores a nível de ensino médio, com salários correspondentes ao nível médio. Panosso Neto e Trigo (2016, p.12) afirmam que:

É praticamente uma unanimidade a opinião de pesquisadores de turismo que existe um abismo entre a academia e o mundo do trabalho, levando a uma fragmentação do setor de turismo, tanto na própria academia como no mercado, representado pelos segmentos e subsegmentos (...). A antiga área “guarda-chuva” dos cursos de turismo, que no Brasil iniciou-se na década de 1970, teve seu apogeu entre os anos 1998 e 2002, sendo posteriormente fragmentada e diversificada, gerando novos fatores que complicam ainda mais a educação formal em turismo no país. Houve uma brusca diminuição no número dos cursos de turismo ao longo dos últimos anos e um aumento de cursos em áreas afins ao turismo (eventos, entretenimento, lazer, gastronomia, hotelaria). Interessa ressaltar que os cursos de turismo que fecharam foram massivamente das faculdades e universidades privadas/particulares e que ocorreu o aumento na oferta de cursos nas universidades públicas. A crise global de 2008/2009, chegou com alguns anos de atraso no Brasil, mas com força, gerando inflação, desemprego, restrição profunda de créditos, diminuição de consumo e diminuição geral do número de estudantes no ensino superior, especialmente no setor educacional privado (...). A partir de meados da primeira década do século XXI, a carência de mestres e doutores na área de turismo diminuiu à medida que novos pesquisadores

surgiram, tanto nos mestrados específicos de turismo, quanto nos mestrados e doutorados de áreas convergentes (hospitalidade, geografia, meio ambiente, economia, administração, etc.).

Observa-se que para as universidades públicas, os professores devem deter o título de mestrado e/ou doutorado. Com essa diminuição de doutores e mestres da área específica do turismo (e não das áreas convergentes), não haviam professores disponíveis na universidade. A procura por esses cursos de nível superior caiu bastante, até a extinção de partes destes nos anos 2008 a 2015.

Editoras que publicavam livros do segmento deixaram de fazê-lo, procurando por outras áreas, de forma que o setor de produção acadêmica em turismo também entrou em crise. De acordo com dados MEC, 487 cursos de turismo foram criados desde 1970, porém em atividade só restam 158 conforme detalhado na tabela 1.

Outras questões da Geografia passam a ter maior relevância, sendo que a Geografia do Turismo se torna uma atividade mais tímida, sem um considerável desenvolvimento como foi em anos anteriores, atraindo menos atenções. Cidades litorâneas importantes e algumas cidades turísticas progridem com pesquisas na área com muita potência, mas fora isso, não houve desenvolvimento na pesquisa.

Programas de mestrado e doutorado no Brasil se tornaram restritos, pois o mercado não absorvia os profissionais, não havia e não há muitas universidades para empregar professores para cursos de turismo e os cursos de turismo restantes se limitam a grandes capitais.

*Tabela 1. Cursos de turismo e áreas convergentes em atividade, 2022*

Cursos	Quantidade de cursos ativos
Lazer e Turismo	2
Turismo	151
Turismo e Hotelaria	4
Turismo e Negócios	1
Total	158

*Fonte: Adaptado do Cadastro Nacional de cursos e Instituições de educação superior, cadastro eMEC (2020).  
Organização: FERNANDES, 2022.*

## **A construção acadêmica do conceito de turismo**

Assim como seu desenvolvimento, o conceito de turismo também sofreu alterações no decorrer dos anos. Pelisson e Portuguez (2012) retratam que essa mudança adveio de fatores que também sofreram alterações com o tempo tais quais a tecnologias, infraestrutura, tipos de ofertas, meios de transporte, globalização entre outros, e isto fez com que seu conceito variasse.

O turismo tem uma dinâmica peculiar, ao mesmo tempo em que é objeto de estudo acadêmico, é um fenômeno social e, também, é uma área de atuação profissional, um setor crescente da economia e uma atividade de lazer (BECKER, 2014).

Desde o século XIX o fenômeno turístico é objeto de estudo

para vários geógrafos, sendo esse trabalho acentuado por volta de 1960, devido a ascensão econômica da época, marcado pelo período pós-guerra. A principal relação entre a Geografia e o turismo se estabelece no espaço geográfico como alicerce da oferta turística (BECKER, 2014).

Meditando sobre a relação acadêmico-científica estabelecida entre a Geografia e o turismo, há registros no ano de 1841 do geógrafo austríaco Kohl instigado pela mutação do meio natural por conta dos deslocamentos de turistas e de suas interações com lugares e sujeitos visitados (MARANHÃO e AZEVEDO, 2018). Na metade do século XX, o fenômeno do turismo era observado pelo deslocamento de pessoas de sua residência habitual e o tipo de interação que se dá entre elas, reconhecendo-se os impactos socioculturais entre turistas e anfitriões nas zonas receptoras (CASTRO, 2006).

Silva e Fonseca (p. 2, 2010) fazem uma citação quanto ao geógrafo austríaco Stradner, em relação a origem do termo “*fremdenverkehrsgeographie*” (o qual tem por significado Geografia do Turismo) em trabalho publicado no ano de 1905, quando o autor austríaco “estava interessado em estudar os efeitos positivos do turismo na balança de pagamentos e as motivações que levavam as pessoas a viajar”.

Uma das primeiras conceituações quanto ao turismo no século XX, ocorreu em 1910 (CUNHA, 2010) pelo economista austríaco, Herman Von Schullard, que considerava o turismo como soma de operações, especialmente as de natureza econômica, vinculadas a entrada, permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e fora de um país, cidade ou região.

Em 1936 a Sociedade de Geografia de Lisboa organizou o I Congresso Nacional de Turismo na capital Lisboa, no qual a temática geral e os eixos secundários discutiram o turismo e a sua dimensão espacial. Destaca-se que nesse período o turismo como ramo econômico ainda não havia despertado o interesse dos estudiosos das ciências humanas (SILVA e FONSECA, 2010).

Em 1942 Walter Hunziker e Kurt Krapf, estabeleceram o conceito de turismo como conjunto de relações e fenômenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que estas deslocações e permanências não fossem utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal, ou seja fenômenos e relações que surgiam das viagens e das estâncias dos não residentes, desde que não fossem ligados a uma residência permanente nem a uma atividade remunerada.

O termo turismo foi utilizado para designar aqueles que viajavam por mero prazer, ou para aumentar os seus conhecimentos, com exclusão de todas as pessoas que se deslocavam por um motivo diferente (CUNHA, 2010). O autor Jafari (1978, p. 8) definiu o turismo como “o estudo do homem longe do seu habitat, e da indústria que responde às suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria têm no meio de acolhimento sob o ponto de vista sociocultural, econômico e físico”. Por sua vez, Leiper sugere em 1979 que o turismo seja abrangido como um sistema:

O sistema abrange a viagem discricionária e a estadia temporária de pessoas fora do seu lugar habitual de residência por uma ou mais noites, excetuando-se as viagens feitas com a principal intenção de obter uma remuneração(...). Os elementos do sistema são turistas,

regiões emissoras, regiões de trânsito, regiões de destino e a indústria turística. Estes cinco elementos possuem conexões espaciais e funcionais. Com as características de um sistema aberto, a organização destes cinco elementos opera em ambientes mais amplos: físico, cultural, social, económico, político, tecnológico com os quais interage (LEIPER, 1979, p. 403-404).

Nos últimos 40 anos foram elaborados aproximadamente duzentos modelos para explicar o turismo como sistema. Um sistema é uma mistura ou uma combinação inter-relacionada de coisas ou elementos que formam um todo, em um modelo mais elementar (COOPER, HALL e TRIGO, 2011). Hoje o sistema do turismo é considerado um conjunto de consumo, produção e as experiências geradas, sendo importante para melhor compreensão, para identificar os elementos e fatores que contribuem para o consumo e a produção do turismo.

Para Burkart e Medlik no ano de 1981, de acordo com Cunha (2001), o turismo era considerado como deslocamentos curtos e temporais dos indivíduos para destinos fora da residência e de trabalho, bem como as atividades empreendidas durante a estadia nesses destinos.

Segundo o autor, em 1982 para Mathienson e Wall, o conceito de turismo se dava por períodos menores que um ano, pelo movimento provisório das pessoas, também fora de destinos do lugar de residência e de trabalho, sendo as atividades realizadas durante esse percurso apenas criadas para satisfazer as necessidades dos turistas.

Observa-se que nestes períodos, essas definições correspondiam a épocas em que os indivíduos estariam fora do trabalho, em férias, folgas ou aproveitando o lazer, sem menção

a de cotações atuais, como viagens a negócios por exemplo. No entanto, Cunha (2010) retrata que todas as pessoas que viajam e se deslocam por prazer, em geral, utilizam os mesmos equipamentos e os mesmos serviços daqueles que viajam por qualquer outra razão.

Para a OMT/ONU o turismo “é um fenômeno social, cultural e econômico, que envolve o movimento de pessoas para lugares fora do seu local de residência habitual, geralmente por prazer” (MILITO, SILVA e NÓBREGA, 2019). No Brasil ainda neste ano, a lei que define e estabelece a Política Nacional do Turismo é a 11771/08 de 17 de setembro de 2008, onde é citado no artigo 2º:

Para os fins desta Lei, considera-se turismo as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras (...). As viagens e estadas de que trata o caput deste artigo devem gerar movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas, constituindo-se instrumento de desenvolvimento econômico e social, promoção e diversidade cultural e preservação da biodiversidade.

Pelisson e Portuguez (2013) esclarecem que o turismo envolve toda uma cadeia de bens e serviços (como cultura, gastronomia, compras, negócios, teatro, dança, música, artesanato, eventos, transporte, segurança e entretenimento), sendo o mercado turístico segmentado para atender a interesses específicos da demanda (ecoturismo, sol e praia, termalismo, rural e outros).

Barbosa (2015) traz que o turismo é uma atividade econômica, que não se produz uma mercadoria típica que circula, quem se desloca é o consumidor, o turista, sendo o produto turístico consumido onde se produz e não desaparece.

Entretanto Portuguez (2017), salienta que não é e nem se pode ver o turismo apenas como uma atividade econômica, sendo esta uma atividade carregada de signos, representações, resistência e de valores sociais. Mas da mesma forma que traz o desenvolvimento e o crescimento dos lugares, traz também destruição da natureza, das comunidades locais e das tradições.

É importante distinguir alguns termos que talvez possam gerar contradições. Portuguez (2017), relata sobre as diferenças e semelhanças entre os conceitos de excursionista, visitante e turista. Para o autor, o excursionista é o indivíduo que não passa mais de 24 horas fora de seu domicílio habitual, ou seja, aqueles que não pernoitam no local, que se mantêm durante o dia e retornam à tarde, caracterizando o fluxo excursionista, e não turístico em sua expressão conceitual.

Tal excursão poderia ser oferecido por empresas especializadas, por grupos de amigos, família ou desconhecidos, que fretam veículos de maior capacidade de acomodação de passageiros ou mesmo em carros particulares, que se organizam para esse fim, desde que o tempo gasto pelos mesmos não ultrapasse o prazo citado.

O autor cita que o termo “visitante” se aplica tanto aos turistas quanto aos excursionistas, pois todos os visitantes utilizam praticamente os mesmos equipamentos. O turista é sempre alguém que não pertencem ao lugar visitado, sendo que toda prática do turismo envolve lugares emissores de turistas, espaços de deslocamento e lugares receptores (CRUZ, 2012).

Para compreender o turismo pela análise geográfica, o foco não é sobre o debate da definição oficial do conceito turismo, mas sim o elemento espacial que envolve a prática deste, o deslocamento de indivíduos do seu lugar de origem em direção a outro lugar como intuito de desenvolver alguma atividade recreativa, independente se esse é o objetivo primário ou secundário da viagem (ALMADA, 2020). E como elemento fundamental por oferecer o campo de atuação da oferta turística, o espaço geográfico é a base deste fenômeno.

Quando se retrata sobre oferta turística, é importante reconhecê-la como resultado de todas atividades produtivas que servem à formação dos bens e serviços necessários à satisfação da necessidade turística e que se exprimem no consumo turístico, compreendendo aqui o conceito de paisagem, que traduz o aspecto visível e invisível de um recorte espacial, que envolve os elementos físicos/naturais e suas interações, como também todas as intervenções e articulações provocadas pela ação humana (BECKER, 2014). O conceito de paisagem abordado nesse tópico, mais à frente.

Entende-se que todo conceito é uma ordenação lógica da descrição de um fenômeno, iniciando nos sentidos e finalizando no empírico (SPOSITO, 2004). Quando se fala sobre os conceitos geográficos mais aplicados em relação ao turismo, alguns são peças fundamentais na Geografia: espaço geográfico, paisagem e território (MARANHÃO e AZEVEDO, 2018).

De acordo com Maranhão e Azevedo (2018) os conceitos de paisagem e território derivam do conceito de espaço, sendo este um conjunto composto de subconjuntos (paisagem, lugar, território e região), entendidos como recortes do espaço em totalidade.

Milton Santos (2006, p. 63) possui umas das definições mais utilizadas na Geografia quanto ao espaço geográfico, descreve-o como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

O espaço turístico geográfico produzido se dá a partir dos sistemas de ações, (caracterizado pelos investimentos, as decisões, as políticas públicas, as políticas empresariais) e as intencionalidades, associado aos sistemas de objetos (como por exemplo os portos, aeroportos, as rodovias, os hotéis, restaurantes, ou seja, todos os elementos mapeáveis como fixos na paisagem).

Dessa forma, percebe-se que a combinação dos objetos fixos e ações, geram o espaço produzido, tal qual possui esses fixos e fluxos (a movimentação que se dá nos fixos: o fluxo de saída e chegada de aviões nos aeroportos, o fluxo de pessoas em um hotel, a circulação de carros em uma rodovia, entre outros).

A experiência individual e coletiva, de acordo com Valduga (2012) possibilita um uso pelas pessoas, empresas, instituições, governos e por todos os que transitam e “consomem” produtos dentro do espaço. O autor afirma que o espaço como destino é resultado das condições de ações de sujeitos nas diferentes escalas e que o espaço turístico é consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que o servem como matéria prima.

O espaço é suporte e recurso turístico por sua condição geográfica (REBOLLO, 1997), sua magnitude, seus atributos de caráter qualitativo que têm um valor intrínseco, seja ele de caráter natural ou cultural e, por vezes, pode ser derivado da valoração

qualitativa outorgada pela sociedade em cada momento histórico. A cada período histórico, mudanças ocorrem nesse espaço, modificando o ritmo existente, a arquitetura, por fim, a paisagem ali existente.

O termo “paisagem” é utilizado como instrumento de análise em diversas áreas do conhecimento, como na Arquitetura, na Arte ou no Planejamento Urbano. Para a Geografia, a paisagem pode ser captada por todos os sentidos humanos e os elementos que a compõem, é resultado da dinâmica de relação entre elementos físicos, biológicos e antrópicos que constituem o espaço. Pelo estudo e observação da paisagem geográfica, é possível compreender demandas de caráter natural e social.

Porém no século XIX, a paisagem foi abordada de forma descritiva e morfológica, sendo a natureza vista a partir de sua fisionomia e funcionalidade. Para o geógrafo alemão Alexander Von Humboldt desta época, a paisagem seria reveladora quanto ao processo de formação e de transformação da natureza, evidenciando seu caráter orgânico, os quais todos os elementos estavam em permanente relação.

No final do século XX a paisagem, segundo Santos (1988), passa a ser abordada como tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, o domínio do visível, aquilo que a vista abarca, formada não somente por volumes, mas também de cores, movimentos, odores e sons. Rodrigues (1997) aborda que todas as definições de paisagem partem do ponto de vista de quem contempla e a analisa, retratando que a paisagem não existiria se não houvesse um sujeito observador.

A partir da observação deste sujeito, o conceito da paisagem é impregnado por conotações culturais e ideológicas. A autora integra que a paisagem contém a energia necessária para

estimular as modalidades sensoriais humanas, que se combinam na percepção. No âmbito turístico, a paisagem é recurso notável, que indica alguns objetos e camufla outros por meio da posição do observador, quando pretende encantar ou seduzir (RODRIGUES,1997).

Há algumas paisagens que tendem a ser priorizadas (VALDUGA, 2012), o caso mais comum se dá em áreas litorâneas o qual ocorre uma valorização dessa paisagem, suprimindo os espaços públicos e inflacionando os preços dos produtos básicos à sobrevivência das populações locais. Rodrigues (2006), observa que dada a importância ao lazer e turismo e a multiplicação destes espaços, há interferência direta nas formas espaciais urbanas expressas pela paisagem.

Importante salientar que há paisagens turísticas artificializadas que carregam consigo o “aspecto natural”, mas possuem completa ação antrópica. Nas cidades de Caldas Novas e Rio quente em Goiás por exemplo, diversos estabelecimentos turísticos possuem águas termais. Porém há alguns hotéis, pousadas e clubes em que água é aquecida artificialmente para que tenham temperaturas semelhantes as termais, mas seu *marketing* não introduz essa informação e por vezes o turista busca pelas propriedades termais e acaba por ser ludibriado.

A sociedade humana também possui responsabilidade pela criação e transformação de segmentos inteiros de paisagens, são resultados de ações e lógicas sociais, que foram decididas no intuito de prover abrigo, alimento, transporte, energia, lazer, entre outros, para toda a comunidade (MACIEL e LIMA, 2011). Almeida (1993), afirma que as marcas do tempo, impressas na paisagem, revelam uma construção histórica cheia de arte e lembrança que são facilmente identificadas por aqueles que ali vivem, pois, o lugar é o espaço da vida.

Considerado um espaço de aspectos particulares, o território é criado por meio de subsídios preestabelecidos pelos próprios sujeitos, ele é o que conduz à compreensão de uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e/ou local (MARANHÃO e AZEVEDO, 2018). Mediante a notória racionalidade da produção do espaço e de sua dependência técnica, o território passou a ser entendido também como uma norma, uma ordem territorial na forma como os objetos e o homem estão organizados no espaço.

Gottman (2012) retrata que o território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo, um recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura governamental. Reitera que:

(...) consiste, é claro, de componentes materiais ordenados no espaço geográfico de acordo com certas leis da natureza (...). Os componentes naturais de qualquer território dado foram delimitados pela ação humana e são usados por um certo número de pessoas por razões específicas, sendo tais usos e intenções determinados por e pertencentes a um processo político. Território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos (GOTTMAN, 2012, p. 523).

O autor reitera que na década de 1950, quando os aviões começaram a voar e a era dos mísseis balísticos intercontinentais se iniciou, desencadeou questões sobre a validade da coluna de espaço estendida ao infinito, acima do território em terra firme. Já no final do século XX e início do século XXI, os satélites orbitais e outros veículos interplanetários complicaram o

problema acima da superfície terrestre, e outras conquistas tecnológicas passaram a compor a complexidade para se definirem direitos territoriais acima e abaixo dos oceanos.

O território é fruto de repartição e de organização. Tal como todas as unidades do espaço geográfico, ele deve ser, em teoria, limitado, embora seu formato possa ser modificado por expansão, encolhimento ou subdivisão (GOTTMAN, 2012).

Valduga (2012) discorre sobre a possibilidade de um território ser formado a partir de distintos usos (bélico, agrícola, industrial, turístico, entre outros). Afirma que o uso turístico do território desvela um duplo olhar: o olhar de quem conheceu o local não turistificado e os que não o conheceram previamente à turistificação, isto é, para alguns uma paisagem pode apresentar-se destruída em decorrência do uso turístico e, para outros, especialmente os que não conheceram a paisagem antes, ela pode ter outro valor, que gere atratividade e mereça destaque.

Ele fala sobre a ação de planejadores e promotores territoriais que expõe a existência de territórios, que talvez podem ter uma harmonia forçada para se tornarem turísticos, isto é, especialmente se for somente do interesse dos planejadores. Por outro lado, também cita sobre os o território apropriado pelos turistas num acordo inicial entre moradores, turistas, agentes e operadores turísticos, com intencionalidade.

O território é um conceito político e geográfico, pois o espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos (GOTTMAN, 2012). A maneira como o território é estabelecido, se relaciona com as possibilidades em que está organizado, uma vez que alguns espaços são mais aptos que outros, considerando quesitos específicos, que possibilitam a instalação de determinadas

atividades (turísticas), regidas por normas sancionadas (SANTOS, 1994).

A atividade turística é marcada pela mobilidade nos fluxos de viajantes, movimentos de capital, deslocamentos de objetos, trânsito de símbolos, ou seja, é um cruzamento de diferentes percursos que auxiliam a construir o espaço geográfico (SANTOS, 2006).

Todos os espaços são considerados geográficos pois foram determinados pelo movimento da sociedade e da produção. Assim, tanto a paisagem quanto o espaço resultam de movimentos da sociedade numa realidade de funcionamento unitário, um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos (BECKER, 2014).

Porém, segundo Becker (2014), não são todas as paisagens geográficas que compreendem a atividade turística, para isso, é necessário que essas contenham motivações para que os turistas as contemple ou as utilize. Nesse contexto, o município de Uberaba corresponde ao espaço geográfico turístico, o qual será analisado.

Já Peirópolis integra o território. Observa-se ali uma paisagem composta por restaurantes, lanchonetes, pousadas que remetem o sossego do campo, empresas com atividades para serem feitas com bugre ou a cavalo, o Complexo Cultural e Científico de Peirópolis – Museu dos Dinossauros, com rico acervo de fósseis de dinossauros e outros vertebrados, um gramado ideal para atividades ao ar livre como piqueniques, prática de yoga, observações do céu e outras atividades, trilhas e cachoeiras com acesso para turistas.

Considerando que o movimento é essencial para ao turismo, Cooper, Hall e Trigo (2011) relatam que uma das formas de se compreender tal sistema é a partir da análise dos caminhos de viagem seguidos por consumidores individuais, neste caso, denominado como sistema geográfico do turismo que se dá por quatro elementos básicos: uma região geradora ou emissora, residência permanência do turista, onde a jornada se inicia ou acaba; rota de deslocamento, o caminho que o turista utiliza para chegar ao seu destino; região de destino, o destino final do turista, ao qual procura conhecer, elemento central para o turismo; ambiente, o que está em volta dos elementos aqui citados. O autor afirma que este sistema é útil para que se identifique os fluxos dos turistas entre suas localidades e a conectividade da região emissora e o destino.

O turismo do século XXI também se caracterizada como serviço. A essência dos serviços é não poderem serem produzidos sem que haja concordância e cooperação do consumidor e o fato de que aquilo efetivamente produzido apenas existe no momento mesmo da produção e do consumo (COOPER, HALL e TRIGO, 2011), ressalta-se que umas das principais características do turismo é o consumo ocorrer fora do ambiente regular do consumidor.

Ele se forma por um complexo conjunto de infraestruturas e recursos físicos e o que é comprado pelo turista é a experiência formado por toda esses recursos. Para Cooper, Hall e Trigo (2011), a inseparabilidade entre produção e consumo, é uma das marcas registradas pelo turismo e o valor da experiência turística e do produto turístico serem determinados tanto pelo consumidor, quanto pelo produtor desta experiência. Para se compreender o turismo contemporâneo, é preciso compreender as relações entre consumidores e os produtores e as várias experiências por eles

criadas.

A história das viagens deixou para o mundo os monumentos de uma outra época, os portos, antigos palácios, castelos e igrejas, que o turismo passou a se apropriar no momento em que nasce.

### **Características do turismo brasileiro na atualidade (antes e depois da pandemia de covid-19)**

No Brasil, o ato de viajar foi intensificado pela vinda da Família Real (MACHADO, 2010), quando a economia cafeeira e a industrialização contribuíram para urbanização do Sudeste. Nessa época, o empresário Visconde de Mauá realizou diversos investimentos em diversos setores, como por exemplo na região Norte, a qual se beneficiou com o surto de expansão dos transportes e comunicações que se operava no sul do país. Com as novas gerações dos barões do café<sup>14</sup>, em busca de educação e cultura, houve uma frequência de viagens à Europa, criando um fluxo emissivo sem precedentes na história do Brasil.

No Brasil, na cidade do Rio de Janeiro em 1931, inaugurou-se a estátua do Cristo Redentor, em 1932 se oficializou os desfiles das escolas de samba e em 1933 a Estação de Passageiros do Cais do Porto se concretizou (FREIRE-MEDEIROS e CASTRO, 2013), pronto para que turistas desembarcassem de seus navios para se deleitarem sobre a cidade, a capital do país daquela época. Até o final do século XX, marcos na cidade foram sendo construídos configurando a paisagem do Rio turístico que

---

<sup>14</sup> No início do século XIX o estado do Rio de Janeiro era um importante produtor cafeeiro no Brasil, e os maiores produtores ostentavam riquezas originadas desta produção. Foram então denominados como os barões do café.

circularia mundo a fora.

Na década de 1930, há a emissão de diplomas legais voltados para aspectos parciais da atividade do turismo, não se configurando ainda num programa ou política nacional de turismo (CARVALHO, 2000), sendo aí criada a Divisão De Turismo, setor do Departamento de Imprensa e Propaganda, vinculado à Presidência da República, cuja principal atribuição era a fiscalização das atividades relativas às agências de viagens.

O Estado viria a ser chamado a assumir tarefas com vistas a organização, desenvolvimento e expansão do turismo no país, sendo esta intervenção responsável pela criação de órgãos e instituições normativas e executivas quanto na produção de espaço (BECKER, 1997).

Pelo governo de Juscelino Kubitschek, foi criado em 1958 a Comissão Brasileira de Turismo (Combratur), à qual caberia coordenar, planejar e supervisionar a execução das políticas de turismo, sendo extinta em 1962 juntamente com diretrizes que nunca foram implementadas (CARVALHO, 2000), dando origem à Divisão de Turismo e Certames do Ministério da indústria e do comércio (BECKER, 1997).

Os antecedentes do turismo de fato, conta com políticas nacionais de turismo e com a emissão do Decreto-lei 406, de 4 de maio de 1938, art. 59, que dispõe sobre a venda de passagens aéreas, marítimas e terrestres (CRUZ, 2000), indo até 1966, período que ocorreu a promulgação do Decreto-lei 55, de 18 de novembro de 1966, que institui a Política Nacional de Turismo e a fundação da Embratur – Empresa Brasileira de turismo (no ano de 1986 foi transformado em instituto, deixando de ser empresa), também em 1966.

Na conferência realizada na década de 1960, sobre viagens e turismo internacional, foi recomendado explicitamente que países mais pobres se atentassem para o valor do turismo como meio de desenvolvimento.

A criação da Embratur se deu durante a atuação do governo militar, com “planejamento estratégico por meio da multiplicação de empresas e agências federais capazes de acelerar a modernização da sociedade e do território e de centralizar o poder do estado em nível federal (...), reconhece o interesse do setor para o desenvolvimento econômico do país” (BECKER, 1997, p. 11).

A Embratur foi criada com função de regulamentar o setor turístico brasileiro com base na Política Nacional do Turismo e promover o Brasil como destino turístico no exterior. Tal proposta (FREIRE-MEDEIROS e CASTRO, 2013) parte de uma política estatal que previa não apenas estímulos e incentivos fiscais à iniciativa privada, mas também uma campanha de adesão ao programa de integração nacional, que assumia contornos mais explícitos na década seguinte, com o início da mobilização em torno do Primeiro Ano Nacional do Turismo, cuja missão era levar a mensagem do turismo para a classe sociais e imagem objetiva do governo da época, promovendo seu desenvolvimento a partir da Embratur.

As políticas de turismo desse período restringiram-se a uma política de incentivos financeiros e fiscais, especialmente direcionados para o setor hoteleiro (CRUZ, 2000). Observa-se que isso se deu dos anos 1970 a meados dos anos 1980.

Num primeiro momento, com a abertura de incentivos, foram atraídos grupos internacionais, que se implantaram no Rio de Janeiro e em São Paulo, muitos dos quais pertenciam a transportadoras e operadoras que controlavam as correntes turísticas europeias, americanas e orientais. Essa estratégia permitiu o engajamento do Brasil no mercado internacional, mas, contrariamente à importação de tecnologia, evasão de divisas e, conseqüentemente, o propalado efeito multiplicador do turismo, não aconteceu de fato. (PAIVA, 1995, p. 55-57).

O turismo passava a ser considerado como uma indústria nacional, a qual o governo federal poderia adaptá-lo as reais necessidades do desenvolvimento econômico e cultural. A Embratur poderia efetuar convênios, organizar empresas subsidiárias de economia mista, contava com capital próprio e com possibilidade de obter outros recursos de várias fontes (BECKER, 1997). A atuação da Embratur dava as empresas controle sobre as regiões. Becker (1997) considerou a Embratur como sendo ao mesmo tempo o Legislativo e o Executivo do turismo.

A Embratur, desde sua fundação até 1987 (...), seria responsável por um notável crescimento do turismo no país. De 16313 aposentos, em 1967, passou-se a ter, no Brasil, 120000 aposentos. No mesmo período, o número de hotéis passou de 164 para 1980 classificados. Esses mesmo dados chamam atenção para o fato de que, entre 1967 e 1987, 70% dos hotéis foram construídos mediante concessão de incentivos fiscais ou financeiros (BECKER, 1997, p. 11).

Os estados litorâneos passaram a realizar investimentos, oferecendo o turismo sol e praia (e também veraneio), o qual ocorre principalmente no verão, período que apresenta alta lucratividade e ao mesmo tempo, um significativo impacto nestes territórios que os recebem, pois, o fluxo é concentrado nessa época específica.

Essa postura da Embratur se deu até 1985, quando, face a expansão do mercado interno, começou a se gerar conflitos: Haviam iniciativas para abrir o mercado para firmas nominais, com outras atividades e ocupações (locadoras de barcos, bugres, aviões, etc.) que serviriam na realidade, para acobertar agências de turismo (Becker, 1997). Com a liberalização de mercado do governo Sarney, houve a legitimação destes processos, esgotando o modelo centralizador, o que ocorreu um crescimento notável nas agências de turismo.

Já na Constituição Federal de 1988, o turismo foi contemplado pela primeira vez na história das constituições brasileiras, no Artigo 180, Capítulo I, do Título VII, que trata da Ordem Econômica: “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (CARVALHO, 2000).

Nos anos 1990, a Embratur se torna o Instituto Brasileiro de turismo. O Decreto 448, de 14 de fevereiro de 1992, no governo de Fernando Collor, estabeleceu como finalidade da Política Nacional de Turismo o desenvolvimento do turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional, tendo por diretrizes: a) a prática do turismo como forma de valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do país; b) a valorização do homem como destinatário final do desenvolvimento turístico (CARVALHO, 2000).

Ela tinha por finalidade formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional de turismo (PNT). Orientavam uma nova perspectiva para as políticas de turismo, não mais configuradas apenas no controle ou incentivo econômico, como prevaleciam até então, as novas orientações preconizavam pela inclusão de ações voltadas ao desenvolvimento social, ambiental e cultural dos destinos turísticos (GOMES e SILVA, 2017).

No PNT, o significado do turismo passa por modificações, tirando a ênfase ao desenvolvimento, passando a promover a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do país e a valorização do homem como destinatário final do desenvolvimento turístico (BECKER, 1997), além de: a) democratizar o acesso ao turismo nacional, b) reduzir as disparidades sociais e econômicas regionais, c) aumentar os fluxos turísticos, a taxa de permanência e o gasto médio de turistas estrangeiros no país e diversificar os fluxos domésticos, e d) ampliar e diversificar os equipamentos e serviços turísticos, adequando-os as características regionais.

A PNT sugere aos municípios a criação de Conselhos Municipais do Meio Ambiente (CODEMAS), a qual articule turismo e meio ambiente, bem como fazer distribuição da execução da política pelas três esferas do governo (BECKER, 1997). Observa-se a preocupação com o estímulo do turismo internacional e ao intercâmbio tecnológico. O poder público, menos centralizado, dá apoio técnico e financeiro ao setor, sendo que a prestação de serviços turísticos cabe a iniciativa privada.

Para a implementação do PNT, em 1992 no governo Itamar Franco, foi elaborado o Plano Nacional de turismo – PLANTUR, composto de sete programas, organizados de maneira a estruturar toda a cadeia produtiva do turismo: Programa Polos Turísticos, Programa Turismo Interno, Programa Mercosul, Programa

Ecoturismo, Programa Marketing Nacional, Programa Qualidade e Produtividade do setor de turismo e Programa de Formação dos Recursos Humanos para o Turismo.

O Plano Nacional de Turismo foi criado no cerne de outras políticas setoriais (aqui citadas) e constituía um conjunto de ações direcionadas ao desenvolvimento do setor através de iniciativas públicas ou de parcerias com o setor privado.

A PNT de 1995 tinha a finalidade de promover e incrementar o turismo visando gerar emprego, renda e desenvolvimento socioeconômico nos destinos turísticos, suas ações buscavam atingir alguns objetivos considerados estratégicos, devido ao seu caráter estrutural, tais como o “Fomento, defesa do consumidor; Desenvolvimento Estratégico; Busca da qualidade dos serviços; Descentralização; Conscientização da sociedade brasileira para a importância do turismo; Articulação intra e extragovernamental; Democratização do turismo interno; Promoção externa; Inserção internacional do turismo brasileiro” (GOMES e SILVA, 2017).

O PLANTUR se constituiu como guia norteador e ações públicas e privadas (BECKER, 1997) que tinha por objetivos: a) ordenar as ações do setor público, visando a diversificação dos produtos, geração de empregos e divisa, à melhor distribuição da renda regional, à proteção do meio ambiente e ao patrimônio histórico-cultural e, b) constituir referencial para as ações do setor privado, oferecendo subsídios para planejamento e execução de suas atividades.

Com isso, estabeleceu-se um conjunto de ações sistematizadas sob formas de programas pelo país (subprogramas e projetos) adaptadas às condições locais e regionais, seguindo diretrizes aos setores público e privado quanto a preservação e

valorização do meio ambiente e seus recursos, eficiências administrativas com interação e trabalho cooperativo entre esferas e instâncias governamentais, iniciativa provada, bancos, organismos internacionais e ações executadas por iniciativa privada e atividades de fomento e de suporte pelo governo (BECKER, 1997).

Como exemplo da ação destes programas e subprogramas, cita-se aqui o Programa de Polos Turísticos, que visava ampliação e diversificação de áreas previamente selecionadas, um polo que tenha efeitos atrativos sobre outras atividades no mesmo espaço econômico e geográfico, sendo que a Embratur identificou esses polos, os quais passaram a ter prioridade de investimentos; o Programa Turismo Interno, que visava expandir o setor, apoiando-se nos extratos populacionais de baixa renda, os quais poderiam se deslocar com sua família para destinos turísticos acessíveis (em finais de semana ou em um curto período de tempo); com a Formação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Também houve a preocupação em receber esse fluxo que provinha do sul da América por via terrestre, surgindo o Programa Mercosul, instalando infraestrutura para receber esse turista. Os programas do PLANTUR não saíram do papel, restando apenas as diretrizes da PNT (GOMES e SILVA, 2017).

Já na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, se manteve a Política Nacional de Turismo: Diretrizes e Programas – 1996/1999 (PNT), agora com estratégias, metas e objetivos destinados ao setor de turismo para serem desenvolvidos em três anos.

Nesse período foi desenvolvido pelo governo federal o Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR; o PNMT; o Programa Nacional de Ecoturismo; o Programa de Formação Profissional no Setor Turístico; e o Plano Anual de Publicidade e Promoção. Tais programas consolidaram a descentralização do turismo no território nacional, construindo um novo ordenamento territorial, tendo como executores estados e municípios, configuração que ainda prepondera (GOMES e SILVA, 2017).

O PRODETUR foi inserido no plano governamental “Brasil em Ação”, com o principal objetivo de permitir a expansão da atividade turística de forma planejada e sistêmica, a partir da definição de macro estratégias de atuação previamente definidas, com o claro sentido de integrar a labor local durante esse desenvolvimento.

Citado por Becker (1997) como o programa turístico mais explícito com interesse para a zona costeira. A área de interesse do PRODETUR foi direcionada ao desenvolvimento do turismo na região dos nove estados nordestinos (BNDES, 1999).

O programa é em formato multissetorial do Governo Federal, via Ministério do Turismo e integra a projetos de infraestrutura em obras múltiplas como saneamento, administração de resíduos sólidos, transportes em seus diversos módulos, reforma ou construção de aeroportos, desenvolvimento institucional dos órgãos estaduais e municipais responsáveis localmente pela execução do programa e preservação e, recuperação do patrimônio histórico e ambiental.

O PRODETUR parte da premissa que, apesar do enorme potencial turístico, o Nordeste apresenta entraves ao seu desenvolvimento, tais como: a recessão mundial que afeta os fluxos e a disponibilidade de recursos públicos e privados para investimentos, a utilização inadequada do solo e a inexistência de infraestrutura básica de apoio, a deficiência de equipamentos e serviços, de recursos humanos capacitados e a comercialização inadequada do produto BECKER, 1997, p. 23).

Ele apoia investimentos e ações para gerar renda turística e assegurar que os governos municipais possam receber parte desta renda para gerirem eficazmente os investimentos e fluxos de turismo em benefício da população permanente, uma “estratégia de reduzir suas desigualdades socioeconômicas”.

Para alguns críticos, conforme citado por Barros (2009), a proposta do programa era falha e tinha caráter desenvolvimentista, pois era concebida numa lógica ajustada ao interesse do capital internacional, que se refletia a exclusão da sociedade em seu planejamento, no pouco investimento na qualificação e preparação da comunidade beneficiada.

Na prática, essa política acentuava internamente as desigualdades socioeconômicas do Nordeste, visto que a melhoria das áreas se deram basicamente no litoral. Destaca-se a falta de inclusão da comunidade no processo de elaboração de seu planejamento e a falta de investimento no capital humano, sendo essa considerada a principal falha.

O PRODETUR nacional destaca-se como política pública de turismo por se manter há quinze anos no cenário nacional, mesmo com mudança de governos, fato que pode estar associado à sua subordinação ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), financiador do programa. Isto significa uma dívida continuada mesmo que haja mudanças de governo. Essa ação é um exemplo das atuais políticas de turismo concebidas nos últimos anos, descentralizadora, por transferir a responsabilidade de gestão do programa entre estados, distrito federal e municípios (de no mínimo um milhão de habitantes) e ainda neoliberal, por conta da subordinação às instituições internacionais como o BID, principal financiador do programa, e deixar a consecução às empresas terceirizadas (GOMES e SILVA, 2017, p. 256).

Ainda na gestão de Fernando Henrique Cardoso, a Política Nacional de Turismo passou a ser efetivamente implementada, tendo como principais objetivos: a) a ordenação das ações do setor público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o bem-estar social; b) a definição de parâmetros para o planejamento e a execução das ações dos governos estaduais e municipais; c) a orientação referencial para o setor privado.

Neste governo, Fernando Henrique Cardoso deu continuidade a diretriz da política de turismo e continuou o programa, outrora implantado por Itamar Franco (sucessor de Collor), o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que também se estendeu pelo próximo governo em 2003, porém, com modificações dos parâmetros da escala de planejamento, como será descrito adiante.

Assim, a Política Nacional de Turismo – PNT (1996 – 1999) foi regida tanto pela lógica neoliberal de atração de investimentos como pelo discurso da participação da sociedade. O Programa de Municipalização do Turismo - PNMT e a PNT apresentaram-se dentro de uma concepção de descentralização utilizando-se das formas de participação cidadã previstas na Constituição de 1988. A PNT abarcou ainda, o discurso da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, influenciada pela ECO-92 que fora realizada no Rio de Janeiro (TRENTIN e FRATUCCI, 2011, p. 840-841).

O PNMT, importante dentro da PNT, pretendia expandir a infraestrutura dos municípios turísticos, fortalecendo relações entre órgãos públicos e a iniciativa privada local. A Embratur teve importante relevância nesse programa, por ser responsável pela seleção dos municípios prioritários que seriam atendidos pelo programa, de forma que em 1996, ela criou o Roteiro de Informação Turística (RINTUR), que foi o método utilizado para selecionar os municípios prioritários que desejassem participar do programa.

O município candidato precisava elaborar seu próprio roteiro de informações turísticas, que deveria ser atualizado anualmente; com roteiros elaborados, os municípios seriam avaliados, selecionados e classificados como “turístico” (turismo consolidado) ou “de potencial turístico” (turismo em desenvolvimento); se selecionado, o município estava apto para concessão de financiamentos públicos, que o governo municipal com sua autonomia, seria capaz de planejar e executar para melhor desenvolver o turismo local (GOMES e SILVA, 2017).

Percebe-se a descentralização das políticas de turismo (GOMES e SILVA, 2017), com a autonomia dos municípios no processo de decisão, e a figura do governo federal como orientador das políticas, cabendo ao município a decisão e execução de ações voltadas ao turismo, de acordo com suas peculiaridades e necessidades políticas locais.

Em 2003 foi criado o Ministério do Turismo – Mtur e implantado o Plano Nacional do Turismo 2003 – 2007, por meio da Medida Provisória nº 103, de 1 de janeiro de 2003, no governo do ex-presidente Lula, com diretrizes, metas e programas para dinamizar a atividade turística brasileira em escalas nacional e internacional (PORTUGUEZ, 2011), sendo o MTUR, o organismo articulador dos diversos segmentos sociais e organizações que integram a ampla e complexa rede setorial.

Foi neste plano que o governo federal sinalizou pela primeira vez a proposta da regionalização do turismo, posto que ocorriam em muitas unidades da federação discussões entre as esferas municipal e estadual, proposta viabilizada pelo Programa de Regionalização do Turismo (PRT) (iniciado em 2004), com o objetivo de dar continuidade ao processo de ordenamento territorial do turismo no país, não mais se limitando ao município (como o PNMT), mas abrangendo para escala regional, agrupando municípios, que juntos se fortaleceriam e desenvolveriam estratégias regionais para o desenvolvimento econômico e social através do turismo (GOMES e SILVA, 2017).

De acordo com a coordenadora do PNMT, a análise e a reflexão sobre a péssima qualidade dos serviços turísticos brasileiros indicaram, naquele momento, a necessidade de estabelecer um processo de descentralização da gestão do setor (TRENTIN e FRATUCCI, 2011).

Partindo do pressuposto de que é na escala das comunidades locais que é possível estabelecer-se um nível participativo mais ativo e efetivo, uma vez que a proximidade dos cidadãos com os governantes locais é bem maior, o PNMT apresentava-se como uma resposta “vigorosa a esta necessidade de conscientização, estímulo e capacidade dos vários agentes – públicos e privados – que compõem a estrutura do município” (EMBRATUR, 2002, p. 46). Para tanto, o programa buscava capacitar agentes multiplicadores locais para reconhecerem a importância do turismo no desenvolvimento socioeconômico de seus municípios, tendo sempre como ponto de referência, a “necessidade de conciliação do crescimento econômico com a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural, estimulando a participação de suas comunidades na gestão de seus próprios recursos (TRENTIN e FRATUCCI, 2011, p. 841).

Segundo Portuguese (2011), a regionalização como estratégia de planejamento público já era praticada por alguns estados brasileiros, como no Espírito Santo, a qual já apresentara sua composição regional no final da década de 1960, quando delimitou veemente dois conjuntos de municípios os quais o estado deveria investir o turismo: a região serrana, que possuía identidade cultural italiana e germânica bem definido e outra região, formada por praias que possuíam areias radioativas, indicadas para descanso e tratamentos terapêuticos.

O termo região, passou a ser objeto de políticas públicas em substituição à escala municipal usada na Política Nacional de Municipalização do Turismo. Portuguese (2011, p. 239), complementa que:

Em outras palavras, a fase de transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva (outubro de 2002 a janeiro de 2003) foi o marco temporal de outra forma de ver o planejamento do turismo, de modo que a escala local foi substituída pela escala regional nos discursos e nas ações do poder público.

Porém o autor reitera que tal mudança não foi representativa para efetivação de resultados objetivos, pois tanto o PNMT quanto o PNT não foram suficientes para planejar e alavancar de forma satisfatória a economia setorial. Isso se deve as políticas não terem envolvido as comunidades receptoras, as políticas “de cima para baixo”, que não abarcam interesses locais e consequentemente, burocratiza e elitiza o planejamento.

Afetando ainda mais a economia setorial do Brasil, a crise de 2008<sup>15</sup> chega e acarreta uma forte queda no índice da Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) e aumento no preço do dólar. Multinacionais tiveram prejuízos bilionários, sendo a crise agravada quando essas indústrias promoveram demissões em massa.

Assim, as expectativas de crescimento econômico do Brasil foram reduzidas e em consequência houve redução nas previsões do PIB: No quarto trimestre de 2008, o PIB brasileiro caiu 3,6%, apesar dos esforços do governo para debelar a crise e substituir os bancos privados por bancos públicos na provisão de crédito a produtores e consumidores. Também os investimentos em meios

---

<sup>15</sup> Crise dos *subprimes* – Bancos norte-americanos se envolveram em operações de alto risco, comprometendo de modo temerário os recursos dos depositantes (, 2008), fator esse que refletiu na economia global, inclusive no Brasil.

de produção caíram fortemente, por causa da falta de crédito dos bancos privados e da falta de confiança dos empresários na breve superação da crise pelas políticas governamentais.

A crise internacional atingiu países da América Latina de formas diversas (SINGER, 2009), alguns com dimensões médias e grandes e já bastante industrializados e urbanizados, como México, Argentina, Colômbia, Peru, Venezuela e Chile, foram alcançados de modo semelhante ao Brasil: fuga de divisas, queda das exportações e do crédito externo, contaminação pelo pânico dos bancos privados nacionais, que também cortaram o crédito e aumentaram os juros cobrados; em consequência, o mercado interno se contraiu, acarretando a baixa da produção e o aumento do desemprego.

Observa-se nesse período uma série de falências de instituições financeiras e empresariais ligadas a viagens e turismo (TRIGO, 2020). Com menos dinheiro no bolso, instabilidade em empregos, as rendas das famílias diminuíram, conseqüentemente, atividades como o turismo também.

Para atenuar a crise, o governo brasileiro diminuiu alíquotas de impostos de várias categorias para sociedade, além de liberar bilhões de reais para que os bancos pudessem aumentar a liquidez no mercado, ou seja, era um estímulo para que indústrias aumentassem o dinheiro em circulação e para que as pessoas consumissem mais. Nesse período o PNT persistia, frente ao governo Lula, porém em anos seguintes não haveria mais tanta força como foi na época de sua criação.

Nos anos de 2011, no governo da ex-presidente Dilma Vana Rousseff, o PNT, teve continuidade, porém sem eficiência. No segundo mandato da ex-presidente, já em 2015, essa política não era vista com importância, mantendo-se da mesma forma com o governo Temer no ano de 2016.

No mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, cabe apontar eventos importantes que atraiu turistas nacionais e internacionais para o Brasil: a Copa das Confederações, em 2013; a Copa do Mundo de Futebol, em 2014; e os Jogos Olímpicos de 2016.

Entre governantes e lideranças políticas e empresariais, as razões da concorrência variam do prestígio logrado, pela demonstração de capacidade financeira e organizacional, às expectativas de negócios, com repercussões em diferentes setores e atração de investimentos. Não é raro que a motivação reflita interesses inclusive geopolíticos, vinculados, portanto, ao que se pode chamar de razões de Estado. Entre os argumentos esgrimidos para justificar e sustentar candidaturas, perfila-se o aumento da visibilidade internacional dos locais implicados e, na esteira disso, com grande importância, o fortalecimento da sua inserção no mapa turístico global. Com efeito, dinamizar o turismo representa um objetivo maior, quase sempre claramente manifestado, da disposição de países ou cidades em disputar a condição de sede de grandes eventos esportivos (MEURER e LINS, p. 333, 2016).

Conforme citado pelos autores, os Jogos Olímpicos e Copa do Mundo de Futebol são somente dois em meio a vários eventos esportivos de extraordinária visibilidade, embora figurem entre os que mais atraem as atenções em termos mundiais, ambos constituem megaeventos esportivos internacionais. Retratam que (MEURES e LINS, 2016, p. 335) “países que sediam acontecimentos dessa magnitude ganham visibilidade em escala mundial e sinalizam para o mundo (uma aparente) solidez econômica e estabilidade política, notabilizando os governantes de turno”.

No Brasil gerou-se uma onda de turistas e diversas benfeitorias quanto a infraestrutura para recebe-los e oferecer as modalidades esportivas no país. Vale ressaltar as oportunidades quanto aos negócios referentes à edificação de instalações esportivas, tais como estádios, ginásios, alojamentos e outras estruturas necessárias às modalidades envolvidas, com as exigências, que recaem em espaços tanto adjacentes quanto não imediatos, em matéria de acessibilidade, conforto e outros aspectos (MEURER e LINS, 2016).

O mesmo se passa no plano mais geral, recobrando transportes (aeroportos, por exemplo), comunicações, capacidade de hospedagem e alimentação, para além do entretenimento não ligado às competições em si, trazendo uma dinamização de diversos segmentos do país anfitrião.

Investidores de diferentes origens tendem a ser magnetizados, e suas operações costumam rimar com geração de renda, oportunidades de trabalho e tributos, produzindo infraestruturas e equipamentos que, além de tudo, permanecem (ou assim deveria ocorrer, como legado) para uso da sociedade local após o término das

atividades para as quais foram diretamente disponibilizados (MEURER e LINS, 2016, p. 336).

Por outro lado (MEURER e LINS, 2016), há questões não tão positivas que esses eventos quando sediados em países em desenvolvimento como o Brasil podem causar, daí se especula: a) qual real efeito houve na renda dos trabalhadores existentes nesse período? Teve êxito?; b) os elevados gastos para realização das competições eram necessários? O país comportava?; c) percebeu-se os efeitos da órbita imobiliária, a qual abarcou remoções e despejos de pessoas que habitavam casas de aluguel na época? Isso foi positivo?; d) as intervenções protagonizadas, sobretudo no âmbito da mobilidade urbana e regional (transportes públicos), foram “legados” efetivos para a população?; e) houve aceitação dos eventos pela população das cidades envolvidas? (Os autores citaram registros de posições majoritariamente favoráveis à realização da Copa do Mundo, embora bom número de pessoas inquiridas se revelasse indiferente).

Porém os autores salientam que a realização de um megaevento esportivo como mencionado anteriormente, é percebido como passaporte para uma inserção em novas condições, e esperançosamente durável, na economia e no turismo em escala global, representando uma cadeia de valor turística global. Como exemplo no Brasil, a realização desses eventos significou para a política do governo, sendo citado no primeiro parágrafo do capítulo de abertura do Plano Nacional de Turismo 2013-2016:

A realização da Copa do Mundo de Futebol Fifa em 2014 e dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016, além

de outros grandes eventos esportivos, culturais, empresariais e políticos, favorecem a projeção da imagem do país com os investidores internacionais (exportação) e com as demais nações potenciais emissoras de turistas (BRASIL, 2013, p. 12).

Já no século XXI, foram criados vários programas com o intuito não só de divulgar, mas expandir as atividades turísticas ao alcance da sociedade brasileira, inclusive à população de poder aquisitivo baixo, procurando reduzir o custo do deslocamento interno, desenvolver infraestrutura turística adequada e capacitar mão de obra para o setor, além de aumentar consideravelmente a divulgação do país no exterior (SANTOS, 2010).

No processo de organização e consolidação, o Sistema Nacional de Turismo buscou apoio das organizações internacionais do setor (CARVALHO, 2000): A articulação com a Organização dos Estados Americanos possibilitou muitas metodologias que se refletiram na formação de recursos humanos, divulgação e promoção, além do estabelecimento de sistemas de informações estatísticas; no Centro Interamericano de Capacitação Turística (Cicatur), no México, originou-se uma vasta produção científica, inclusive uma abordagem mais crítica que revê o posicionamento do turismo para a América Latina, contextualizando a situação de dependência do continente, que apontavam consequências desastrosas da exploração massificante do turismo sobre o ambiente ecológico e sociocultural.

Coube ao Cicatur o mérito na formação dos primeiros técnicos especializados em turismo no Brasil e na influência sobre a estrutura programática de diversos cursos de graduação e pós-graduação em turismo, além de orientar inúmeras metodologias,

adotadas pela Embratur – inventário dos recursos turísticos, estabelecimento de zonas prioritárias e de sistemas estatísticos.

Ainda quanto a Política do turismo, no governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, não houve clareza quanto esta política de turismo. Com o ano de 2023 Luiz Inácio Lula da Silva reassumiu a presidência e já em sua posse, em 1 de janeiro de 2023, estabeleceu o decreto 11361 que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Turismo.

Ainda no mês de janeiro de 2023 não houveram significativas alterações nos planos do turismo, porém em seu programa de governo assumiu o compromisso de resgatar e reconstruir o turismo com agendas contemporâneas. Durante a trajetória do PNT, não houve nenhuma nova lei, política ou programa que a substituísse, dessa forma essa política ainda é válida.

O turismo foi responsável pela injeção de 152,5 bilhões de dólares na economia em 2018, o equivalente a 8,1% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no ano, a empregos, o setor foi responsável por quase sete milhões de postos de trabalho no mesmo período (7,5% do total). Nos últimos cinco anos, o turismo gerou um em cada cinco novos empregos no país (BRASIL, 2021).

O turismo brasileiro se caracteriza por oferecer, além de recursos naturais exuberantes, um enorme acervo de bens culturais, materiais e imateriais aos turistas brasileiros e estrangeiros.

Entre os anos de 2011 e 2015, um estudo realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, demonstrou que entre as dez cidades mais visitadas por turistas estrangeiros

no Brasil a lazer, oito são litorâneas (Figura 1), observando assim que os atrativos sol e praia desempenham um papel importante na definição das geografias do turismo internacional no Brasil (CRUZ, 2018). Conforme Azevedo *et. al.*, (2013, p.1), no Brasil “principalmente nas suas faixas litorâneas, destaca-se a prática do turismo sol e praia, bem como a exploração de cenários e paisagens pitorescas, tudo isso propiciado e combinado, clima, morfologia paisagística, fauna e flora locais”.

Ainda na Figura 1, na parte centro-leste observa-se elevada concentração de circulação, sobretudo em capitais, enquanto na parte centro-oeste do país essa circulação é menor. Percebe-se uma movimentação para o Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, devido ao Pantanal, uma circulação para o centro-norte, em direção a Rondônia e a Manaus devido a Amazônia e no centro-leste pelo Pará, também devido a Amazônia. Nas demais regiões, essa concentração é menor. Há também tímidos fluxos para Roraima, provavelmente originados de correntes migratórias.

Agências e operadoras de viagens influenciam diretamente na Geografia do turismo, não que este fluxo seja estritamente comandado por elas, mas é inegável o papel que estas empresas têm no ordenamento do território para uso turístico: conforme apresentado no trabalho de Cruz (2018) as importantes agências se localizam em áreas costeiras e nos estados economicamente mais dinâmicos do país, locais os quais observa-se maior concentração de turistas (Figura 2).

Nesta Figura 2 é perceptível uma concentração de operações em estados litorâneos, seguido por Mato Grosso do Sul, onde está a cidade turística de Bonito e o Pantanal. No Pará e na Amazônia, essas operações se relacionam com a cultura indígena (Parintins, por exemplo) e a floresta Amazônica. Porém é necessário destacar que a concentração dessas operações se dá

principalmente em capitais estados do litoral.

As operadoras turísticas não atuam sozinhas, os processos de integração vertical entre empresas com relação direta com o setor turístico são uma marca do século XX, o setor hoteleiro e cruzeiro marítimos (CRUZ, 2015) podem ser tomados como outro indicador relevante dos processos de concentração e centralização social e de concentração espacial/centralização no setor turismo no Brasil, também localizado na região litorânea e nos centros econômicos mais ativo do país (CRUZ, 2018).

Os fluxos turísticos internos, quando não comandados pelas empresas de agenciamento de viagens, de hotelaria e pela integração vertical entre estas e companhias aéreas, são regidos pelo mercado imobiliário (no caso das segundas residências), pelos sindicatos de trabalhadores (no caso das colônias de férias) e pelo Estado, que nas suas distintas esferas de poder (nacional, estadual, municipal) promove lugares à condição de “destino turístico”, melhorando infraestruturas pré-existentes, implantando novas e fazendo o *marketing* público desses lugares (CRUZ, 2018).

De acordo com Cruz (2018), as áreas as quais apresentam manifestações do turismo são parte de uma geografia desenhada, por um conjunto extenso de empresas que mantêm relações mais ou menos diretas com aquelas que se encontram na ponta da cadeia produtiva do turismo, como empresas hoteleiras e de produção e agenciamento de viagens e se faz necessário reconhecer que por trás das paisagens materiais criadas para e pelo turismo encontram-se divisões do trabalho historicamente sobrepostas assim como processos imanentes ao modo de produção capitalista como a tendência contraditória à expansão e à concentração espaciais.

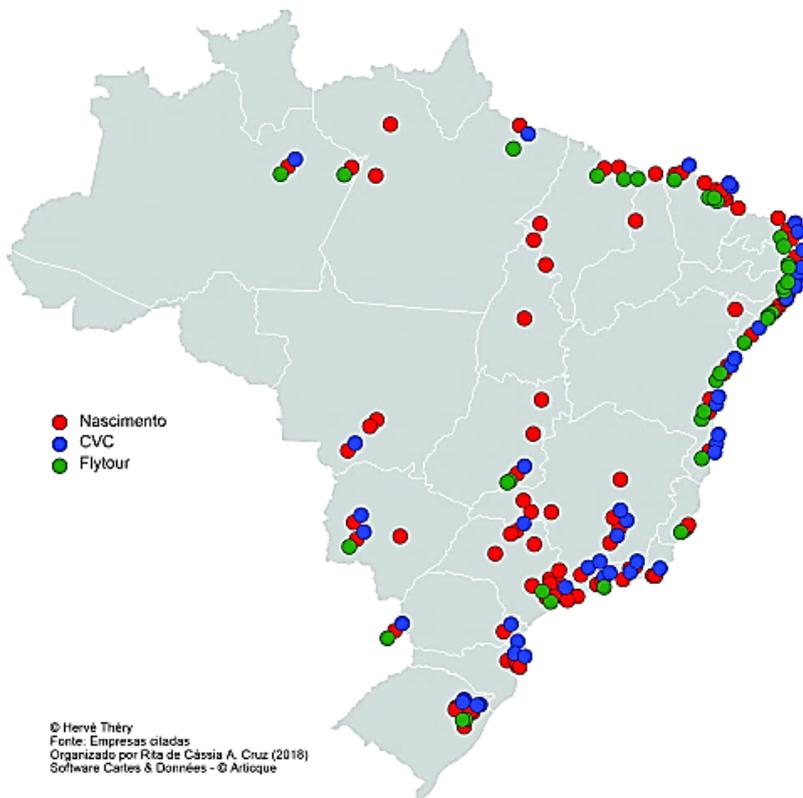
*Figura 1: Fluxos do turismo doméstico entre estados e cidades mais visitadas por turistas estrangeiros (2011)*



*Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, 2011.*

*Organização: CRUZ, 2018.*

*Figura 2: Destinos turísticos operados pelas empresas Nascimento, CVC e Flytourt (2015)*



*Fonte: Empresas Citadas. Organização: CRUZ, 2018.*

Mas segundo a autora, não se deve negar a importância do Estado como fomentador do desenvolvimento do turismo em escala nacional, por um lado como provedor das infraestruturas demandadas pela atividade, em especial aquelas relacionadas à circulação territorial, e por outro pela formulação de políticas de concessão de incentivos fiscais e financeiros, ações estas manifestadamente convergentes com os interesses privados e privatistas dessas empresas.

Ela ainda afirma que o Estado brasileiro foi e continua sendo protagonista na produção do espaço nacional com vistas à sua adequação aos interesses do capital, salientando que parte expressiva dos turistas viajam para onde o capital os deseja levar e não para lugares escolhidos por emoção livremente.

Quanto a geração de divisas, segundo Rabahy (2021), o Brasil compõe o grupo de destinos mais distantes dos principais emissores, de forma que tal destino não é próprio de um público de massa, mas de pioneiros que, gradualmente, vem ampliando sua participação, com números ainda tímidos.

De acordo com os apontamentos da autora, as possibilidades de crescimento do turismo internacional no Brasil dependem principalmente, do desempenho econômico de países da América do Sul, inclusive em termos de taxa de câmbio e preços, e da valorização de atrativos únicos de que dispomos, por meio da melhoria da infraestrutura, dos serviços de apoio ao turismo e da intensificação e maior agressividade nos procedimentos de comercialização e de promoção do turismo brasileiro, ações estas sustentadas pelo fortalecimento do turismo doméstico.

Quanto ao turista internacional que veio ao Brasil antes da pandemia, de acordo com a pesquisa de Demanda Turística Internacional referente ao ano de 2019, refere que este viajou a lazer e teve por motivação destinos de sol e praia, se hospedando em hotéis, flats ou pousadas, bem como em casa de amigos e parentes (RABAHY, 2021).

A autora cita que os turistas internacionais que vieram ao Brasil de 2015 a 2019 são procedentes de quase todos os continentes: no Amazonas, a maior parte dos turistas que lá chegaram foram de residentes nos Estados Unidos e a principal motivação dos turistas que visitaram o estado foi natureza, ecoturismo ou aventura; já turistas bolivianos e paraguaios visitavam estado do Mato Grosso do Sul, o que pode ser compreendido pela faixa de fronteira do Estado; em Natal, predominou turistas argentinos. Tais informações permitem ofertar um melhor aproveitamento das cidades brasileiras, relacionado ao potencial destas.

A crise sanitária provocada pelo vírus SARS-CoV-2 levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretar pandemia em 11 de março de 2020 (World Health Organization [WHO], 2020). Os primeiros casos da doença foram na cidade de Wuhan na China no final de dezembro de 2019, e em seguida sua difusão se deu por todos os países, deixando vários setores paralisados, sendo que as medidas eficazes contra o vírus, era o distanciamento social, uso de máscaras, higienização e sanitização de objetos, além da ação contínua de higienização de mãos.

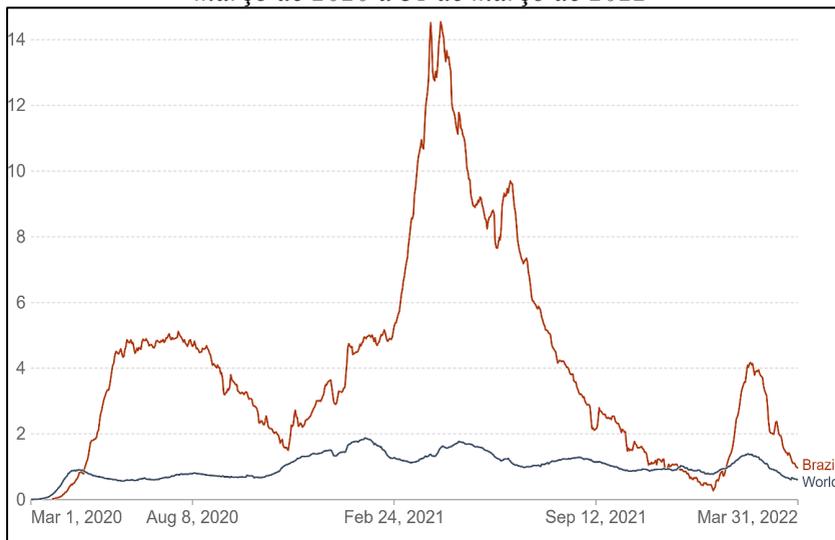
Dentre suas principais características, a COVID-19, conforme denominada pela agência especializada em saúde da Organização das Nações Unidas, é uma doença que tem um alto grau de transmissão, de uma pessoa contaminada (mesmo que

assintomática) para a outra ou por contato próximo através: do toque do aperto de mãos contaminadas; gotículas de saliva ao falar, espirro, tosse ou também através de objetos ou superfícies contaminadas, como telefones celulares, mesas, talheres, maçanetas, brinquedos, teclados de computador entre outros (SERPA e CARDIA, 2020).

De início, a OMS declarou epidemia (emergência de saúde pública internacional restrita, com menor proporção) e em 11 de março de 2020 declarou a pandemia (disseminação mundial de uma nova doença, sendo altamente transmissível de pessoa a pessoa). A Covid-19, assim popularizada, é uma doença não mencionada na história moderna, com pacientes infectados desde assintomáticos, a quadros clínicos em que os pacientes contaminados necessitam de UTIs, superlotam os hospitais, e tais casos gravíssimos podem levar a óbito.

De março de 2020 a março de 2022, houve um número significativo de mortes e pessoas infectadas pela Covid-19. Conforme indicado no Gráfico 1, a qual demonstra um comparativo entre o caso de morte no Brasil e no mundo pela pandemia, observa-se o maior pico de casos da doença no mundo em janeiro e abril de 2021, já no Brasil, percebe-se a ocorrência entre os meses de janeiro até abril de 2021.

*Gráfico 1. Mortes diárias de COVID-19 confirmadas por milhão de pessoas – comparativo entre Brasil e mundo no período de 01 de março de 2020 a 31 de março de 2022*



*Fonte: Johns Hopkins University – CSSE COVID-19, 2022.  
Organização: Elaboração própria.*

Segundo Ministério da Saúde, até 27 de janeiro de 2022 no Brasil, houve 696.742 óbitos causados pela doença e registro de 36.791.267 casos confirmados da covid-19 desde março de 2020. A pandemia se moveu da camada mais ricas para a camada mais necessitada da população, saindo de áreas costeiras e grandes centros para cidades e regiões interioranas, levando a doença para pessoas mais vulneráveis, comunidades pequenas, bairros mais pobres e afastados, pessoas em situação de rua, indígenas e ribeirinhos, com impactos devastadores.

O Brasil ocupou o *ranking* mundial com o maior número de óbitos da doença por dia em diversos períodos. O atraso na compra da vacina e o negacionismo quanto a sua eficiência, fez com que as mortes não cessassem ou diminuíssem. A expectativa comprovadamente em medicamentos falhos abria portas para expor um governo corrupto, excluído, que negava a existência da pandemia. A Covid desmontava o que sobrava de um sistema de saúde com desigualdades estruturais, precário e falho.

Além de civis, distintos trabalhadores da área como técnicos da saúde, pessoas que trabalhavam diretamente em hospitais e emergências médicas, de vários setores (como higienização), enfermeiros, médicos, também tiveram suas vidas interrompidas ao serem contaminados na linha de frente. Os sepultamentos coletivos, com caixões lacrados sem direito a despedida era frequente.

O Brasil poderia ter iniciado o processo de vacinação ainda em 2020, como aponta o diretor do Instituto Butantan<sup>16</sup> Dimas Covas em depoimento à CPI da Pandemia<sup>17</sup>, mas com as manifestações contrárias ao esquema de vacinação do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, as negociações ficaram suspensas e atrasaram a vacinação do país.

A concretização da vacinação no Brasil ocorreu em 2021. As primeiras doses chegaram em janeiro, sendo distribuídas aos estados e em fevereiro se iniciou a produção do imunizante no país. Em outubro de 2021, 50% da população já havia tomado as duas doses. Porém havia (e há) pessoas que negavam a eficácia

---

<sup>16</sup> O Instituto Butantan produz a vacina contra a Covid-19 - Coronavac, além de outras vacinas e soros importantes.

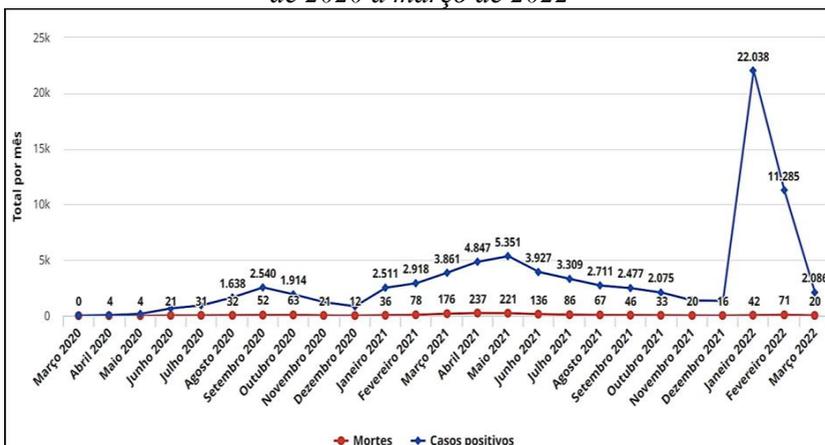
<sup>17</sup> A CPI da Pandemia teve a missão de apurar a atuação do Governo Federal durante a pandemia da Covid-19.

da vacina talvez motivados pelo posicionamento público do ex-presidente Bolsonaro, contrário a imunização, dificultando o processo. Após o esquema de vacinação completo, houve queda de 90% de óbitos desde o pico da pandemia.

A pandemia em Uberaba, conforme é demonstrado pelo Gráfico 2, teve um aumento de mortes no período de abril e maio de 2021, bem como o aumento de casos. Em janeiro de 2022 o número de casos deu um salto, talvez devido as festas de dezembro no final do ano, quando pessoas viajam para destinos turísticos ou para familiares, porém, o número de morte seguiu em queda.

Durante a pandemia, diversos setores mudaram sua forma de atuação (RÊGO, BARROS e LANZARINI, 2021) para *home office*, muitas indústrias tiveram suas operações congeladas, mercados alimentícios foram temporariamente desabastecidos, os sistemas de saúde entraram em colapso e as pessoas foram impedidas de viajar ou participar de aglomerações de qualquer ordem, estagnando, também o mercado e eventos em nível de acontecimentos presenciais em contraposição ao dinamismo de uma nova ordem digital.

Gráfico 2. Mortes e casos positivos da Covid-19 em Uberaba – março de 2020 a março de 2022



Fonte: UBERABA. Prefeitura Municipal de Uberaba, 2022.

Serpa e Cardias (2020) considerando toda cadeia produtiva do turismo, cita sobre um efeito direto nos atrativos turísticos naturais e culturais que tiveram sua visitação suspensa para conter a contaminação do vírus, a interrupção dos serviços de transportes aéreos e terrestres, impossibilitando deslocamentos; os meios de hospedagens e estabelecimentos de alimentos e bebidas tiveram seus serviços suspensos, a comercialização de pacotes turísticos nacionais e internacionais por parte da área de agenciamento, representado por operadoras turísticas, consolidadoras, agências de viagens e agências receptoras também paralisaram.

Esta crise teve e ainda tem efeitos diferentes a depender do nível socioeconômico em que se encontra cada porção do território, não apenas por ser uma crise sanitária, mas também afeta as localidades conforme as características da disseminação e evolução da doença, a suscetibilidade dos habitantes, a densidade demográfica e a configuração urbana. Conforme indicado por Serpa e Cardias (2020), a pandemia teve e ainda tem um comportamento distinto em cada região, país e continente.

No Relatório de Impacto da Pandemia de COVID-19 para os setores de turismo e cultura no Brasil, até a data de sua publicação (setembro de 2020) apresentavam um cenário de paralisação do setor, os cenários delineados não se concretizaram e o mundo ainda enfrenta os efeitos da pandemia. Conforme divulgação da Organização Mundial do Turismo (OMT), a pandemia de COVID-19 promoveu a redução nas chegadas de turistas internacionais no mundo, nos dez primeiros meses de 2020, representando, também, prejuízos consideráveis nas receitas internacionais do turismo (BRASIL, 2021).

Este “efeito dominó”, segundo Serpa e Cardias (2020), derrubou cada elemento que compõe a atividade turística e como consequência, vários danos socioculturais foram acometidos às pessoas (tanto turistas quanto aos moradores das localidades turísticas) e, também, os efeitos econômicos que afetaram os negócios diretos e indiretos, comprometendo diversos setores da economia que trouxeram desemprego, redução das equipes de trabalho, fechamento de empresas e redução das receitas fiscais por parte dos governos como exemplos mais evidentes.

Mesmo com as paralizações o turismo continuou a buscar opções para se manter neste período, cada ramo tentando resistir de uma forma diferente, empresas apostaram em turismo a longo prazo, a qual o turista poderia comprar pacotes ou viagens para

serem realizados em anos posteriores, pós-pandemia.

As mídias virtuais tiveram em constante utilização divulgando produtos e serviços, em momentos foi possível atendimento em número reduzido a clientes, com distanciamento entre pessoas, uso de máscaras e álcool-gel, além de placas indicando medidas restritivas determinadas para eliminação da Covid-19.

Essas foram medidas que davam segurança ao turista durante a compra, inclusive a realização de cancelamento posterior sem custo em caso de desistência do produto/serviço. O setor tentava vários meios para continuar, mas muitas empresas não resistiram e fecharam as portas. Após vários meses com atividades socioeconômicas praticamente paralisadas, a partir de junho de 2020 observou-se o início para uma retomada em vários setores, para que a economia voltasse a se reestabelecer, inclusive o turismo.

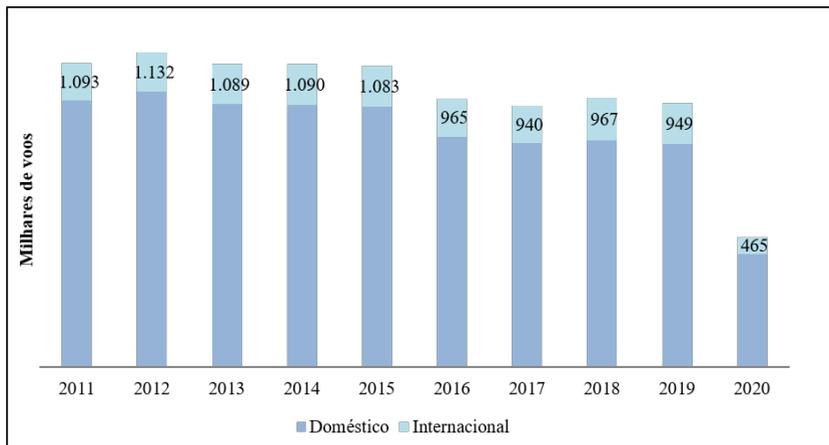
Já em 2021, foi criado um programa de retomada para o turismo pelo Mtur que, de uma forma geral, se organizou em quatro eixos: preservação de empresas e empregos no setor de turismo; melhoria da estrutura e da qualificação de destinos; implantação de protocolos de biossegurança; e promoção e incentivo às viagens. Essa retomada possuía ações para até julho de 2021 (BRASIL, 2021).

Com as restrições da pandemia, muitas fronteiras internacionais fechadas ou com restrições para entrada, protocolos de segurança e o câmbio alto, o número de voos doméstico e internacional, reduziu 51% no país comparando o ano de 2020 em relação ao ano de 2019, conforme retrata o Gráfico 3. Segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), a movimentação de passageiros em voos domésticos e

internacionais já em 2021 se comparado a 2020, caiu 43,5%.

É importante perceber que além de todos caos instaurado quanto as fronteiras e restrições de entrada, muitas famílias tiveram seu orçamento reduzido, ou mesmo perderam seus empregos, sem receitas para prática do turismo. Muitas pessoas desenvolveram doenças diversas vivendo sem a certeza de uma estabilidade e preocupados com seus próximos. Naquele momento o importante era sobreviver.

*Gráfico 3. Evolução da quantidade de voos – mercados doméstico e internacional, 2011 a 2020 (2020)*



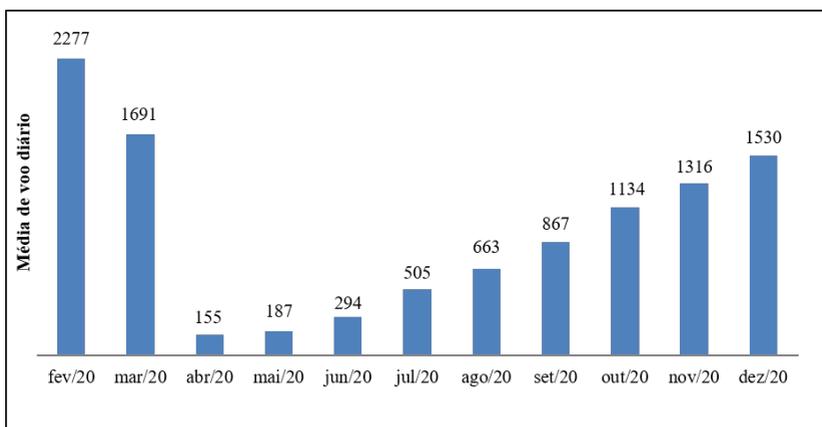
*Fonte: Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, 2022.*

A média de voos no mercado doméstico conforme indica o Gráfico 4, teve queda em abril de 2020, no mês seguinte a determinação da pandemia. A retomada de voos no país, que apesar de ter sido um dos setores mais afetados em termos

econômicos, apresentou crescimento a partir do mês de julho (Gráfico 4), quando há um aumento da movimentação de passageiros de voos domésticos nos aeroportos brasileiros.

Esse crescimento se deve ao início das medidas preventivas que foram adicionadas aos estabelecimentos e a busca de atrativos nacionais pelo brasileiro, que não estava apto ao turismo internacional. O país tornou-se mais atrativo, com potencial de reversão do consumo do turismo no exterior para o país. O turismo de natureza se tornou o principal atrativo para turistas brasileiros (BRASIL, 2021).

*Gráfico 4. Retomada da malha - Média voo diário no Mercado Doméstico em 2020 (2021)*



*Fonte: Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, 2022.*

Em dezembro de 2021, houve o maior volume de passageiros nos aeroportos brasileiros desde janeiro de 2020 (devido as férias de verão, aos feriados de fim de ano, junto com uma série de medidas adotadas para uma viagem segura, por meio do Selo “Turismo Responsável, Limpo e Seguro”, que estabelece boas práticas de biossegurança quanto a prevenção da Covid-19 para as atividades do setor). Em 2021 7,7 milhões de pessoas viajaram, 13,3% inferior em relação a dezembro de 2019, período pré-pandemia (ANAC, 2022).

No final de 2021, retomou-se o turismo doméstico, com boa parte da população vacinada contra a Covid-19, com mais segurança para se deslocarem, com devidos cuidados. Dessa forma, houve uma transformação no perfil deste público que outrora preferia praia e sol por puro lazer, que passou a procurar por distanciamento de outras pessoas, atrativos naturais como montanhas, pelo fato de se constituírem em lugares abertos, considerados mais seguros, com a prática de atividades ao ar livre e sem aglomerações (ARAÚJO, 2021), surgiu um turista mais criterioso com saúde e higiene, exigente em relação ao consumo ético e sustentável em busca de novos destinos (BRASIL, 2021).

É importante salientar que o turismo se torna vetor de contágio devido ao deslocamento para que seu fenômeno ocorra, conseqüentemente, há uma rapidez e ampliação da propagação de doenças contagiosas (BAUM e HAI, 2020). Dessa forma é fundamental que para turismo acontecer, todas localidades que o compete sejam seguras e a integridade social e ambiental estejam estabelecidas.

Mas no período em que o turista não podia se deslocar, o setor turístico precisava continuar a se movimentar, sendo o principal recurso utilizado durante a pandemia para comunicação com seus clientes/consumidores, a internet.

Uma pesquisa desenvolvida pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), concluiu que, até 2020, o Brasil tinha 152 milhões de usuários de Internet, o que corresponde a 81% da população do país com 10 anos ou mais. O levantamento identificou uma proporção maior de domicílios com acesso à rede (83%) do que indivíduos usuários (81%). Na comparação com 2019, o aumento foi de 12 e de 7 pontos percentuais, respectivamente.

O Cetic identificou o uso da internet para diversas atividades a distância entre os anos de 2019 e 2020 como indica a Figura 3, e principalmente, o aumento deste uso no ano de 2020. Deixa evidente que o uso da internet aumentou não somente para chamadas de vídeo ou voz, mas também para outras finalidades, como pesquisas e transações financeiras. Observa-se que nesse período, houve um considerável aumento do uso de internet para pesquisas em *sites* do governo, justamente no momento em que a pandemia crescia sobre o país.

Através da internet e mídias sociais, os indivíduos são impactados por informações, sem precisarem sair de próprias casas, estimulando desta forma comprar online durante e pós-pandemia, com intuito de reaquecer o setor; não existe uma regra a ser seguida, mas o caminho deve considerar os limites e potenciais da internet, bem como as características do mercado consumidor a ser alcançado.

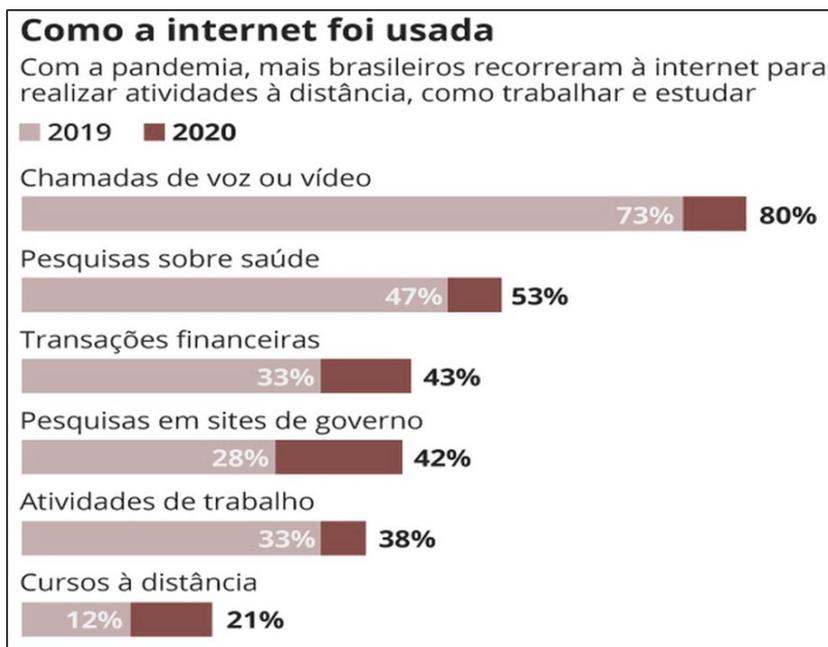
As redes sociais são consideradas uma ferramenta poderosa para o envolvimento do consumidor e vieram, de certa forma, através de ferramentas de mensagens instantâneas, facilitar a interação entre os indivíduos, especialmente quando a mesma requer um maior envolvimento (SOUZA, MACHADO, CAMPOS, GOMES, 2020).

As empresas de diversos segmentos procuram maneiras de se introduzir nas redes sociais nas mais diversas formas de comunicação com os seus clientes, seja através da interatividade, da promoção, de facilitar o acesso à informação e até mesmo, de aperfeiçoar o comportamento de compra do cliente (FERREIRA, 2019). A existência das redes sociais só se tornou possível, porque a ligação da Internet está mais facilitada, nomeadamente através dos dispositivos móveis, e porque os aparelhos tecnológicos estão mais generalizados.

Essas mídias sociais têm sido amplamente utilizadas pelos turistas para os apoiar em sua busca, recorrendo além de mídias sociais, a Blogs e *Reviews* de outros turistas. A comunicação instantânea, que as mídias sociais permitem, apresenta vantagens do domínio do aumento da visibilidade de um espaço de lazer, a emoção de uma experiência partilhada, o deslumbramento de uma paisagem, quebrando constrangimentos, divulgando e aliciando para locais turísticos ao alcance do cidadão comum que neles se revê e procura as suas próprias experiências e emoções.

Observa-se que tradicionalmente os turistas consultavam revistas de viagens, jornais e livros para obterem informações, porém tais fontes foram substituídas pelas fontes *online*. A capacidade de divulgar histórias verosímeis e aliciantes de “aventuras” de lazer das mídias sociais, contribui para o aumento da visibilidade de locais e serviços turísticos, aumentando a sua procura (MACHADO e SOUSA, 2018).

Figura 3. O uso da internet nos anos de 2019 e 2020



Fonte: Cetic.br . Organização: <https://g1.globo.com/>

Além das redes sociais vinculadas ao turismo, há diversas empresas *onlines* que permitem ao turista buscar por voos, traslados, hospedagens, passeios e entretenimento em geral sem a necessidade de uma empresa física ou agência de viagens.

Até mesmo o instrutor guia local pode ser substituído por aplicativos instalados nos *smartphones* dos visitantes, de forma que poderão ter as informações necessárias para compreender o local visitado. Em alguns casos, intérpretes ou dicionários físicos são esquecidos, trocados por ferramentas virtuais que permitem

ao viajante sua comunicação.

O valor experiencial das redes sociais associadas ao turismo, de acordo com Machado, Souza e Faria (2020), por estimularem troca de experiências *online*, tour virtuais, compras, vivências de realidade aumentada, atividades imersivas que contribuem para o estímulo da atividade turística, é defendida por alguns teóricos; por outro lado, é criticado por gerarem sobrecarga emocional a partir de conflito de ideias, valores, renda, posição política, etc.

Levando em conta que na pandemia parte da população enfrentou dilemas como desemprego e planejamentos interrompidos, sendo que quando acessam as redes sociais se deparam com “vidas perfeitas” e “fáceis”. Percebe-se que essa sobrecarga emocional pode afetar os indivíduos, que já se encontravam emocionalmente abalados com tanto percausos.

O isolamento social da pandemia, segundo Machado, Souza e Faria (2020), impôs a transformação digital, as reuniões, os encontros, as negociações, entre outros, foram parar dentro dos smartphones e computadores, de forma que existir uma comunicação eficaz é absolutamente fundamental. A forma de se comunicar então mudou, necessitando adaptar-se à nova realidade que se apresenta e se reinventar nela.

Assim as pessoas passaram a ser impactados por informações a cada instante e por todos os segmentos turísticos para que os segmentos não se tornassem esquecidos. Porém a forma de abordagem deveria ser moderada para que as pessoas não se sentissem sobrecarregadas, exaustos de informações e em dúvida sobre o que consumirem; vive-se a explosão da comunicação, que nunca foi tão ágil, abundante e acessível.

O processo pós-pandemia de retorno a atividade turística está em andamento, algumas empresas não conseguiram se reestabelecer, outras estão conseguindo se reerguer com atrativos variados. No Brasil o turismo doméstico retornou primeiro e posteriormente o internacional.

## PANORAMA DO TURISMO NO TRIÂNGULO MINEIRO E EM UBERABA

Na Constituição do Estado de Minas Gerais, de 21 de setembro de 1989, atualizado até a Emenda Constitucional nº 111, de 26 de julho de 2022, inclui no Artigo 242 sobre o turismo que diz “Art. 242 – O Estado apoiará e incentivará o turismo como atividade econômica, reconhecendo-o como forma de promoção e desenvolvimento, social e cultural”.

Já em seu Artigo 243, insere sobre a definição da Política Estadual do Turismo, o qual frisa sobre regulamentação de uso e ocupação de bens naturais e culturais, proteção de patrimônios, apoio a eventos turísticos, promoção da educação para o turismo, planos integrados, programas e fundo de assistência para o desenvolvimento do setor (como por exemplo o Fundo Geral do turismo<sup>18</sup>),

Dez anos após a constituição mineira, com criação do SETUR (Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais) em 28 de outubro de 1999, foi possível a elaboração de políticas públicas mais específicas ao turismo, com a intenção de valorizar a natureza mineira, a cultura regional, a metrópole e o acervo arquitetônico do estado.

Nos anos de 2007 a 2010, a gestão do estado feita pelo ex-governador Aécio Neves, criou iniciativas próprias para dar visibilidade às concepções do turismo, alinhando ações com a

---

<sup>18</sup> Instrumento político de investimentos voltado para a melhoria da infraestrutura turística, fornecendo a base para dinamizar a vocação turística das regiões.

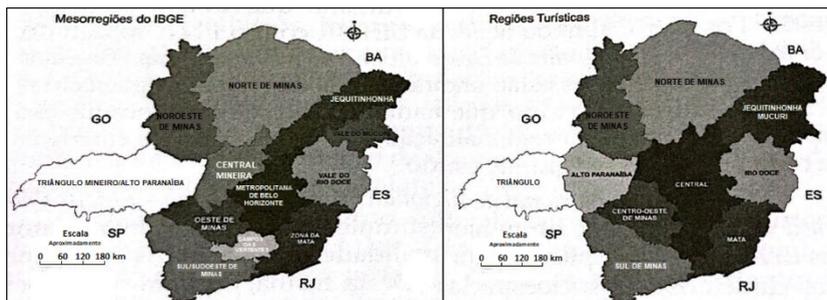
SETUR, com o PNT, possuindo bases ancoradas nas diretrizes estabelecidas pelo MTUR, a qual mantinha o foco na descentralização das ações por meio de regionalização, das peculiaridades turísticas de cada recanto do estado (PORTUGUEZ, 2011).

O Programa Nacional de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, criaram regiões e circuitos turísticos, supostamente potencializando os pontos positivos destes para o desenvolvimento integrado. Portuguez (2011, p. 243) ressalta:

Convém esclarecer que o processo de regionalização antecede a roteirização (...). Enquanto no estado do Espírito Santo, por exemplo, houve a regionalização turística propriamente dita, envolvendo todos os 78 municípios do estado para uma posterior roteirização; em Minas Gerais, criaram-se 60 circuitos a partir da definição de regiões turísticas que mantiveram os nomes e, em parte, as fronteiras das regiões administrativas oficiais: Região Central, Zona da Mata, Sul de Minas, Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Centro-oeste de Minas, Nordeste de Minas, Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Rio doce. Em outras palavras, Minas Gerais não criou uma malha regional específica para o turismo.

Segundo o autor, o governo mineiro se aproveitou por parte de uma rede administrativa preexistente e em seu interior e criou os circuitos turísticos, os quais apresentam a junção de municípios com aspectos contíguos como suas culturas, aspectos naturais, aspectos sociais e patrimônios históricos conforme indica a Figura 4.

*Figura 4: Estado de Minas Gerais: regiões geográficas e regionalização turística*



*Fonte: PORTUGUEZ, 2011.*

Evidenciando agora a mesorregião do Triângulo Mineiro na Figura 5, esta é considerada uma região administrativa (de planejamento) estabelecida em Minas Gerais, mas que pertenceu inicialmente, à capitania de São Paulo e, posteriormente, à capitania de Goiás num processo de subdivisão política que se estendeu ao longo do século XVIII.

Em decorrência da mineração, pecuária e produção de café, estabeleceu-se uma rede de trocas e comércio, fortalecendo o início de uma elite no local e a expansão das atividades econômicas. Com a chegada das ferrovias, algumas cidades se tornaram polos, garantindo um considerável desenvolvimento econômico.

Localizado na porção oeste do estado mineiro, o Triângulo Mineiro situa-se entre os Rios Grande e Paranaíba, fazendo limites com os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e São Paulo. É composto por 66 municípios, com 7 microrregiões: Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia (IBGE, 2022). A cidade de Uberlândia é o principal

centro regional, seguido por Uberaba.

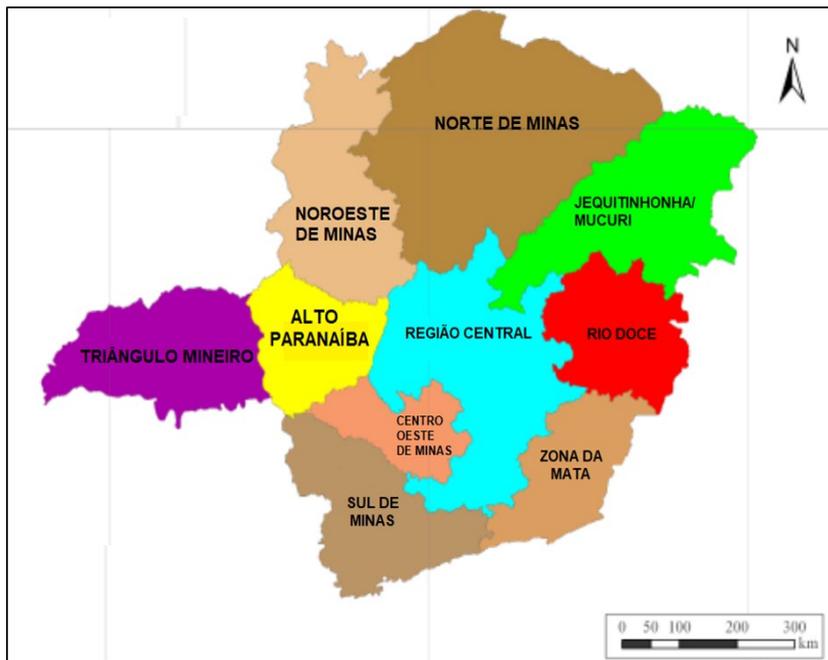
Em 2015 o governo de Minas Gerais subdividiu essa região com o intuito de melhorar o acompanhamento das demandas e propor políticas públicas mais assertivas, de forma que a região do Triângulo Mineiro, e parte da região anteriormente denominada Alto Paranaíba, foi segregada em dois territórios: Triângulo Norte e Triângulo Sul. Em extensão territorial, somados, esses dois territórios correspondem a 13,67% de Minas Gerais.

O Território Triângulo Norte se destaca pela produção de leite, soja e café arábica. Já o território Triângulo Sul, se destaca na produção de cana-de-açúcar, soja e de leite (ALVES E BARBOSA 2017). A mesorregião também se destaca no agronegócio, genética bovina e produtos químicos. Possui localização estratégica entre importantes estados brasileiros, mão de obra qualificada, boas condições para o agronegócio e infraestrutura para protagonizar tais atividades.

Os setores de aeroportos de Uberaba também merecem destaque, já que realizam a comunicação entre vários estados brasileiros, demonstrando a importância que a região assume no cenário nacional:

(...) outra importante obra foi a modernização dos aeroportos de Uberlândia e Uberaba, que foram equipados para receber aviões de grande porte, integrando-se às grandes cidades (...) (ELIAS, SPOSITO e SOARES, 2010, p. 167).

*Figura 5: Estado de Minas Gerais: Regiões de planejamentoLocalização do Triângulo Mineiro.*



*Fonte: GUIMARÃES, 2010. Organização: CUNHA, Djane A. da., 2009.*

Em Uberaba, cidade mineira, à 480 km da capital Belo Horizonte, está localizado o Aeroporto Mário de Almeida Franco (Figura 6 e Figura 7), a cerca de 3 quilômetros do centro da cidade, destinado ao tráfego de aeronaves da aviação regular e geral, servindo também como portal de entrada para várias cidades do Triângulo Mineiro, operando 24 horas por dia para pousos e decolagens, com vias de acesso rápido.

*Figura 6: Aeroporto Mário de Almeida, Uberaba.*



Fonte: Elaboração própria. 2022.

*Figura 7. Praça de Alimentação do Aeroporto Mário de Almeida Franco, 2022*



Fonte: Elaboração própria.

Movimenta, anualmente, uma média de 103.509 passageiros, 6.037 voos e 7.002 kg de carga aérea. Somados os funcionários de empresas que operam o sistema aeroportuário, circulam 529 pessoas diariamente, é movimentada pelas companhias aéreas Azul e Flyways, com capacidade de atuar para 1,3 milhões de passageiros por ano (INFRAERO, 2022). Segundo o relatório da Infraero Aeroportos, a movimentação de passageiros no Aeroporto Mário de Almeida Franco, de janeiro a novembro de 2021, cresceu 83,97%.

Assim como no aeroporto, há chegada de turistas pela rodoviária da cidade, o Terminal Rodoviário Jurandyr Cordeiro demonstrado na Figura 8, inaugurado em 1974. Compreende uma área de 20 mil m<sup>2</sup>, com aproximadamente 30 funcionários para administração, fiscalização, limpeza e das viagens. Possui áreas de acessibilidade, estacionamento, área comercial, área de alimentação e caixas eletrônicos para saque de dinheiro.

As viagens ali presentes são Real Expresso, Transbrasil, União Cascavel, Catedral Turismo, Expresso Transporte, Real maia, Espirito Santo, Rota, Viação Platina e Gontijo. Segundo informações do próprio estabelecimento, possuem um fluxo de mais de 3 mil pessoas por dia, chegando a atender cerca de 1 milhão de passageiros por ano. Desde 1999, a rodoviária é administrada por UBERCON – Uberaba Concessões.

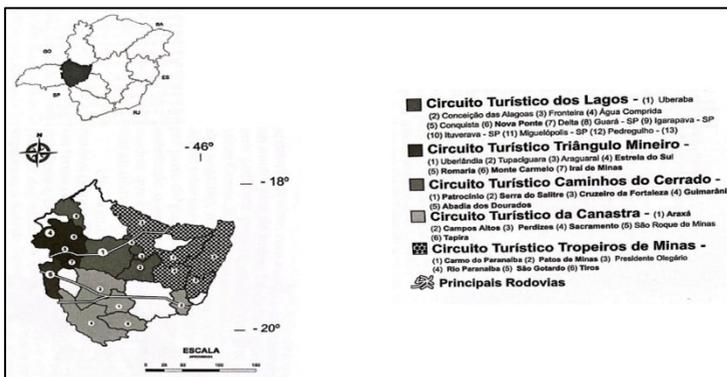
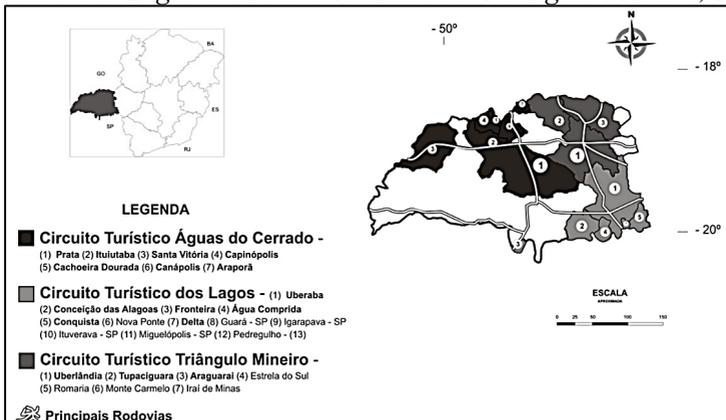
*Figura 8. Terminal Rodoviário Jurandyr Cordeiro*



*Fonte: <https://visiteuberaba.com.br/locais/terminal-rodoviario-jurandyr-cordeiro/>*

Além do aeroporto e da rodoviária, a cidade apresenta boa infraestrutura como vias pavimentadas, transporte público, táxis e semelhantes, empresas de alugueis de carros, inúmeros hotéis (desde redes a pousadas), restaurantes e lanchonetes. A cidade é cruzada pelas rodovias MG-262, de leste a oeste, a BR-050 na porção norte e sudeste, além da rodovia MG-427 na região sudoeste. O Município integra o Circuito Turístico dos Lagos e o Circuito Turístico do Triângulo Mineiro (Figuras 9 e 10) que têm por missão fomentar o desenvolvimento do turismo sustentável, estabelecer e fortalecer parcerias para a geração de negócios, promover a melhoria da qualidade de vida da comunidade, preservando e potencializando as vocações locais (RIBEIRO *et al.*, 2011).

Figuras 9 e 10: Circuitos Turísticos de Minas Gerais: Circuito Turístico dos Lagos e Circuito Turístico do Triângulo Mineiro, 2011



Fonte: PORTUGUEZ, 2011.

O circuito turístico é uma associação sem fins lucrativos que reúne poder público, setor privado, entidades de classe e demais interessados no desenvolvimento do turismo na região onde se localizam, recebem apoio financeiro e técnico da Secretaria de Estado de Turismo, que certifica as mesmas como sendo Circuitos Turísticos de Minas Gerais. As entidades são acompanhadas periodicamente com visitas e avaliações das etapas do Programa (BRAGA e CASTANHO, 2008).

Teixeira, Vicentim e Aguiar (2006) afirmam que municípios menores se aliam a outro município próximo e mais desenvolvido e próximo geograficamente para desenvolver juntos a atividade turística, conseqüentemente, levando um tempo de permanência do turista maior, como resultado dessa própria coordenação, a qual envolve equipamentos, atrativos e roteiros turísticos.

Em dezembro de 2006, após a institucionalização e mobilização dos Circuitos Turísticos, foi fundada a Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais (Fecitur), uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, que tem como objetivo promover ações que consolidam o Programa de Regionalização do Turismo em Minas Gerais, representando os interesses das Associações de Municípios de Circuitos Turísticos do Estado e estimulando a integração entre elas (SECULT, 2020).

Segundo a própria descrição da Prefeitura de Uberaba, o Circuito dos Lagos é palco para o turismo de aventura, rural, religioso, gastronômico e paleontológico, com opções de esportes náuticos e aquáticos, pesca esportiva, entre outros. Este circuito foi atração no Projeto Escadaria<sup>19</sup> em Belo Horizonte no ano de

---

<sup>19</sup> Um evento de intercâmbio turístico e cultural lançado pela Belotur em parceria com a Federação das Associações dos Circuitos Turísticos do Estado

2010, o qual apresentava seus produtos do artesanato do Projeto “Triângulo das Artes Brasil”, confeccionados por artesãos da do município e apresentação do roteiro de Peirópolis – Terra dos Dinossauros, desenvolvido por empresários do bairro, o Museu, a Associação dos Amigos, e a agência particular.

Para a prefeitura de Uberaba, o intercâmbio entre circuitos turísticos estimula o desenvolvimento socioeconômico dos municípios, fortalecendo a política de regionalização do turismo mineiro, gerando expectativas inclusive sobre aumentar o tempo de permanência e o gasto médio do turista numa determinada região, através da integração de vários roteiros.

A participação do município ao circuito releva sua importância, a cidade é o maior produtor agrícola do estado mineiro, além de possuir três distritos industriais de relevância econômica. No município se concentram fábricas de móveis, alimentação, calçados e química, possui destaque também na área educacional (como a Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM), é sede da Academia de Letras do Triângulo Mineiro e integra o Aspirante Geoparque Uberaba.

---

de Minas Gerais (Fecitur). O projeto faz parte do conjunto de ações que envolvem o incremento do fluxo turístico interno de Minas, juntamente com o projeto do Ministério do Turismo para a descentralização do turismo.

## **Geoparques – a chancela**

Segundo o Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo de Uberaba (2020), um geoparque deve gerar atividade econômica, notadamente por meio do turismo e envolver um número de geossítios ou sítios geológicos de importância científica, raridade ou beleza, incluindo formas de relevo e suas paisagens, aspectos arqueológicos, ecológicos, históricos ou culturais podem representar importantes componentes.

Geossítio ou sítio geológico é uma área pré-determinada onde há patrimônio geológico de relevância internacional. O sítio histórico e cultural são construções, ou até mesmo o entorno dessas estruturas, que possuem importância histórica e cultural reconhecida pela sociedade (PEREIRA, 2022). Para existir o geoparque, é obrigatório a presença de tais sítios.

Os geoparques surgiram com o desígnio de estimular a conservação do patrimônio geológico, das riquezas históricas e culturais da região em que o mesmo está inserido, por meio de iniciativas como a geoeducação, a geoconservação e o turismo, promove-se adicionalmente o desenvolvimento econômico sustentável das comunidades inseridas nos geoparques (PEREIRA, 2022). Tal conceito está ligado ao conceito de geodiversidade, a qual propicia o desenvolvimento da vida na terra, constituindo com valores intrínsecos a cultura, o estético, o econômico, o científico, o educativo e o turístico.

O geoparque compreende em gestão do território, propondo estabelecer uma relação de agente articulador entre as Unidades de Conservação (UCs), Áreas de Proteção Ambiental (APAs), Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) e variadas áreas respeitando suas legislações, na medida em que é

permitido sobrepor ao território de tais autarquias sem interferências ou restrições (SANTOS, 2019).

Segundo Brilha (2009), o conceito de geoparque possui caráter estrategista para o desenvolvimento sustentável baseada na conservação do patrimônio geológico, em associação com os demais elementos do patrimônio natural e cultural, pertencentes à paisagem.

Com índices de contrabandos de itens geológicos e paleontológicos, nos anos 2000 foi assinado um acordo entre os países europeus para a preservação:

No ano de 2000, com intuito de preservar os patrimônios geológicos - pois nesse período havia um crescente mercado de contrabando de fósseis - quatro geólogos da Alemanha (Vulkaneifel), da França (Réserve Géologique de Haute Provence), da Grécia (Lesvos Petrified Forest) e da Espanha (Maestrazgo Cultural Park) reuniram-se e assinaram um protocolo para instituir o *European Geoparks Network* (EGN), ou seja, a Rede Europeia de Geoparques (PEREIRA, 2022, p. 16).

A Rede Europeia de Geoparques tinha por objetivo conscientizar a sociedade em que se inseria o geoparque sobre a geodiversidade e sua conservação (denominado anos depois como geoconservação) e debater em convenções internacionais as ações e medidas eficazes para mobilizar o reconhecimento da preservação ambiental e, principalmente, a preservação geológica, em nível mundial (PEREIRA, 2022).

A visão sobre geoparques instituídos foi tão significativa, que algumas instituições internacionais, a União Internacional de Ciências Geológicas e a Unesco, em 2004, passaram a participar desse projeto, tornando a rede mais sólida e reconhecida mundialmente, de forma que outros países que não compunham a União Europeia, passara a integrar a EGN:

Dessa forma, com intuito de permitir que um local que tivesse patrimônio geológico de relevância internacional de qualquer país dos seis continentes pudesse se candidatar e se tornar um geoparque foi criada a *Global Geoparks Network* (GGN), a Rede Mundial de Geoparques (...). Após alguns anos, durante a 38ª Conferência Geral da Organização da Rede Global de Geoparques, em 17 novembro de 2015, após intensa articulação política, os representantes dos 195 Estados e os membros da UNESCO ratificaram a criação de uma nova nomenclatura: *The Unesco Global Geoparks*, ou seja, Geoparques Mundiais da UNESCO. Assim, a UNESCO deixou de ser apenas uma apoiadora e começou a atuar como a grande articuladora dos Geoparques(...). Com isso, responsabilizou-se por apoiar, gerir, fomentar, divulgar e incluir os geoparques chancelados por sua competência de forma holística (...). Desde então, os Geoparques Mundiais da UNESCO fazem parte do *International Geoscience and Geoparks Programmes* (IGGP) e do Programa Internacional de Geociências e Geoparques (PEREIRA, 2022, p. 17-18).

Obrigatoriamente em sua área, os geoparques devem possuir um patrimônio geológico com valor internacional. Geólogos e equipe capacitada vinculadas a Unesco, realizam uma avaliação comparativa global para determinar se os sítios geológicos possuem esse valor. O Brasil conta com o apoio do

Serviço Geológico do Brasil, através do aplicativo GEOSSIT, para realizar esse cadastramento, assim como para inventariar, qualificar e avaliar quantitativamente os geossítios do Brasil (PEREIRA, 2022).

O Comitê da equipe avaliadora dos Geoparques Globais da UNESCO exige um plano de gestão para que as ações realizadas sejam estruturadas e possam ser comprovadas por essa equipe. Essas ações devem atender às necessidades sociais, turísticas e econômicas da população local. Devem também preservar a identidade cultural do local e proteger a paisagem e a geodiversidade em que vivem os cidadãos do geoparque em questão (...). Os Geoparques Globais da UNESCO devem, obrigatoriamente, promover o desenvolvimento econômico local, como por exemplo, através do turismo, pois esse mercado alavanca diversos setores da economia da região: hotéis, restaurantes, bares, comércio e serviços em geral (...). Os Geoparques Mundiais da UNESCO são estabelecidos por meio de um processo ascendente (da base ao topo) que envolve todas as partes interessadas e autoridades locais e regionais como: proprietários de terra, grupos comunitários, profissionais de turismo, povos indígenas e organizações locais (PEREIRA, 2022, p. 19-20).

Desde 2004, os números de Geoparques (Figura 11) aumentaram significativamente, ano em que a UNESCO autorizou a entrada de 17 geoparques que formavam a Rede Europeia de Geoparques (REG), e 8 geoparques chineses. Nos primeiros anos, a maioria dos geoparques mundiais se encontrava na Europa (REG) e na China. Em 2022, foram cancelados mais 8 geoparques em todo o planeta e o total chegou a 177, distribuídos em 46 países, sendo 3 no Brasil (BERNARDELI, 2022).

*Figura 11. Geoparques Mundiais da Unesco, 2022*



*Fonte: Unesco, 2022.*

Para ser membro da rede de geoparques, o futuro geoparque deve passar por três fases obrigatórias (PEREIRA, 2022):

- 1) Projeto: o geoparque é apenas uma proposta, com pequenas iniciativas e algumas articulações. Ainda não houve contato com nenhum membro da Unesco;
- 2) Aspirante: é necessário que o geoparque em questão esteja em funcionamento em pelo menos um ano. No Brasil o projeto do geoparque é enviado pelo Itamaraty para equipe da Unesco, a qual detém a ciência da existência da proposta do candidato e suas intenções. Concluída essa etapa, o geoparque recebe o reconhecimento de Geopark;
- 3) Selo Geopark: A elaboração de um dossiê de candidatura com uma carta de manifestação de interesse pela equipe do geoparque, o qual envia para o Conselho Executivo Global

de Geoparques da Unesco entre 1 de outubro a 30 de novembro, comprovando que a área já funciona como um Projeto de Geoparque. A Unesco designará dois avaliadores em determinados meses para realizar uma missão de avaliação em campo, para conferir todas as ações relatadas no dossiê. As recomendações das candidaturas pelo Conselho Global de Geoparques da Unesco serão apresentadas e ocorre a decisão do Conselho Executivo da Unesco em determinado período.

O Geoparque Uberaba sugere que a comunidade, lideranças locais e todos envolvidos, buscam pela chancela da Unesco. Para chegar a este objetivo, é necessário apoio político, parcerias privadas e públicas, fontes de financiamento, apoio técnico, implementação de atividades e desenvolvimento de estratégias em relação ao turismo, à educação, à conservação e, ao desenvolvimento econômico sustentável.

Dessa forma, no ano de 2022 foi enviado a Carta de Intenção do Projeto Geopark Uberaba - Terra de Gigantes ao Ministério das Relações Exteriores e posteriormente apresentada para Unesco – Paris.

### **Do projeto à aspiração de um geoparque**

A Carta de Intenções (ARAÚJO, *et al.*, 2022, p.1) do então Projeto Geoparque, tinha por objetivo “apresentar às autoridades brasileiras constituídas, o Projeto ‘Geoparque Uberaba – Terra de Gigantes’ e manifestar o interesse em apresentar, em breve, a candidatura ao Programa Internacional de Geociências e Geoparques (IGGP), a fim de que se torne um Geoparque Mundial da Unesco (UGGn)”.

O documento apresenta ações efetuadas, como o processo para formalização da proposta do Geoparque, as características do território, o principal Geopatrimônio – O Paleontológico – e a história dos descobrimentos dos primeiros fósseis, destacando o Geossítio Peirópolis. Não somente, conta a trajetória do gado zebu, da representatividade do líder humanista Chico Xavier e seu legado, além de manifestações culturais que integram o patrimônio imaterial. De acordo com a Carta de Intenções (ARAÚJO, *et al.*, 2022, p. 3-5):

As políticas públicas de Geoconservação adotadas, têm sido bastante efetivas na salvaguarda do Patrimônio Paleontológico. Através de portarias normativas, treinamento de técnicos das instituições ambientais reguladoras, sensibilização da comunidade e de um mapa de potencialidades paleontológicas, nominado “Zoneamento Paleontológico”, tem se evitado o extravio, a destruição de fósseis e os depósitos fossilíferos dentro e fora da malha urbana. Todos empreendimentos que seccionam rochas potencialmente fossilíferas são chamados a implantar programas ambientais de monitoramento e salvamento, garantindo a preservação deste patrimônio em consonância ao que é previsto pela Agência Nacional de Mineração. (...) Uberaba é reconhecida como a “capital mundial do Zebu” e local onde se destacam expressões da diversidade religiosa, como o extraordinário trabalho realizado por Chico Xavier. A integração destes três ícones compõe o slogan “Terra de Gigantes (...). Nosso município conta ainda com igrejas musealizadas e um rico patrimônio imaterial, como as manifestações culturais de Ternos de Congada, Moçambique, Afoxés e Vilões, a dança da Catira e o maior número de Folia de Reis do Estado de Minas Gerais”.

Além disso, a Carta de Intenção deixa claro a estruturação

do projeto, que foi organizado em grupos de trabalho: Geologia e Geoconservação, Gestão, Geoturismo, Patrimônio Cultural, Patrimônio Natural, Comunicação, Educação Ambiental e Desenvolvimento Econômico Sustentável. De acordo com o documento, cada eixo está desenvolvendo seu plano de ação alinhados aos 17 ODS, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e à Agenda 2030, para consolidação do futuro Geoparque Uberaba.

Segundo o jornal Folha de Uberaba (2023) com a validação da Carta de Intenção, o projeto foi elevado à categoria de “Aspirante”, passando a integrar uma seleta lista oficial de territórios a serem chancelados como áreas especiais do planeta.

O Aspirante Geoparque Uberaba foi oficialmente referido dia 17 de março de 2023<sup>20</sup>, pelo *International Geoscience and Geoparks Programme IGGP/UGGp* como um dos 15 candidatos a geoparques a serem avaliados pela comissão da Unesco em 2023. Em dezembro de 2022, o dossiê do Aspirante Geoparque Uberaba foi exibido à comunidade e remetido ao Ministério das Relações Exteriores em busca da chancela.

Como Missão, o Aspirante Geoparque Uberaba prioriza a “Valorização do patrimônio geológico, histórico, ecológico e cultural, através da geoconservação, educação, turismo para que se tenha o desenvolvimento socioeconômico sustentável da região circunstanciada pelo território de Uberaba em que o Projeto Geopark Uberaba está inserido”. Sua visão é integrar a Rede de Geoparques da Unesco.

---

<sup>20</sup> É importante frisar que por esta mudança (Projeto para Aspirante) ter ocorrido no mês de março de 2023, período que esta dissertação está sendo finalizada, pode ser encontrado em outras fontes de pesquisas a referência antiga, de Projeto Geoparque.

Para isso, o aspirante geoparque propõe alguns benefícios que poderão sustenta-los:

Conservar, promover e valorizar o patrimônio cultural, histórico e geológico; promover o turismo sustentável; realizar ações de proteção, conservação e divulgação do patrimônio natural, nomeadamente da geodiversidade e da biodiversidade com especial ênfase no patrimônio geológico; potenciar o desenvolvimento de atividades econômicas locais, estimular e apoiar o empreendedorismo local, conservar os patrimônios materiais e divulgar os patrimônios imateriais; promover e realizar ações com intuito de desenvolver os aspectos socioeconômico, cultural e ambiental, sustentável e equilibrado do município de Uberaba; participar em eventos de entidades públicas ou privadas que se integram no âmbito das atribuições do Geoparque e, ainda, prestar serviços aos associados, agentes locais ou a outros, bem como, colaborar e fomentar o desenvolvimento do comércio local, artesanato regional, como produtos e serviços locais e outros; fomentar pesquisas científicas em relação aos patrimônios geológicos e geomorfológicos; conscientizar a população local da conservação dos patrimônios geológicos, históricos e culturais. Promoção da educação ambiental formal e informal; melhorar a qualidade de vida da população em que está inserido o Geoparque Uberaba (Disponível em: <https://www.geoparqueuberaba.com.br/geoparqueUberaba.php>, acesso em: 25 mar. 2023).

De acordo o Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo de Uberaba (2020), o município possui aptidão turística para diversos segmentos turísticos, dentre eles: a) turismo religioso<sup>21</sup> – Santuário da Medalha Milagrosa, Festa de Nossa Senhora da Abadia, ponto de partida da Romaria a Aparecida, Mosteiro e igrejas, b) turismo pedagógico – Complexo Cultural e Científico de Peirópolis, Parque Tecnológico, Centro de Educação e Tecnologia Ambiental (CETA), c) turismo de saúde<sup>22</sup> – referência regional em saúde, d) turismo espírita<sup>23</sup> – Moradia, Túmulo e Memorial de Chico Xavier, Rota Espírita (com Araxá e Sacramento), centros espíritas (mais de 100 unidades), Lar da Caridade, Hospital Dona Aparecida, Casa da Prece, e) turismo de esporte – espaços esportivos profissionais, f) turismo rural – fazendas históricas, hotéis fazendas, atividades rurais, g) turismo de eventos – agronegócio, cultura, formaturas, h) turismo de aventura – cachoeiras e rios.

Destes segmentos, o conjunto “Terra dos Dinossauros do Brasil”, “Capital Mundial do Zebu” e “Chico Xavier”, concretizam o título de Geoparque Uberaba - Terra de Gigantes, o qual se elevou de categoria e em 2023 passou a ser declarado como Aspirante Geoparque Uberaba, com uma área de 4.540,51 km<sup>2</sup> circunscrito a um único município. A seguir eles serão apresentados, frisando que além de fazerem parte do Aspirante Geoparque, também compõem a área comum da cidade.

---

<sup>21</sup> Importante salientar que para alguns autores o turismo religioso é considerado peregrinação e não turismo;

<sup>22</sup> A pesquisadora não concorda com o termo “turismo de saúde”, pois quem utiliza as dependências da cidade para tratamento médico não está realizando turismo;

<sup>23</sup> Neste trabalho o turismo religioso e turismo espírita estão compondo um mesmo segmento – turismo religioso somente.

Mesmo sendo de importância, somente em 2014 a propensão a projeto geoparque foi deflagrada, quando o geólogo Luiz Carlos Borges Ribeiro, visualizou na cidade de Uberaba o possível geoparque potencial. Essa visão culminou com a sua tese de doutorado intitulada “Geoparque Uberaba – Terra dos Dinossauros do Brasil” (RIBEIRO, 2014).

Em 2017, ele se reuniu com órgãos municipais<sup>24</sup>, culminando no Protocolo de Intenções para a criação do Projeto Geopark Uberaba Terra de Gigantes, atribuindo a Terra de Gigantes aos dinossauros, ao Chico Xavier e ao Zebu, que veio a se tornar o Aspirante Geoparque Uberaba no ano de 2023.

Sobre o gado zebu, Uberaba destaca-se pelo pioneirismo na introdução desses animais a partir de 1889, quando a sua disseminação abriu fronteiras para a interiorização no Centro-Oeste e Norte do país. No ano de 1934, foi criada a Associação dos Criadores de Gado Zebu – ABCZ, instituição mundialmente reconhecida pelo processo de seleção e melhoramento genético das raças zebuínas (PEREIRA, 2022) e em 1941, a ABCZ inaugurou sua sede no Parque Fernando Costa.

Reconhecida como capital mundial do gado zebu, Uberaba realiza anualmente a maior feira do mundo na área, a Expozebu, a qual recebe mais de 250 mil visitantes por ano, sua sede é instalada no Parque Fernando Costa (Figura 11), incentivando o crescente turismo de negócios (IBGE, 2020), além de compreender dentro das instalações do parque, o Museu do Zebu, evidenciado na Figura 12, que se mantém aberto recebendo turistas durante todo o ano. A ABCZ é a maior instituição de

---

<sup>24</sup> Prefeitura Municipal de Uberaba (PMU), a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ);

pecuária no mundo, com 22 mil associados.

*Figura 12. Parque Fernando Costa – Sede da Expozebu, 2022*



*Fonte: Elaboração própria.*

Segundo Ribeiro *et al.* (2011), a exposição é considerada uma das principais atrações turísticas de Uberaba, realizada todos anos (exceto no período da pandemia de Covid-19), a qual atrai pessoas de várias partes do Brasil e do exterior. Fazendo parte do calendário, existem ainda outras seis feiras internacionalmente conhecidas, trazendo uma forte movimentação turística para cidade.

(...) a ABCZ oferece um amplo suporte aos seus associados, concedendo orientação de toda a cadeia produtiva da pecuária, instruindo sobre a concessão de crédito financeiro, melhoria de pastagens, mercado consumidor, entre outras. A instituição conta com mais de

22 mil associados (...). Além desse suporte aos produtores rurais ser oferecido desde 1934 na defesa de seus direitos, a ABCZ possui mais de 25 escritórios regionais em todo o Brasil, nos quais atuam técnicos altamente capacitados e que realizam aproximadamente 13 mil visitas aos associados a cada ano. No ano de 2018, oportunidade em que se realizou a 84º Expozebu, a feira obteve mais de 250 mil visitantes de centenas de cidades e de diversos países (PEREIRA, 2022, p. 36-38).

*Figura 13. Museu do Zebu em Uberaba - MG, 2022*



*Fonte: Elaboração própria.*

Observa-se a disseminação e o poderio que o “zebu” traz para cidade. Em vários espaços (públicos e privados) é possível visualizar simbologias que remetem ao zebu, como por exemplo na rotatória da cidade evidenciado na Figura 14, onde há o símbolo do zebu ao centro e sobre os postes de iluminação, há esculturas que remetem a raça bovina.

*Figura 14. Rotatória da cidade que fica à frente do Parque de Exposições, 2022*



*Fonte: Elaboração própria.*

Complementando o tripé do Aspirante Geoparque Uberaba, destaca-se a religiosidade do povo uberabense, marcada pelas igrejas católicas musealizadas, e por Chico Xavier, que transformou Uberaba no maior centro do espiritismo do Brasil. Francisco de Paula Cândido Xavier, evidenciado na Figura 15, era seu nome de batismo, o qual o mudou após publicar seu primeiro livro em 1966.

Se mudou para cidade de Uberaba no ano de 1959, o qual fizera sua primeira mensagem psicografada. Em 1961 se aposentou por invalidez. Em seu acervo, há 468 livros publicados, traduzidos em diversos idiomas, com 178.881.800 exemplares vendidos, além da psicografia de mais de 10 mil cartas. Em 2010, segundo a própria Prefeitura de Uberaba, obteve o título de

escritor brasileiro com maior venda comercial, após ter vendido mais de 50 milhões de exemplares de livros e cedeu todo o valor de seus direitos autorais a instituições beneficentes.

*Figura 15. Francisco Cândido Xavier - Líder espírita, 2022*



*Fonte: Prefeitura de Uberaba, 2022.*

Por ajudar aos pobres e necessitados, recebeu singelas homenagens do município que nasceu, do estado de Minas Gerais e de diversos canais de televisão. Faleceu em 2002. A cidade de Uberaba possui mais de 130 casas espíritas, visitadas anualmente por milhares de seguidores do médium.

As visitas se estendem a casa que outrora se tornou Museu Casa de Memórias e Lembranças de Chico Xavier, detalhada na Figura 15. Segundo a prefeitura de Uberaba, Chico Xavier era um Líder espírita, médium brasileiro e célebre divulgador do espiritismo no Brasil, tornou-se mundialmente conhecido por sua obra espírita e pela atenção e carinho dispensados a todos os que

o procuravam em busca de auxílio espiritual. Mais de quatrocentos livros por ele psicografados já foram editados, alguns em vários idiomas. Foi codinominado pela comunidade espírita como “O Consolador” e eleito no ano de 2000 “O Mineiro do Século”.

*Figura 16. Casa de Memórias e Lembranças - Chico Xavier, 2022*



*Fonte: Elaboração própria.*

Além do Museu Casa de Memórias e Lembranças de Chico Xavier, Uberaba possui importantes construções que retratam o passado da cidade: Segundo a Fundação Cultural de Uberaba, a Igreja Santa Rita de Cássia visualizada na Figura 16, construída no centro de Uberaba, marcou o início do povoamento da cidade de Uberaba, construída em 1854 e tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1939. Dentro da igreja se encontra instalado o Museu de Arte Sacra (MAS), com um riquíssimo acervo cultural composto de peças barrocas dos

séculos XVIII e XIX, com peças doadas pela Cúria Metropolitana, com vestes sacras, estandartes de procissões como paramentos, alfaias, imagens e mobiliário.

*Figura 17. Igreja Santa Rita de Cássia - Museu de Arte Sacra (MAS), 2022*



*Fonte: Elaboração própria.*

Há também o Museu de Arte Decorativa – MADA (Figura 17) instalado na Casa José Maria dos Reis. A Fundação Cultural de Uberaba relata que há uma programação anual de eventos e exposições culturais que contempla vários seguimentos das artes visuais, com acervo de mais de 100 peças dedicado à memória da casa, objetos, e costumes da família, com o intuito de guardar parte importante do patrimônio cultural da cidade de Uberaba, que atrai turistas e visitantes para prestigiarem. Entre as peças estão móveis, porcelanas inglesas da década de 1920, pinturas, uma biblioteca e objetos de decoração, com destaque para a

coleção de obras do artista Reis Júnior composta por pinturas, desenhos e afrescos.

*Figura 18. Museu de Arte Decorativa – MADA, 2022*



*Fonte: Elaboração própria.*

Ainda como destaque no turismo religioso (peregrinações) o Santuário de Nossa Senhora da Medalha Milagrosa, evidenciada na Figura 19, também possui visitas conforme demonstra a figura. No registro dessas imagens, não havia missas ou algum evento religioso, revelando que a igreja é sempre visitada. Porém segundo a Arquidiocese de Uberaba, no período da festa de consagração (no mês de novembro) com duração de nove dias (quando realizam uma novena religiosa), os índices de visitantes aumentam significativamente ao mosteiro e santuário, sendo uma importante referência religiosa e cultural.

*Figura 19. Santuário de Nossa Senhora da Medalha Milagrosa, 2022*



*Fonte: Elaboração própria.*

*Figura 20. Venda de artigos religiosos nas dependências do santuário, 2022*



*Fonte: Elaboração própria.*

Acompanhando o turismo religioso católico de acordo com a Arquidiocese local, a igreja que no passado era denominada como Igreja de Nossa Senhora D'abadia demonstrada na Figura 21, foi reconhecida entre as sete maravilhas de Uberaba, detendo desde 2020 o título de Basílica Menor se tornando Santuário Basílica Nossa Senhora D'abadia (Figuras 21 e 22), resultado de sua representatividade. Devotos de outras igrejas, bairros e regiões de Uberaba, cidades vizinhas e visitantes frequentam agora, a denominada Basílica, tornando-se referência de uma majestosa beleza interna e externa.

A torre de 40 metros, com a imagem de Nossa Senhora D'Abadia, tornou-se referência para aqueles que buscam intercessão de Nossa Senhora, a santa padroeira oficial da cidade. O título honorífico de Basílica é concedido a igrejas, em diversos países do mundo, pela veneração dos cristãos, importância histórica, artística e cultural para cidade ou região, beleza artística na arquitetura e decoração, centro de ação litúrgica e formação para os fiéis, lugar de peregrinação e indulgência.

O pároco do Santuário da Abadia explicou que quando se instala o título de Basílica, a igreja passa a usar os símbolos papais como uma espécie de logomarca: a tiara papal com as chaves cruzadas, o tintinabulo (uma espécie de sino numa haste) e um ombrellino (um guarda-sol com as cores papais) (RODRIGUES, 2020) e essas referências, retratado na Figura 23, aguçam a predileção dos visitantes.

*Figuras 21 e 22. Santuário Basílica Nossa Senhora D'Abadia, 2022.*



*Fonte: Elaboração própria.*

*Figura 23. Símbolos papais utilizado nas dependências da basílica, 2022.*



*Fonte: Elaboração própria.*

Segundo o Governo Municipal de Uberaba, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação (Sedec), a cidade recebeu o Certificado de Boas Práticas de Ações no Turismo e nota máxima do ICMS Turismo (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços), de forma que receberá um maior repasse deste imposto.

Para receber tal conquista, as cidades precisam se habilitar e comprovar o cumprimento de diversos critérios preestabelecidos pelo Estado, sendo que o repasse de recursos serve como incentivo ao fortalecimento das políticas municipais de turismo e ao desenvolvimento da gestão do setor. O Aspirante Geoparque Uberaba, foi o indutor e norteador desses feitos.

De acordo com informações do Aspirante Geoparque Uberaba (2023) a expectativa é que a união dos patrimônios histórico, geológico, cultural e ecológico por meio da pesquisa, políticas públicas e do envolvimento da população permita transformar a região em um polo turístico mundial com a chancela da Unesco.

## GEOSSÍTIO PEIRÓPOLIS

Desde o final do século XIX (RIBEIRO, *et al.*, 2011), as atividades econômicas desenvolvidas na região de Peirópolis (inicialmente era conhecida como Cambará e posteriormente Paineiras), concentravam-se no cultivo de arroz, café e na exploração da cal. Em 1896, com a chegada Frederico Peiró, imigrante espanhol, as atividades econômicas se expandiram, se inaugurou a primeira escola (em 1910), o correio e a máquina de arroz.

A estação de trem (inaugurada em 1889) teve sua plataforma ampliada e houve a construção de um novo armazém para guardar as mercadorias. A ferrovia trouxe emprego para os moradores, movimentação de produtos e pessoas, além de melhorar o transporte e distribuição da cal. Em 1915, F. Peiró faleceu e Paineiras passou a ser chamada de Peirópolis, em 1924, como homenagem.

Porém, nos anos de 1945, iniciava-se na localidade de Mangabeira, a história da paleontologia no município, quando foram encontrados os primeiros fósseis durante a retificação de um trecho da ferrovia próximo à Estação Mangabeira, localizada a 30 km ao norte de Uberaba (RIBEIRO, *et al.*, 2011), com estudos na região, coordenado pelo paleontólogo Llewellyn Ivor Price, da Divisão de Geologia e Mineração no Rio de Janeiro.

Em 1946 tiveram início as escavações sistemáticas nos sítios de Peirópolis, com trabalhos realizados anualmente até 1974. Todos os exemplares coletados naquele período foram levados ao Rio de Janeiro e depositados no Departamento Nacional de Produção Mineral/Museu de Ciências da Terra. Da produção científica resultante dos estudos desses espécimes, merece citação e relevância o primeiro ovo fóssil de dinossauro da América do Sul, proveniente da localidade de Mangabeira/Serra da Galga, dois novos Crocodyliformes e o primeiro lagarto iguanídeo descrito no país. No entanto, a maior quantidade de fósseis dessa coleção está associada à Titanosauria (RIBEIRO, *et al.*, 2011, p. 769-770).

Em Peirópolis, nos anos de 1960, a economia não estava bem devido à queda da produção de arroz e café, pela desativação da caieira que estava abandonada e em 1980, com a paralisação do trem e retirada dos trilhos da antiga Companhia Mogiana, o que gerou desemprego e o local se viu esvaziado com a retirada das pessoas para a cidade (RIBEIRO, *et al.*, 2011), porém a comunidade ainda não tinha percepção e conhecimento do que significaria no futuro estes achados de Price.

Em 1988, houve a morte de Price, o que desencadeou a interrupção das pesquisas até o ano de 1988. Após sua morte, houve uma iniciativa por parte dos moradores da comunidade de Peirópolis, da Associação dos Amigos do Sítio Paleontológico de Peirópolis, Prefeitura de Uberaba, Fundação Cultural de Uberaba e do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, a criação do Centro de Pesquisas Paleontológicas Llewellyn Ivor Price e Museu dos Dinossauros, em julho de 1992.

Com a reforma e revitalização do casario da antiga estação ferroviária abandonada, deu origem à estrutura física onde estão instalados os laboratórios, reserva técnica, alojamento de pesquisadores e o Museu dos Dinossauros (RIBEIRO, *et al.*, 2011), o que possibilitou, segundo a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM, a qual é um dos signatários), a retomada das pesquisas por meio de escavações paleontológicas, implantação de programas educacionais, proteção e divulgação dos fósseis, marcando o início de uma nova era de desenvolvimento, fundamentada nos aspectos do Patrimônio Geológico.

Os dinossauros povoam o imaginário de milhões de pessoas, o que tem alimentado uma indústria cultural de bens de consumo sem precedentes, movimentando cifras substanciais em uma diversidade singular de produtos (RIBEIRO, *et al.*, 2011) e trazer toda esta história a um público cada vez maior e diversificado é, efetivamente, contribuir para a democratização do saber e socialização da Paleontologia.

Desde a sua implantação, o Centro Price e Museu dos Dinossauros tem norteado as suas ações a fim de atender a três objetivos básicos: proteger os fósseis e depósitos fossilíferos, fomentar, apoiar e realizar pesquisas nas áreas da geologia e paleontologia e divulgar conhecimentos (...). A dinâmica desenvolvida entre os processos de coleta e preparação dos fósseis tem permitido uma considerável ampliação da coleção. (RIBEIRO, *et al.*, 2011, p. 770-771).

Com uma política preservacionista e atenta às necessidades de um monitoramento sistêmico de obras de construção civil, o Centro Price realizam ações incisivas no âmbito da proteção do

patrimônio fóssil e dos jazigos fossilíferos da região de Uberaba, bem como dos municípios limítrofes que se estendem por todo Triângulo Mineiro, objetos do turismo paleontológico e geoturismo (RIBEIRO e CARVALHO, 2007).

A Paleontologia tem sido utilizada junto a Geologia para o estudo dos seres fósseis. Esses itens fossilíferos integram o patrimônio cultural brasileiro, que segundo a Constituição Federal (1988), em seu artigo 216:

“Constituem patrimônio cultural brasileiro, os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (...)

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

Segundo Brilha (2005, p.18), “O patrimônio construído é um excelente ‘espelho’ da geodiversidade local”, um bem que compõe o espaço em questão, que atende demandas sociais, culturais e econômicas. O patrimônio paleontológico juntamente com a geodiversidade e outros recursos naturais associados podem ser usufruídos como atrativos turísticos sem esgotá-los, sempre que as atividades e ações sejam planejadas e dirigidas de forma sustentável.

O turismo paleontológico divulga aos visitantes o conhecimento de maneira didática sobre os processos de escavação, preparação e análises dos fósseis (RIBEIRO, *et al.*, 2011).

O turismo paleontológico é uma “mistura de informações” sobre os avanços na paleontologia e as ciências naturais com as atividades de lazer, através da implantação de museus, geoparques, museus de sítios, visitas aos sítios paleontológicos, entre outros. Assim, o patrimônio paleontológico, pode ser utilizado como recurso para o desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade. Quanto aos Geoparques, esses são estratégias ímpares dentro do geoturismo, bem como outra forma de ativar o patrimônio paleontológico (RIBEIRO, *et al.*, 2011, p. 767-768).

Em Peirópolis é possível integrar além do turismo paleontológico e o turismo geológico, o turismo científico, turismo pedagógico, turismo rural, turismo de aventura entre outros (Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo de Uberaba, 2020).

Integrando o geoturismo, o município de Uberaba possui patrimônio geológico com rochas que datam entre 133 e 66 milhões de anos, as quais revelam desde eventos vulcânicos continentais a ambientes favoráveis à fossilização de organismos e seus ecossistemas, com sua expressão máxima na diversidade e grau de preservação dos fósseis, sobretudo pela existência do maior dinossauro do Brasil, *Uberabatitan ribeiroi* e ovos deste grupo de animais. Uberaba é reconhecida como a “Terra dos Dinossauros do Brasil”.

O Geossítio Peirópolis envolve todo bairro de Peirópolis. Historicamente representa a sede da paleontologia em Uberaba. De acordo com a UFTM, a pluralidade de ações nos âmbitos da pesquisa, projetos educacionais, popularização da geociência, sustentabilidade ambiental e a geoconservação, transformaram a

realidade do bairro, sendo o geoturismo e seus geoprodutos, os principais ativos econômicos responsáveis pela geração de postos de trabalho e qualidade de vida de seus moradores, atendendo em toda a plenitude as prerrogativas maiores de um geossítio dentro do escopo da Rede Mundial de Geoparks da Unesco.

Além do Geossítio Peirópolis, em Uberaba se localiza outros 6. De acordo com o Aspirante Geoparque Uberaba, os 7 Geossítios compreendem elementos da geodiversidade contendo valores científico, pedagógico, histórico e cultural que sobrepõem à média:

Os geossítios Caieira e Serra da Galga constituem Patrimônio Geológico Internacional. Já os geossítios Ponte Alta, Peirópolis, Santa Rita, Univerdecidade e Vale Encantado são classificados como de relevância Local e Regional. O Geossítio Peirópolis é um caso à parte que merece uma melhor reflexão por aportar valores científico, pedagógico, histórico e cultural de alta importância e atratividade, o que possibilita a efetiva aproximação da sociedade com o Patrimônio Paleontológico (<https://www.geoparqueuberaba.com.br/geodiversidade.php>. Acesso em 25 mar 2023).

Com a redução de circulação do Covid-19 em todo o mundo e afrouxamento das medidas restritivas, foi possível realizar a pesquisa em Peirópolis, porém, devido não haver data neste cronograma como já mencionado anteriormente, não foi possível realizar entrevistas com os visitantes e turistas. Para que uma pesquisa desse âmbito pudesse ser compreendida, seria necessário entrevistas em períodos em alta e baixa temporada, mas como retratado, não há essa disponibilidade.

Sendo assim, a pesquisadora realizou a coleta de dados em

campo no bairro de Peirópolis e na cidade de Uberaba entre os dias 20 e 23 de outubro de 2022 com entrevistas, registro de fotografia e confronto de suas dúvidas pioneiras, a qual levaram a essa dissertação.

Para chegada ao bairro de Peirópolis, o Complexo Científico ou ao Museu dos Dinossauros, há placas durante a rodovia no perímetro urbano de Uberaba, indicando a localização (Figura 24), o que de fato é necessário, dado a distância do bairro com a parte central da cidade. Na bifurcação da rodovia para entrada no bairro também está bem sinalizado, tendo logo na rua central de entrada, mais sinalizações (Figura 25).

O bairro contém escola primária, academia ao ar livre gratuita, posto de saúde, área comercial e mais recente, os moradores em colaboração com a Associação Amigos de Peirópolis, conseguiram um posto policial. Até o momento desta pesquisa não havia uma área específica para estacionamento de carros ou ônibus, o que já estava sendo buscado pela comunidade. Dessa forma o estacionamento era na rua ou nas dependências das áreas comerciais.

Figura 25. Organização espacial do Bairro de Peirópolis - área de estudo, 2022.



Fonte: IBGE, 2022. Organização: FERNANDES, 2022.

*Figura 26. Placa às margens da rodovia BR-050, indicando o Museu dos Dinossauros, 2022.*



*Fonte: Elaboração própria.*

A rua de entrada para o bairro ilustrada na Figura 26, se dá por uma via simples de mão dupla e durante o trecho observa-se que não há presença de acostamento ou sinalização das faixas laterais. Percebe-se também que a rua se encontra com algumas elevações em seu percurso devido as correções dos buracos que outrora estivera. Há presença de iluminação pública nesse trecho, mesmo não havendo casas próximas.

*Figura 27. Placa situada na rua de entrada ao bairro de Peirópolis, 2022.*



*Figura 28. Rua principal do bairro de Peirópolis antes da entrada do Museu, 2022*



*Fonte: Elaboração própria.*

*Figura 29. Ruas de Paralelepípedo de Peirópolis, em torno do complexo científico, 2022*



*Fonte: Elaboração própria.*

As demais ruas do bairro em volta do complexo científico e do museu, foram construídas por blocos de paralelepípedo de basalto<sup>25</sup> ainda no ano de 2014, pela obra do então prefeito Paulo Piau, uma área com cerca de 6.717,47 m<sup>2</sup> (Figura 28).

Segundo moradores da região, quando se falavam em asfaltamento do bairro, a comunidade se preocupava, pois, para se candidatarem a geoparque pela Unesco, é necessário manter a sustentabilidade, dessa forma, caso asfaltassem o perímetro com asfalto comum, poderia prejudicar sua candidatura, já que esses são provenientes de derivados do petróleo. Silva (2019, p. 60) também retratou essa preocupação da comunidade nessa época em entrevista com um morador local:

*“Mas nós não aceitávamos o asfalto na avenida de cima e nem dentro do jardim e no palco, porque tem um projeto falando que aqui vai ser tombado pela Unesco e, a Unesco não aceita asfalto em área tombada, tem que ser calçada com paralelepípedo. Então eles falavam: ‘esse povo é encrenqueiro’”.*

Desde sua criação, o centro de pesquisas e o museu estavam sob direção da Prefeitura de Uberaba. Em 2010, passaram a integrar à UFTM que, somado à sede da extinta Rede Nacional de Paleontologia, compõem o Complexo Científico Cultural de Peirópolis (CCCP) (PEREIRA, 2022).

Além da pavimentação das ruas, Peirópolis conta com uma rede estruturada para receber turistas e visitantes que tenham no bairro um destino turístico. Atrações como turismo a cavalo,

---

<sup>25</sup> O basalto é uma rocha vulcânica utilizada em obras.

gastronomia típica, cachoeiras e trilhas, Casa da Ciência “Lazara Marques” e pousadas no próprio bairro são comuns. Nas figuras que seguem, há alguns registros destas áreas turísticas. Além disso, ainda está em planejamento a criação de novos empreendimentos, como o futuro Museu do Cal e um próprio museu por iniciativa privada de um empreendedor e morador do bairro.

*Figura 30 a 34. Mosaico de Atrativos turísticos de Peirópolis.*



*Fonte: Elaboração própria.*

A simbologia dos dinossauros em está incorporada em si, com muitas referências em torno do centro de pesquisas e do museu, nomeando diversos estabelecimentos comerciais tais como: Jurassic Tour, Jurassic Bar, Restaurante Caçarola do Dino,

Condomínio Rural de Chácaras – Jurassic Park, Pousada Lago dos dinossauros, Restaurante Toca dos Dinossauros entre outros. Além disso, o bairro tem transporte público que chega até a região central de Uberaba.

## **Museu dos Dinossauros**

O Museu do Dinossauro, se localiza na antiga Estação Mangabeira, que até o momento, de acordo com a Prefeitura de Uberaba, possui tombado em sua coleção científica aproximadamente 1500 fósseis<sup>26</sup> que estão em exposição aos turistas e visitantes. Foi inaugurado em 1992, passando por uma reestruturação em 2004. Na Figura 30 observa-se o Museu sendo visitado por alguns alunos da rede pública de ensino da cidade de Ituiutaba.

---

<sup>26</sup> Destaca-se que no centro de pesquisa há inúmeros fósseis que ainda não foram catalogados, tendo a premissa que desde 1945, haja aproximadamente 4000 fósseis encontrados.

*Figura 35. Museu dos Dinossauros - Antiga Estação Mangabeira, 2022.*



*Fonte: Elaboração própria.*

O acervo do Museu dos dinossauros conta com fósseis provindos de dinossauros herbívoros, carnívoros, crocodilos, tartarugas, rãs, peixes, aves, mamíferos, conchas, plantas, microfósseis e ovos de dinossauros. Na Figura 37 está exemplificado um fóssil de um Titanossauro que está em exposição dentro do museu. Na Figura 31, observa-se um grupo de alunos do Instituto Federal realizando uma visita, guiado pelos seus professores e instrutores do Complexo.

*Figura 36. Acervo do Museu dos dinossauros – Fóssil: Fêmur de um Titanossauro, 2022.*



*Figura 37. Visitantes do museu em visita guiada, 2022*



*Fonte: Elaboração própria.*

No lado externo, entre o museu e as ruas que o contornam, há o Jardim dos Dinossauros, formado por gramado, árvores diversas e conjunto de flores. Nesse jardim está inserido uma réplica do maior dinossauro terrestre que habitou terras que hoje se encontra Uberaba (também considerado o maior do Brasil), em tamanho real, com 18 metros, um Titanossauro denominado *Uberabatitan ribeiroi* destacado na Figura 33. Há também a construção de réplicas do filhote deste titanossauro sendo atacado por um abelissauro.

A elaboração das réplicas durou 170 dias, no ano de 2014. Na Figura 38, observa além do titanossauro adulto ao meio, o abelissauro do lado esquerdo e o filhote de titanossauro se protegendo abaixo da cauda da mãe ao lado direito.

*Figura 38. Réplica em tamanho real do dinossauro adulto Uberabatitan ribeiroi cercado por visitantes, 2022.*



*Fonte: Elaboração própria.*

Há outras réplicas no jardim que também desperta o interesse dos visitantes e turistas, os quais utilizam para, além de obter conhecimento, fotos, vídeos e recreação. Na Figura 39, está réplicas da espécie *Campinasuchus dinizi*, enquanto na Figura 35, há a réplica de um titanossauro.

*Figura 39. Réplicas répteis extintos em tamanho real, 2022*



*Fonte: Elaboração própria.*

*Figura 40. Réplica de titanossauro adulto em frente ao Museu dos Dinossauros, 2022.*



*Fonte: Elaboração própria.*

No interior do museu é possível observar a preparação dos fósseis pelos visitantes e turistas, por meio de uma parede de vidro. A figura 41 mostra o paleontólogo preparando algumas peças fossilizadas. Nesse momento é possível que o turista interrompa o percurso e acompanhe seu trabalho, verificando como ocorre parte da tarefa com os fósseis.

*Figura 41. Preparação de um fóssil, visto no interior do Museu dos Dinossauros, por uma parede de vidro, 2022*



*Fonte: Elaboração própria.*

## Complexo Cultural e Científico de Peirópolis

Também é possível ver réplicas de alguns animais extintos no Complexo Cultural e Científico de Peirópolis - CCCP (sede), conforme ilustra a Figura 37. Ainda sobre as Figuras 42 e 43, observa-se visitantes que estavam sem guia para instruí-los, apenas compreendendo os fósseis via quadros explicativos e panfletos. Havia visitantes individuais, em duplas, em famílias e até grupos de universitários, outros momentos haviam alunos de rede pública e também alunos de rede particular. Os grupos estavam acompanhados por guias vinculados a Universidade Federal do Triângulo Mineiro, que disponibilizam estudantes universitários para realizarem essa função.

*Figuras 42 e 43. Mosaico de imagens do Complexo Cultural e Científico de Peirópolis – CCCP - Área externa e área interna, 2022.*



*Fonte: Elaboração própria.*

No local, conta com acervos de fósseis armazenados que ainda não foram catalogados, bem como salas de convenções equipadas para palestras e semelhantes, além de estrutura como sanitários. Há também espaços para os funcionários do local

trabalharem como salas e cantinas.

Desde a sua criação o CCCP tornou-se um centro de referência nacional em paleontologia desenvolvendo atividades de pesquisa, ensino e extensão. Recebeu em quase 30 anos, mais de 1,5 milhão de turistas, provindos de 1200 municípios e 80 países.

### **A percepção do turismo no Complexo Cultural e Científico de Peirópolis**

Dentro do Complexo Científico Cultural de Peirópolis, foram realizadas entrevistas que seguiram por base o roteiro conforme indicado no apêndice A realizada de forma presencial, utilizando registros em papel e gravações em mídia. Ao entrevistado (a), explicou-se que a entrevista seria para compor a pesquisa original sobre o turismo em Peirópolis e que ele (a) poderia responder os questionamentos aos quais se sentisse confortável. Pelos entrevistados (as), todas as perguntas foram respondidas.

Foram entrevistadas treze pessoas que estão ligadas diretamente com o turismo daquele espaço, como o vice-presidente do complexo, funcionários do complexo, o presidente da Associação dos Amigos do Sítio Paleontológico de Peirópolis, empresários, o ex-diretor do centro de pesquisa e moradores. Dentre alguns questionamentos respondidos em entrevistas, foi informado que neste ano de 2023 o responsável pelo investimento financeiro do complexo Cultural e científico de Peirópolis (prédio e a praça que estão inseridos) se dá pela concessão do Governo Federal, sendo a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) a responsável por administrar, a partir de seus gestores.

Os gestores do Geossítio Peirópolis são subordinados ao Departamento de Desenvolvimento Cultural (DDCult) que por sua vez, é vinculado à Pró-reitoria de Extensão Universitária (Proext) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. A DDCult é uma unidade que tem como atribuição coordenar, supervisionar e incentivar as propostas culturais desenvolvidas, como o Complexo Cultural e Científico de Peirópolis, que é ligado a UFTM.

Importante salientar que além da Universidade, a Prefeitura de Uberaba, Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, são signatários do Aspirante Geoparque Uberaba.

A prefeitura de Uberaba possui responsabilidade pelo bairro, como a infraestrutura. Segundo relatos, há algum apoio colaborativo entre ambos, mas a responsabilidade da instalação é da UFTM. Há eventos em que ocorrem as parcerias, como a Semana do Dinossauro, Festival de Inverno e Dino's Rock por exemplo.

O vice-presidente do complexo, Carlos Silva Caruba complementa que *“O parque não é só o museu, existe alguns eventos que a gente faz durante o ano e alguns desses eventos, a gente precisa da participação da prefeitura... a gente tem um funcionário aqui que trabalha com fósseis que é cedido pela prefeitura, então existe uma colaboração”*.

A divulgação do complexo se dá principalmente pelas redes sociais na internet. No passado acontecia principalmente via rádio. A propagação do espaço pelos visitantes que já o conhecem, por recomendações, também é bastante importante (a divulgação “boca a boca”) como apontou vice-diretor. Ocorre

algumas reportagens em canais de televisão, o que traz uma boa visualização para novos turistas. Internacionalmente não há nenhuma parceria para divulgação.

Durante a pandemia, quando foi solicitado o distanciamento social, o centro de pesquisa e o museu fecharam as portas e não receberam visitantes e turistas, apenas os serviços essenciais eram prestados no interior do complexo. Houveram alguns momentos os quais foram oferecidos *tours* virtuais em redes sociais com enfoque para escolas de todo Brasil, que eram realizadas dentro das dependências, sob auxílio de um guia/monitor que explicava sobre o acervo durante o percurso da visita e era transmitido via internet. Hoje ainda é possível essa modalidade caso algum grupo queira realizar a visita *online*, sendo necessário agendar previamente.

Quando o número de transmissão da doença estava em declínio e algumas atividades voltaram a funcionar, o complexo ainda permaneceu fechado e, segundo moradores e empresários, foram um dos últimos segmentos a voltar na região. De acordo com a entrevista a empresários do local, no momento em que o complexo fechou as portas, a comunidade não tinha mais de onde tirar seu sustento e lucro, se mantendo com os recursos emitidos pelo Governo Federal durante 8 a 9 meses de paralização das atividades. Segundo o morador e empresário José Carlos da Silva: *“Foram os últimos a voltar [o museu], ficamos meio ‘periaberto’ [seu restaurante], a gente merecia uma troca, até que um dia a gente brigou e fizemos faixas e dizemos um monte de coisas e resolveram voltar”*.

De acordo com o empresário, alguns empreendedores estão recorrendo a investimentos próprios para que não precisem depender totalmente do turismo vindo do complexo, por isso há alguns planejamentos para se criar novos museus (privado), casas

de ciências, parques, atividades educativas e lúdicas. Alguns investiram em seus estabelecimentos durante ou ao final da pandemia (Figuras 44 a 47) para prosseguirem suas atividades sem depender do parque.

*Figura 44 e 45. Réplicas de dinossauros dispostas em parque de um estabelecimento comercial, construídos durante a pandemia de Covid-19, 2022.*



*Figuras 46 e 47. Estabelecimento comercial com decoração que remete à era dos grandes mamíferos e dinossauros, 2022.*



*Fonte: Elaboração própria.*

O empresário retrata que *“No nosso caso, investimos em réplicas de dinossauros, nós trouxemos um pouco desses dinossauros. Muitos tiveram que se reinventar, muitos ficaram com dívidas, no nosso caso em particular eu tive que fazer financiamento próprio”* e complementou que *“A gente fez e criou outro projeto, usamos toda essa dificuldade que passamos e de repente falamos ‘vai ou para’ e resolvemos continuar, pois a gente já tinha uma história para contar, então em dois anos começamos a transformar nosso estabelecimento em uma caverna, com dente-de-sabre na parede e trazer essa realidade para os nossos clientes. A gente ainda está investindo, para tornar esse ambiente mais gostoso. Após a pandemia veio uma artista e estamos em processo de caminhada”*.

Toda essa preocupação se veio quando em março de 2020 o parque foi fechado, sendo reaberto somente dia 17 de dezembro de 2021. Os empresários se viram na necessidade de buscar uma nova alternativa para gerarem fluxos.

Assim como no mundo todo, o complexo reabriu com medidas protetivas contra a Covid-19, tal como uso de máscaras, distanciamento social, disponibilidade de álcool-gel durante todo o recinto e número reduzido de visitantes por entrada em ambientes fechados.

Quanto ao número destes visitantes e turistas, de acordo com o presidente da Associação dos Amigos do Sítio Paleontológico de Peirópolis, cessou durante a pandemia, mas logo após reaberto, esse número aumentou consideravelmente: *“Saiu um dado do museu de 60 mil pessoas agora [após reabertura], antes era menos. Após a pandemia esse número aumentou muito e esse número deve aumentar cada vez mais. Isso é o que entrou no museu e o que não entrou no museu? ”*. Segundo o presidente, há alguns visitantes que utilizam somente

a área externa no complexo, não chegando a entrar no espaço interno, dessa forma ele sugere que esse número de visitantes possa ter sido maior.

Somente na XXI Semana dos Dinossauros, que ocorreu entre 12 a 16 de setembro de 2022, foi registrado 4810 visitantes com a presença de guias e monitores que os acompanharam em visitas a locais de escavações e nos três ambientes do complexo, que envolve o jardim e dois prédios. Segundo dados do próprio complexo, as visitas já chegaram a 1,5 milhão de pessoas desde sua abertura, provindos de 1300 municípios em quase 100 países.

O parque além de ser importante para a comunidade local, é importante também para quem vai conhecê-lo, principalmente do ponto de vista da educação ambiental e da preservação patrimonial. Segundo os entrevistados, durante sua passagem pelo complexo, os turistas e visitantes podem compreender além dos eventos geológicos e paleontológicos como fósseis, espécies viventes do passado, escavações, geoconservação, importância científica, também podem aprender e se conscientizar sobre o meio-ambiente e os problemas ambientais, natureza, espécies de seres vivos que estão no complexo, as cachoeiras e matas ciliares que as envolvem. Afirmam que sem o parque, não existiria aquele espaço turístico como é hoje, não haveria esse trabalho que é reconhecido no mundo.

Um morador de Peirópolis entrevistado confirma que *“Aqui se tem o meio-ambiente, geossítio, cachoeiras, patrimônio históricos e as casas, mas deixam de fazer o necessário nas cachoeiras e mata ciliar”*. O morador afirma que as cachoeiras estão em propriedades particulares, mas os proprietários permitem a entrada pelas estradas ou cercas que cercam suas fazendas e isso se deve a um acordo entre estes, a Associação dos Amigos do Sítio Paleontológico de Peirópolis e a comunidade.

Porém reitera que estão abandonadas precisando de alguma intervenção, principalmente se o número de turistas continuar a aumentar.

O presidente da associação retrata a preocupação quanto ao crescimento, em relação ao Aspirante Geoparque Uberaba. Ele se preocupa em como será o crescimento e ainda indaga “*Crescer e crescer de que forma? Como vamos receber milhares de pessoas? Como a natureza ao nosso redor irá sentir esse crescimento?*” E afirma “*Estamos amadores! Precisamos de um crescimento organizado! Quem sente na pele são os moradores*”.

Alguns moradores relataram que no passado houve descaso com o complexo e que o número de visitantes poderia ter sido maior. Porém hoje afirmam que a gestão do parque, a gestão da Prefeitura de Uberaba, a Associação dos Amigos do Sítio Paleontológico de Peirópolis e a comunidade de moradores estão lado a lado em busca da chancela do geoparque, portanto percebem que há um mesmo objetivo.

## PALAVRAS FINAIS

O turismo em Peirópolis é um importante fator transformador para aquele espaço geográfico e paisagem, tendo este uma característica de construção social dinâmica. Com a pandemia, o turismo foi arruinado em distintos destinos já consolidados, houve desturistificação em paisagens anteriormente turistificadas. E mesmo que a prática turística tenha recomeçado, houve um retrocesso e o turismo ainda está se reinventando.

Alguns empreendedores e empresários de Peirópolis conseguiram se sobressair, mesmo com outros ainda lutando com dívidas adquiridas na pandemia. A maioria deste são moradores do bairro e não pensam em desistir de viver do turismo ali existente, talvez por não verem outra forma de trabalho, ou pelos traços afetuosos que o local lhes proporciona, ou pela motivação da chancela do geoparque, sendo assim, esses permanecem perseverando e vivendo do que o turismo proporciona ali.

Os elementos que integram não somente Complexo cultural e Científico de Peirópolis, mas todo o Aspirante Geoparque Uberaba, incrementam um sistema de objetos que influenciam a demanda turística da região, de forma que após serem comercializados, se tornaram geradores de renda e emprego para pessoas que ali vivem. Talvez Peirópolis seja um destino turístico que está conseguindo se reerguer (lentamente) conforme indicado pelos entrevistados, mas isso se deve aos esforços da comunidade juntamente com a Prefeitura de Uberaba de ingressá-los ao tripé da candidatura a geoparque chancelado pela Unesco.

Em entrevista, alguns moradores e empresários demonstraram a visão de enriquecer e engrandecer o ponto turístico, comparando-o a regiões maiores como a cidade de Gramado no Rio Grande do Sul: *“As pessoas não vão para Gramado de bermuda e chinelo. Elas compram roupas e sapatos para irem para lá. Quero que quando essas pessoas virem até Peirópolis também sintam a necessidade de comprarem coisas novas para estarem aqui, para serem bem vistos”*. Tal argumento retrata o anseio de tornar Peirópolis um centro turístico expressivo em visitantes e turistas, para ser polo receptor e talvez porta de entrada para o circuito turístico que o compreendem.

Os circuitos turísticos sugerem junções de pequenas cidades a cidades polos para alavancar o turismo. Percebe-se que cidades interioranas possuem dificuldades se comparados a centros urbanos inseridos em regiões litorâneas ou capitais. Peirópolis passa por essa dificuldade, visto que é um turismo ainda tímido.

Observa-se de forma geral que as visitas ao bairro, quando não há eventos maiores como a Feira da ABCZ, ocorrem prioritariamente aos finais de semana e muitas vezes se caracterizam por excursões de um dia inteiro por um público vindo de cidades próximas, principalmente crianças e jovens de universidades e escolas. Durante a semana, percebe-se um público reduzido, composto principalmente por famílias.

O achado dos fósseis na região foi o originador para a modificação da paisagem. Se não houvesse interesse e busca pela comunidade para que esses objetos fossilíferos se mantivessem ali, e caso tivessem deixado que esses artefatos fossem para o Rio de Janeiro (como aconteceu no início da descoberta) este território teria outras características.

A isso se vincula a formação e organização de Peirópolis, em torno das descobertas e catalogações fossilíferas, o agente transformador do território. Sem tais descobertas e movimentações dos interessados hoje não encontraríamos Peirópolis como é, um centro de referência nacional de paleontologia.

A partir desses fósseis e da construção do complexo, a curiosidade e interesse de pessoas de outras localidades pelos achados fossilíferos, a comunidade viu potencial para se organizarem e conseguirem trabalho e subsistência, viver do que os fósseis e a natureza proporcionariam. Com o apoio de políticas públicas, isso se concretizou. Toda essa trajetória levou a profundas transformações da paisagem que outrora incumbia trabalhadores para fábricas de calcário e agora tal paisagem integra o centro de referência nacional de paleontologia.

A paleontologia traz curiosidade ao público, o que é garantido pelo complexo. O público possui interesse em objetos fossilizados, nas réplicas em tamanho real, nas explicações científicas, no contato com a era jurássica, no contato com a natureza, em fazendas próximas, nas cachoeiras que estão a minutos de caminhada do complexo, em trilhas a pé, trilhas a cavalo, trilhas por *buggy* e quadriciclos, em encontros culturais, eventos temáticos, viabilizando Peirópolis como um destino turístico científico-cultural.

Isso leva ao desenvolvimento social e econômico dos moradores do bairro o que contribui para a candidatura geoparque chancelado da Unesco, um caminho árduo a percorrer e conseqüentemente, auxilia no processo de expansão e consolidação do turismo na cidade de Uberaba e para os Circuitos turísticos que a cidade faz parte.

Para empreendedores de Peirópolis, a internet é o convite aberto para que o público chegue ao complexo. Hoje as mídias digitais são uma das ferramentas para que o turismo se mantenha. O *marketing* e a divulgação são as portas de entrada para que o turista queira estar e conhecer determinado local.

Sobre esses requisitos, alguns empresários do entorno do complexo se solidificaram, conforme dito por um entrevistado que sua empresa possui 6 canais de mídia social para que consiga chegar a públicos diversos, além de uma rádio *online* de seu estabelecimento que considera um capricho, mas que segundo ele, é um carinho a mais para com quem os visita.

Além de Uberaba, o mundo também busca por alternativas para que o turismo cresça. As empresas e centros turísticos de grande porte também procuram por formas para se alavancarem. Porém a preocupação com os destinos turístico fora das grandes rotas nos faz pensar como tais bases locais conseguirão retornar ou criar seus fluxos. Quando haverá uma política pública de apoio ao retorno pós-pandêmico no turismo? Isso ocorrerá nesta gestão governamental?

Os microempreendedores de Peirópolis mesmo estando de portas abertas não conseguem realizar investimentos maiores para prosseguir, como poderiam realizar empresas maiores, então seguem de forma mais lenta. Nessa etapa, pode-se dizer que o turismo está em um estágio de regeneração e reabilitação, buscando entender o que ocorre no momento, procurando por novas perspectivas para deixar o panorama de complexidade. Porém sem um programa de apoio por parte das políticas públicas, essa estabilidade poderá demorar a acontecer.

Os empecilhos gerados durante a pandemia da Covid-19, podem surtir efeitos para reflexões do turismo. Além disso, realizar estudos sobre sua ação e consequências pode levar não somente a um plano, mas a políticas públicas que consigam cobrir ou ter mais eficiência no segmento em situações emergenciais como essas vividas de 2020 a 2022.

## REFERÊNCIAS

ALBACH, Valéria de Meira. O Turismo na Geografia: entre críticas e conceitos. In: VIII SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 8., 2011, Balneário Camboriú. **Anais [...]**. Balneário Camboriú: Anptur, 2011. p. 1-15.

ALMADA, José Alexandre Berto de. Abordagens geográficas sobre o turismo. **Pensar Geografia**, [s. l], v. 4, n. 1, p. 2-14, 2020. Revista Pensar Geografia. <http://dx.doi.org/10.26704/rpgeo>.

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. Planejamento Ambiental. Rio de Janeiro: Thex Editora; Biblioteca Estácio de Sá, 1993.

ALPESTANA, Davide. Os novos desafios do turismo urbano. **Finisterra**, [s. l], p. 1-19, 18 set. 2020. Finisterra. <http://dx.doi.org/10.18055/FINIS20342>.

ALVES, Fábio de Oliveira; BARBOSA, Davyson Demmer Guimarães. **A força do Triângulo Mineiro**. 2017. Disponível em: <https://www.indi.mg.gov.br/a-forca-do-triangulo-mineiro/>.

AQUINO, Cássio Adriano Braz; MARTINS, José Clerton de Oliveira. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 479-500, 2007.

ARAÚJO, Elisa Gonçalves de.; BORGES JÚNIOR, Rivaldo Machado; ANJO, Luiz Fernando Rezende dos Santos; BRITO, Willian Rodrigues de. [Carta de Intenções enviada ao Ministério das Relações Exteriores]. Destinatário: Ricardo Rizzo. Uberaba, 08 de junho de 2022. Carta de Intenções.

ARAUJO, Enos Feitosa. As políticas públicas do turismo na região nordeste: novas ações do governo estadual cearense. **Geoatos**, Presidente Prudente, v. 1, n. 13, p. 22-35, 2013.

ARAUJO, Wouder Max Azevedo de. **O potencial do turismo de natureza como pioneiro na retomada do turismo pós-pandemia**. 2021. 35 f. TCC (Graduação) - Curso de Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

ASPIRANTE GEOPARQUE UBERABA. **Projeto Geoparque Uberaba**. <https://linktr.ee/ProjetoGeoparqueUberaba>.

ASPIRANTE GEOPARQUE UBERABA. **Projeto Geoparque Uberaba**. <https://www.geoparqueuberaba.com.br/geoparqueUberaba.php> .

ASSIS, Giselle Castro de. A cultura ribeirinha como fator de atratividade para o turismo no Arapiuns/PA – uma análise sobre a colonialidade do saber amazônico / The riverside culture as an attraction factor for tourism in the Arapiuns/PA - an analysis of the coloniality of Amazonian knowledge. **Brazilian Journal Of Development**, [s. l], v. 8, n. 3, p. 16749-16764, 8 mar. 2022. South Florida Publishing LLC. <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv8n3-081>.

AVIGHI, Carlos Marcos. TURISMO E COMUNICAÇÃO: estudo do turismo na história da comunicação no século xix. **Revista Turismo em Análise**, [s. l], v. 3, n. 2, p. 22, 18 nov. 1992. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v3i2p22-33>.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo; FIGUEIREDO, Silvio Lima; NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça; MARANHÃO, Christiano Henrique da Silva. Turismo em Foco: globalização e políticas públicas. In: AZEVEDO, Francisco Fransualdo; FIGUEIREDO, Silvio Lima; NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça;

MARANHÃO, Christiano Henrique. **Turismo em foco**. Belém: Naea, 2013. p. 1-352.

BACAL, Sarah. Lazer e o universo dos possíveis. São Paulo: Aleph, 2003. 144 p.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **O turismo e os não lugares**. Goiânia: London 7, 2015.

BARRETO, Margarita. **Cultura e Turismo: Discussões contemporâneas**. Campinas: Papyrus, 2016. 237 p.

BARROS, Francisco José Leite de. **Política de Turismo e Desenvolvimento Local: avaliação do prodetur/ne i no município de paraipaba/ce**. 2009. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

BAUM, Tom; HAI, Nguyen Thi Thanh. Hospitality, tourism, human rights and the impact of COVID-19. **International Journal Of Contemporary Hospitality Management**, [s. l], v. 32, n. 7, p. 2397-2407, 18 maio 2020. Emerald. <http://dx.doi.org/10.1108/ijchm-03-2020-0242>.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Levantamento e Avaliação da Política Federal de Turismo e seu Impacto na Região Costeira**. Brasília: Biblioteca MMA, 1997. 50 p .

BECKER, Elsbeth Léia Spode. Geografia e Turismo: Uma Introdução ao Estudo de suas Relações. **Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 6, n. 1, p. 52-65, 2014.

BENI, Mario Carlos. **Fundamentos da teoria de sistemas aplicados ao turismo**. São Paulo: Aleph, 2001.

BERNARDELI, Luís Afonso. **Geoparque Uberaba– Terra de**

**Gigantes: reflexões e proposições acerca da educação ambiental na matriz curricular da rede municipal de ensino.** 2022. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência e Tecnologia Ambiental, UFTM, Uberaba, 2022.

**BNDES. GERÊNCIA SETORIAL DE TURISMO.** 1999.

Disponível em:

[https://web.bnDES.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/16062/1/PRFol213995\\_Prodetur%20infra-estrutura\\_06\\_P\\_BD.pdf](https://web.bnDES.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/16062/1/PRFol213995_Prodetur%20infra-estrutura_06_P_BD.pdf). Acesso em: 30 abr. 2022.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; LEITE, Ana Carolina Gonçalves; KLUCK, Erick Gabriel Jones; GIAVAROTTI, Daniel Manzione; SILVA, Allan Rodrigo de Campos; TOLEDO, Carlos de Almeida. Por uma geografia da crise? **Geografares**, [s. l], n. 28, p. 3-14, 25 abr. 2019. Universidade Federal do Espírito Santo. <http://dx.doi.org/10.7147/geo28.24380>.

BONFIM, Izac Oliveira B.; BASSINELO, Patricia Zaczuk; FREITAG, Marcos Jose Clivatti. Expansão, crise, declínio e segmentação no ensino superior em turismo: um recorte do estado de mato grosso do sul. **Revista Turismo em Análise**, [s. l], v. 2, n. 30, p. 214-230, 2019.

BORN, Rubens Harry. Turismo e a. **Revista Turismo em Análise**, [s. l], v. 3, n. 1, p. 7, 27 maio 1992. Universidade de São Paulo, Agencia USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v3i1p7-11>

BRAGA, Fausto Oliveira; CASTANHO, Roberto Barboza. Turismo e espaço geográfico no município de cachoeira dourada: área de influência do circuito turístico “Águas do Cerrado”, Pontal do Triângulo Mineiro - Brasil. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 2, p. 166-184, 2008.

BRASIL. **Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/mercado-de-transporte-aereo/anuario-do-transporte-aereo>.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao\\_federal\\_art\\_216.pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf).

BRASIL. **Revista Dados & Informações do Turismo no Brasil: o impacto da pandemia de covid-19 nos setores de turismo e cultura do brasil**. 2. ed. Brasília: Cgdi/Sge/Se/Mtur, 2021. 116 p.

BRASIL. **Política Nacional do Turismo**. Lei nº 11771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.

BRASIL. Plano (2013). Plano nº [s. /], de 2013. **Plano Nacional de Turismo**.

BRILHA, José Bernardo Rodrigues. A Importância dos Geoparques no Ensino e Divulgação das Geociências. **Revista do Instituto de Geociências**, v. 5, p. 27-33, 2009.

BRILHA, José Bernardo Rodrigues. **Patrimônio geológico e geoconservação: a conservação da natureza na sua vertente geológica**. São Paulo: Palimage, 2005.

BURGOS, Andrés. **Tecendo a sustentabilidade: redes sociais e gestão participativa no turismo de base comunitária**. 2014. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Sustentável. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Cap. 4.

BURKART, Arthur John; MEDLIK, S.. **Tourism - past, present and future**. 2. ed. London: Heinemann, 1981. 384 p.

CAMARGO, José Carlos Godoy; REIS JÚNIOR, Dante Flávio da Costa. Considerações a respeito da Geografia Neopositivista no Brasil. **Geografia**, Rio Claro, v. 29, n. 3, p. 355-382, 2004.

CAMPOS, André Gambier. **Trabalho e tempo livre**. 1767. ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2012. 51 p.

CARVALHO, Alan Francisco de. Políticas públicas em turismo no Brasil. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 3, n. 12, p. 97-109, 2000.

CASTRO, Nair Aparecida Ribeiro de. **O lugar do turismo na ciência geográfica**: contribuições teórico-metodológicas à ação educativa. 2006. 311 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências - Geografia Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CETIC.BR. Disponível em: [https://cetic.br/pt/noticia/cresce-o-uso-de-internet-durante-a-pandemia-e-numero-de-usuarios-no-brasil-chega-a-152-milhoes-e-o-que-aponta-pesquisa-do-cetic-br/#:~:text=do%20Cetic.br-t%20duran\(...\)%20ou%20mais](https://cetic.br/pt/noticia/cresce-o-uso-de-internet-durante-a-pandemia-e-numero-de-usuarios-no-brasil-chega-a-152-milhoes-e-o-que-aponta-pesquisa-do-cetic-br/#:~:text=do%20Cetic.br-t%20duran(...)%20ou%20mais).

COOPER, Chris; HALL, C. Michael; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006. 238 p.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; MELLO E SILVA, Sylvio Bandeira. **Turismo e Geografia**: abordagens críticas. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2005. 174 p.

COSTA, Francisca Pinheiro da Silveira. Geografia, pequena história crítica. **Acta Científica**, [Si], v. 20, n. 2, p. 135-138, 2011.

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. **Geografia: Conceitos e Paradigmas**: Apontamentos Preliminares. Rev.

GEOMAE Campo Mourão, PR v.1 n.2, p.25 – 56, 2º Sem 2010. ISSN 2178-3306.

CROCETTI, Zeno Soares. A Geografia da crise financeira e o uso do território. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 23, n. 2, p. 482-497, 2019.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Geografias do Turismo**: de lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Roca, 2012.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Cruzeiros marítimos: oligopolização, centralização do capital e uso corporativo do território brasileiro. In: ARROYO, Mónica; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Território e Circulação**. São Paulo: Annablume, 2015. p. 215-236.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Desenvolvimento desigual e turismo no Brasil. **Confins**, [s. l], n. 36, p. 1-16, 26 jun. 2018. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/confins.13707>.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, Amália Inês Geirages de; SILVEIRA, Maria Laura; ARROYO, Mónica (org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Departamento de Geografia/Ffclh/Usp, 2006. p. 337-350.

Cruz, Rita de Cássia Ariza da. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

CSSE, Johns Hopkins University. **Daily new confirmed COVID-19 deaths per million people**. Disponível em: [https://ourworldindata.org/explorers/coronavirus-data-explorer?time=2020-03-01..2022-03-31&facet=none&pickerSort=desc&pickerMetric=tests\\_per\\_case&Met](https://ourworldindata.org/explorers/coronavirus-data-explorer?time=2020-03-01..2022-03-31&facet=none&pickerSort=desc&pickerMetric=tests_per_case&Met)

ric=Confirmed+deaths&Interval=7-day+rolling+average&Relative+to+Population=true&Color+by+test+positivity=false&country=~OWID\_WRL.

CUNHA, Licínio. A Definição e o Âmbito do Turismo: um aprofundamento necessário. **Cpes - Atas de Conferências Nacionais**, Lisboa, p. 1-23, 2010.

DW Made for minds. **A luta por Justiça após quatro anos da tragédia de Brumadinho**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-luta-por-justi%C3%A7a-quatro-anos-ap%C3%B3s-a-trag%C3%A9dia-de-brumadinho/a-64506954>.

ELIAS, Denise; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOARES, Beatriz Ribeiro. **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: O dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FOLHA DE UBERABA. **Aspirante Geoparque Uberaba**. <https://www.folhauberaba.com.br/aspirante-geoparque-uberaba-e-citado-pelo-international-geoscience-and-geoparks-programme/>.

FERREIRA, Luís Miguel Gomes. **Compreender o papel das redes sociais no comportamento do consumidor: a perspectiva do setor hoteleiro na região Norte**. 2019. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Marketing e Estratégia, Universidade do Minho, Braga, 2019.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; CASTRO, Celso. Destino: “Cidade Maravilhosa”. In CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valéria Lima; MAGALHÃES, Aline Montenegro (org.). **História do Turismo no Brasil**. Editora FGV, 2013.

FRIEDMAN, Thomaz L. O mundo é plano - Uma breve história do

século XXI. **Políticas Públicas em Turismo de Eventos:** instrumentos normativos de apoio ao desenvolvimento do setor, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 11-22, 2017.

GALVÃO FILHO, Carlos Eduardo Pontes. **A Geografia estudando o turismo: Uma análise dos trabalhos apresentados em dois eventos geográficos nacionais.** 2005. 143 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro:** integração nacional e consolidação regional. Uberlândia: Edufu, 2010. 257 p.

GIBBS, Graham. **Análise de Dados Qualitativos.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOMES, Pâmela Ketulin Mattos; SILVA, Lucia Helena Pereira da. Políticas de turismo no Rio de Janeiro pós-fusão: programas para interiorização do turismo no estad. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 251-271, 2017.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

G1. **Uso da Internet 2019 e 2020.**

<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/08/18/uso-da-internet-no-brasil-cresce-e-chega-a-81percent-da-populacao-diz-pesquisa.ghtml>.

IBGE. **Histórico do município de Uberaba.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberaba/panorama>.

IBGE. **Panorama do município de Uberaba.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberaba/panorama>.

IBGE. **Tabelas da Divisão Territorial Brasileira 2021.** Disponível

em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/23701-divisao-territorial-brasileira.html?=&t=acesso-ao-produto>.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Senac Rio de Janeiro, 2013.

INFRAERO. **Características estruturais: Conheça as características do nosso complexo aeroportuário**. Disponível em: <https://www4.infraero.gov.br/aeroportos/aeroporto-de-uberaba-mario-de-almeida-franco/sobre-o-aeropor>.

JAFARI, Jafar. Editor's page. **Annals Of Tourism Research**, [s. l], v. 5, n. 1, p. 106-107, jan. 1978. Elsevier BV.  
[http://dx.doi.org/10.1016/0160-7383\(78\)90003-8](http://dx.doi.org/10.1016/0160-7383(78)90003-8).

JORNAL DA UNESP. Disponível em:  
<https://jornal.unesp.br/2022/01/14/geologos-explicam-desabamento-de-canyon-em-capitolio-e-veem-brasil-atrasado-no-monitoramento-de-seguranca-de-areas-turisticas/>

JORNAL DO COMÉRCIO. Maior tragédia ambiental do Brasil. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/galeria-de-imagens/2023/01/882775-maior-desastre-ambiental-do-brasil-tragedia-de-brumadinho-completa-quatro-anos.html>. Acesso em: 30 jan. 2023.

JOURNALS.OPENEDITION. Disponível em:  
<http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/13707/img-8.jpg>.

LEIPER, Neil. The framework of tourism: Towards a definition of tourism, tourist, and the tourist industry. **Annals Of Tourism Research**, [s. l], v. 4, n. 6, p. 390-407, 1979.

LOHMANN, Guilherme. Globalização e os Impactos dos Ataques Terroristas de 11 de setembro de 2001: Implicações para o Sistema de Turismo. **Boletim de Estudos em Hotelaria e Turismo**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 11-20, 2004.

MACHADO, Annaelise Fritz.; SOUSA, Bruno Barbosa. Luxo Sustentável em Contextos de Hotelaria e Turismo: Do diferencial competitivo à preocupação com a responsabilidade social. **International Journal of Marketing**, Communication and New Media. Special Issue 4 – Luxury Marketing, 28 – 56, 2018.

MACHADO, Annaelise Fritz; SOUSA, Bruno Barbosa; FARIA, André Luiz Lopes de. O turismo nas redes sociais e o impacto do excesso de informações em tempos de pandemia. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (org.). **Turismo e saúde global: pandemia, pandemônio e novos rumos para o setor no brasil e no mundo**. Ituiutaba: Barlavento, 2021. p. 109-139.

MACHADO, Jucilane Pedrosa. **História aplicada ao turismo**. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010. ISBN: 978-85-63576-23-1.

MACIEL, Ana Beatriz Câmara; LIMA, Zuleide Maria Carvalho. O conceito de paisagem: Diversidade de olhares. **Sociedade e Território**, Natal, v. 23, n. 2, p. 159-177, 2011.

MAMIGONIAN, Armen. Visão geográfica do Brasil atual: Estado, crises e desenvolvimento regional. **Revista Latino-Americana de Geografia Econômica e Social**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 7-44, 2019.

MARANHÃO, Christiano Henrique da Silva; AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. O estudo do turismo no Brasil à luz dos principais conceitos-chaves da Geografia. **Turydes: Revista Turismo Y Desarrollo Local**, Málaga, v. 25, n. 11, p. 1-18, 2018.

MARIANO, Ari Melo; SANTOS, Maíra Rocha. Revisão da Literatura: Apresentação de uma Abordagem Integradora. **Aedem International Conference**, Reggio di Calabria, p. 427-443, 2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEOPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEC. **Cadastro Nacional de cursos e Instituições de educação superior, cadastro eMEC (2020)**. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>.

MEURER, Roberto; LIN, Hoyêdo Nunes. Grandes eventos esportivos e turismo: Destaque para a Copa do Mundo de 2014. **Planejamento e Políticas Públicas**, [s. l], n. 47, p. 331-356, 2016.

MILITO, Marcelo; SILVA, Victor Hugo; NÓBREGA, Wilker. Dissonância do turismo: por um (des)encontro habitante-visitante. **Caderno Virtual de Turismo**, [s. l], v. 19, n. 3, p. 1-14, 21 fev. 2019. Editora de Livros IABS. <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.19n3.2019.1464>.

Minas Gerais. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado de Minas Gerais**. – 28. ed. – Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2021. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoEstadual.pdf>.

MOESCH, Marutschka Martini; REJOWSKI MIRIAM; GASTAL, Susana. **Dominio Material e Conceitual do Turismo**. In: 2 Seminário Nacional dos Programas de pós-graduação em Turismo, 2005, Balneário Camburiú-SC. Anais 2005. Balneário Camboriu: ANPTUR/UNIVALE, 2005. v. 01. p. 01-13.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. A “entrevista em profundidade” ou “semiestruturada”, no contexto da saúde. **Atas - Investigação Qualitativa em Ciências Sociais**, Aracaju, v. 3, p. 126-131, 2015.

NACIONES UNIDAS (2004). Acuerdo entre las Naciones Unidas y la Organización Mundial del Turismo (Resolución 58/232). [s. l].

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho, relações individuais e coletivas do trabalho**. 26. ed. rev. atual. e ampl São Paulo: Saraiva, 2011. 1469 p.

OLIVEIRA, Antônio Pereira de. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**. Catalão: Ufg, 2011. 72 p.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes. **Sociologia do turismo**. Campinas: Papyrus, 1995.

PANAZZOLO, Flavia de Brito. Turismo de Massa: Um breve resgate histórico e a sua importância no contexto atual. **III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**, Caxias do Sul, p. 1-13, 2005.

PANOSSO NETTO, Alexandre; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Educação e pesquisa em turismo no Brasil. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, [s. l], n. 26, p. 9-16, 2016.

PEARCE, Douglas. **Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens**. São Paulo: Aleph, 2003. 392 p.

PELISSON, Guilherme Valagna; PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Demanda turística e usos do espaço em Cachoeira Dourada de Minas (MG). In: SEABRA, Giovanni (org.). **Comunidades, natureza e cultura: qualidade do produto e serviços turísticos**. João Pessoa: Ufpb - Universidade Federal da Paraíba, 2012. p. 436-447.

PEREIRA, Gyzah Amui Barros. **Plano de ação para tornar o Projeto Geopark Uberaba – Terra de Gigantes membro da Rede dos Geoparques Mundiais da UNESCO**. 2022. 212 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica, UFTM, Uberaba, 2022. Cap. 7.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. 3. ed. Ituiutaba: Barlavento, 2017. 199 p.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Turismo e aquecimento global: perspectivas de sustentabilidade**. 3. ed. Ituiutaba: Barlavento, 2010. 42 p.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Elementos para uma abordagem crítica do turismo no Ensino de Primeiro e Segundos Graus. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 179-187.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira; OLIVEIRA, Leticia Parreira. A Política Nacional de Regionalização do Turismo e o ordenamento territorial do setor no Estado de Minas Gerais. In: PORTUGUEZ, Anderson P.; MOURA, Gerusa G.; COSTA, Rildo A. (org.). **Geografia do Brasil Central: enfoques teóricos e particularidades regionais**. Uberlândia: Assis, 2011. p. 235-263.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ermani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RABAHY, Wilson Abrahão. Análise e perspectivas do turismo no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 1-13, 15 dez. 2019. ANPTUR - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.

RAMIRES, Julio Cesar de Lima; SALAZAR, Vera Lúcia. Pesquisas qualitativas: referências para pesquisa em geografia. In: MARAFON, Glaucio José; RAMIRES, Julio Cesar de Lima; RIBEIRO, Miguel Angelo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Pesquisa qualitativa em Geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013. p. 23-35.

REBOLLO, José Fernando Vera; PALOMEQUE, Francisco López; CLAVÉ, Salvador Antón; GÓMEZ, Manuel Marchena. **Análisis territorial del turismo y planificación de destinos turísticos**. 2. ed. Barcelona: Tirant Lo Blanch, 1997. 473 p. Colección Crónica.

RÊGO, Gildygleide Cruz de Brito; BARROS, Aline Gizele A. L.; LANZARINI, Ricardo. Turismo de eventos e Covid-19: aportes dos protocolos de segurança e estratégias para a retomada do setor. **Ateliê do Turismo**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 89-118, 2021.

RIBEIRO, Luiz Carlos Borges. **Geoparque Uberaba - Terra dos Dinossauros do Brasil**. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geologia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

RIBEIRO, Luiz Carlos Borges; WINTER, Cecilia Verena Pérez; MARTINELLI, Agustín Guillermo; MACEDO NETO, Francisco; TEIXEIRA, Vicente de Paula Antunes. O patrimônio paleontológico como elemento de desenvolvimento social, econômico e cultural: centro paleontológico price e museu dos dinossauros, peirópolis uberaba (mg). **Paleontologia: Cenários de Vida**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 765-774, 2011.

RODRIGUES, Adyr Balastri. Geografia e Turismo - Notas

introdutórias. **Geography Department, University Of Sao Paulo**, [s. l], p. 71-82, 1992. Universidade de Sao Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.7154/rdg.1992.0006.0006>.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e Desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e Espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Espaços de turismo e de lazer urbanos - uma leitura geográfica. **Aportes y Transferencias**, Mar del Plata, v. 10, n. 1, p. 22-34, 2006.

RODRIGUES, Larissa. **Santuário de Nossa Senhora da Abadia: conquista reconhecimento inédito em Uberaba**. Conquista reconhecimento inédito em Uberaba. Disponível em: [https://arquiocesedeuberaba.org.br/santuario-de-nossa-senhora-dabadia-\(...\)-uberaba/](https://arquiocesedeuberaba.org.br/santuario-de-nossa-senhora-dabadia-(...)-uberaba/).

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2009.

SANTANA, Lorena de Lima Sanches; SILVA, Marcelle Peres da; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. O uso da produção cartográfica na análise do território e da violência no bairro Guamá, Belém-PA. **Geonorte**, [s. l], v. 7, n. 1, p. 1534-1550, 2013.

SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus. **Fundamentos Geográficos do turismo**. São Cristovão: Universidade Federal de Sergipe, Cesad, 2010. 15 p. CDU 338.483.

SANTOS, Marivan Tavares dos. **Fundamentos de turismo e hospitalidade**. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do

Amazonas, 2010. ISBN: 978-85-63576-17-0.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1988. Coleção Espaços.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004. 288 p.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço e tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SECULT. **Secretaria de Estado de Cultura e Turismo: regionalização do turismo**. Regionalização do Turismo. 2020. Disponível em: <https://www.secult.mg.gov.br/programas-e-acoes/regionalizacao>.

SERPA, Esmeralda Macedo; CARDIAS, Renata Castro. O impacto da pandemia nas agências de viagens de pequeno porte: do choque à busca pela sobrevivência. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Orgs.). **Turismo e saúde global: Pandemia, pandemônio e novos rumos para o setor no Brasil e no mundo**. Ituiutaba: Barlavento, 2021. p. 47.

SILVA, Carlos Henrique Costa da. O Turismo e a Produção do Espaço: perfil geográfico de uma prática socioespacial. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 47-61, 10 jul. 2012. Universidad Federal de Santa Maria.

SILVA, Kelson de Oliveira; FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. A geografia e a dimensão espacial do turismo: Um ensaio exploratório. **Publica**, [s. l.], n. 6, p. 1-9, 2010.

SILVA, Renata M.; MOURA, Jeane D. P.. O Uso da Fotografia no

Ensino de Geografia. In: ASARI, Alice Y.; ANTONELLO, Ideni T.; TSUKAMOTO, Ruth Y.. **Múltiplas Geografias: Ensino, Pesquisa, Reflexão**. Londrina: Humanidades, 2004. p. 175-190.

SILVA, Tatiane Regina da. **Geografia e pensamento decolonial: um diálogo necessário**. 2020. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

SOJA, Edward Willian. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria sócio-crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 324 p.

SOUZA JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana; ITO, Claudemira de Azevedo. Turismo e espaço: uma leitura geográfica da interferência da atividade turística no processo de(re)organização sócio-espacial do município de João Pessoa-PB. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 9, n. 194, p. 1-12, 2005.

SOUZA, Bruno Barbosa; MACHADO, Annaelise Fritz; CAMPOS, Carla Martins; GOMES, Joana. As redes sociais como veículo para combater os efeitos nefastos do covid-19: um estudo exploratório no contexto turístico português. **Cambiassu**, [S. L.], v. 15, n. 25, p. 21-35, 2020.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Unesp, 2004.

TEIXEIRA, Aline; VICENTIM, Fabiana Moreira; AGUIAR, Vanessa. Circuitos turísticos e sua importância para o turismo no espaço rural brasileiro. In: **VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural**, Quito, 2006.

TONINI, Ivaine Maria. Imagens nos livros didáticos de Geografia: seus ensinamentos, sua pedagogia. **Mercator: Revista de Geografia da UFC**, Ceará, v. 4, n. 2, p. 35-44, 2003.

THÉRY, Hervé e MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **Atlas do**

**Brasil: disparidades e dinâmicas do território.** São Paulo: Edusp. 2018.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Viagens e turismo: dos cenários imaginados às realidades disruptivas. **Revista Brasileira de Turismo. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 3, n. 14, p. 1-13, out. 2020.

TRENTIN, Fábيا; FRATUCCI, Aguinaldo César. Política Nacional de turismo no Brasil: Da municipalização à regionalização. **International Conference On Tourism & Management Studies**, Algarve, v. 1, p. 839-848, 2011.

UBERABA. Arquidiocese de Uberaba. **Festa da Medalha Milagrosa**. Disponível em: <https://arquidiocesedeuberaba.org.br/festa-da-medalha-milagrosa-se-inicia-neste-sabado-13/>.

UBERABA. Prefeitura Municipal de Uberaba. **Chico Xavier**. Disponível em: <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,1082>.

UBERABA. Prefeitura Municipal de Uberaba. **Covid-19**: veja boletim da prefeitura de Uberaba de 29/04/2022. Veja boletim da Prefeitura de Uberaba de 29/04/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2022/04/29/covid-19-veja-boletim-da-prefeitura-de-uberaba-de-29042022.ghtml>.

UBERABA. Prefeitura Municipal de Uberaba. **Museu de Arte Sacra, MAS**. Disponível em: <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,884>.

UBERABA. Prefeitura Municipal de Uberaba. **Visite Uberaba**. Disponível em: <https://visiteuberaba.com.br/locais/terminal-rodoviario-jurandy-cordeiro/>.

UNESCO. In: GEOPARQUES MUNDIAIS. Disponível em

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377255?posInSet=5&queryId=27f64bef-89c4-4d1a-83a2-a8eb8536fd2e>.

VALDUGA, Vander. Sujeito turístico e espaço turístico: Possibilidades teórico-metodológicas para os estudos do turismo. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, [s. l.], n. 1718, p. 481-492, 2012.

WILLIAMS, Stephen. **Tourism Geography: a new synthesis**. 2. ed. London: Routledge, 2009. 328 p.  
<https://doi.org/10.4324/9780203877555>

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. São Paulo: Penso, 2016.

## SOBRE O AUTOR E A AUTORA



### **Anderson Pereira Portuguez**

Doutor em Geografia Humana pela Universidad Complutense de Madrid. Professor do curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal – Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Uberlândia.

E-mail: *portuguez.andersonpereira@gmail.com*



### **Helier Gomes Muiniz Fernandes**

Graduada em Ciências Biológicas pela UFU, Campus Pontal e Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal.

E-mail: *helier.gmuniz@gmail.com*

